



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

DELIBERAÇÃO Nº 57, DE 13 DE MAIO DE 2013

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 266ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2013, e o que consta do processo nº23083.011459/2011-22,

RESOLVE:

Aprovar a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Direito do Instituto Três Rios, *campus* Três Rios, conforme descrito no anexo desta deliberação.

ANA MARIA DANTAS SOARES

Presidente

ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 57, DE 13 DE MAIO DE 2013

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Instituto Três Rios

Campus Três Rios

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, GEOGRÁFICA, SOCIAL, FORMAS de REALIZAÇÃO da INTERDISCIPLINARIEDADE e VOCAÇÃO DO CURSO.....	5
3. CONTEXTO INSTITUCIONAL e ACADÊMICO	14
4. VOCAÇÃO e OBJETIVOS do CURSO.....	17
5. PERFIL DO EGRESSO.....	20
6. CONDIÇÕES OBJETIVAS de OFERTA e FORMAS de INGRESSO.....	22
7. CARGA HORÁRIA e ESTRUTURA CURRICULAR das ATIVIDADES DIDÁTICAS.....	24
8. FORMAS de AVALIAÇÃO do ENSINO e APRENDIZAGEM	33
9. PESQUISA	34
10. EXTENSÃO.....	36
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	37
12. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA.....	40
13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	42
14. ORGANOGRAMA DO CURSO	44
15. EMENTAS das DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS TEÓRICAS, OPTATIVAS, OBRIGATÓRIAS PRÁTICAS e ACADÊMICAS	45
15.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS TEÓRICAS	45
15.2. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS PRÁTICAS	221
15.3. DISCIPLINAS OPTATIVAS	234
15.4. DISCIPLINAS OPTATIVAS NOVAS.....	291
15.5. DISCIPLINAS ACADÊMICAS.....	392

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9.394/1996) estabelece que as instituições de ensino superior deverão planejar, organizar e gerir suas atividades fins, através dos projetos pedagógicos de seus cursos. Em seu art. 43 a LDB prevê, dentre outras finalidades a serem desenvolvidas e estimuladas pelas IES, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, o incentivo do trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o entendimento do homem e do meio em que vive. Além de fomentar o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade através de extensões e pesquisas e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. Nesta perspectiva orientada, a IES poderá desenvolver cursos com concepções, perfis e objetivos que atendam às exigências das demandas locais e regionais prevendo o mercado de trabalho em que a instituição está inserida.

Com o objetivo de atender as diretrizes curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação e que regulam as normas gerais previstas na LDB, e que seguem as orientações da Resolução nº. 02, de 18 de junho de 2007 e Resolução nº. 09, de 29 de setembro de 2004, ambas editadas pela Câmara de Educação Superior, que dispõe sobre uma maior autonomia na elaboração de um modelo curricular fundamentada no desenvolvimento de competências e habilidades que deverão ser trabalhadas em cada curso, contemplando conhecimentos, atitudes e possibilitando a adequação de seus projetos pedagógicos focado na vocação local e regional a que a instituição pertence, conforme estabelece a Resolução CES/CNE nº. 09, de 29 de setembro de 2004:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanista e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e de do desenvolvimento da cidadania.

O Projeto Pedagógico do Curso da UFRRJ, *campus* Três Rios está integrado às Diretrizes Curriculares e às premissas estabelecidas na Educação Superior Nacional, através dos Pareceres nº. 329/2004 e nº. 184/2006, que estabelecem a carga horária mínima de **3.850** horas-aula, com fundamentação na perspectiva teórico-prática, buscando a formação de um profissional com autonomia e postura crítica.

Sendo assim, objetiva-se integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, fortalecendo a interdisciplinaridade e a formação humanística dos discentes da UFRRJ/ITR do curso de Direito, além de incentivar a prática acadêmica de forma que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos e contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade, bem como para a sistematização do conhecimento produzido. Neste contexto, o Projeto Pedagógico do Curso da UFRRJ, *campus* Três Rios fortalece a interdisciplinaridade e articula a educação superior com a comunidade na qual se insere.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, GEOGRÁFICA, SOCIAL, FORMAS de REALIZAÇÃO da INTERDISCIPLINARIEDADE e VOCAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito do Instituto Três Rios foi criado em 2009, como resultado de um conjunto de transformações pelas quais a UFRRJ vem passando nas últimas duas décadas, nas quais se destacam: o processo de expansão de cursos nas áreas de humanidades a partir da década de 1990 e, o movimento de interiorização da Universidade que tem como marco a criação do Curso de Economia e Administração em Três Rios no ano de 1998. Na década seguinte, este processo ganhou novo impulso com a criação do Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu em 2006 e no ano seguinte, quando a UFRRJ apresentou uma proposta de entrada no REUNI/MEC (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras), propondo como um de seus eixos básicos a criação da Unidade Acadêmica de Três Rios, a qual posteriormente veio a constituir o Instituto Três Rios (ITR), o 11º da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Trata-se, portanto, de um movimento bastante recente e intenso de expansão de sua área de atuação e aposta na democratização do ensino superior, sendo a Rural uma das primeiras universidades federais a adotar o Exame Nacional de ENEM como critério exclusivo de seleção de alunos. De igual maneira tem havido forte renovação de seu quadro docente que mais do que duplicou nos últimos cinco anos.

Deste modo, a UFRRJ¹ com sua história secular, construída com base nas ciências agrárias e naturais e após ter alcançado grande projeção e reconhecimento acadêmico nessas áreas, realizou recentemente um esforço de constituição e fortalecimento das Ciências Humanas, áreas em que ocorre a maior parte do processo de expansão dos cursos de graduação.

O alargamento de seu campo disciplinar contribuiu fortemente para a compreensão mais articulada da comunidade acadêmica sobre a missão institucional e compromisso social da Universidade, acompanhando o conjunto de transformações socioespaciais da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde se encontra sediado seu *campus* principal, no Município de Seropédica, a cerca de oitenta quilômetros da capital.

De acordo com os dados do último censo, 75% da população do estado reside nos dezessete municípios que oficialmente compõem sua região metropolitana (RM)². Em números absolutos, a área metropolitana do RJ é composta por 11.812.482 de habitantes, que configura o segundo maior conglomerado metropolitano do País e terceiro maior da América Latina. A Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, baseada na Pesquisa Nacional de Amostragem (PNAD) de 2009, aponta que a RM do Rio de Janeiro tem a maior taxa de urbanização do país (99,3%) e o maior peso proporcional da população vivendo na RM (73,3%) em relação ao restante do estado.

A expressiva dimensão populacional que distingue e diferencia a RM do Rio de Janeiro encontra forte correlato nos indicadores econômicos dessa região que, com um PIB de 172.563 bilhões, figura como o segundo maior pólo de riqueza nacional, concentrando 70% da força econômica do estado e respondendo por mais de 8% de todos os bens e serviços produzidos no conjunto do País. Embora nas últimas décadas a matriz produtiva da região venha sofrendo alteração, no sentido da maior dinamização

¹ A UFRRJ tem origem na Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, vinculada ao Ministério da Agricultura, pelo Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910.

² Os dados sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro foram extraídos de UFRRJ (2011).

do setor de serviços, ainda se trata do segundo maior pólo industrial do Brasil, congregando refinarias de petróleo, indústrias naval, metalúrgicas, petroquímicas e gás-químicas, ao lado de indústrias de bebidas, farmacêuticas, cimenteiras e moveleiras. Como indicador da sensibilidade dos agentes públicos e privados à centralidade econômica dessa região deve-se assinalar para um conjunto de intervenções em curso como a modernização do porto, a instalação da refinaria de Itaguaí e a construção do Arco Metropolitano, que ligará o recôncavo da Guanabara ao porto de Itaguaí, articulando toda a região.

As contradições do processo de modernização e do avanço das relações capitalistas traduziram-se na região em problemas de diversas ordens entre os quais se destacam: a) a desigualdade em quase todas as dimensões – tanto na renda quanto no acesso a serviços públicos³; b) a precariedade das condições habitacionais⁴ c) a violência, que faz, por exemplo, com que a probabilidade de sobrevivência até 60 anos seja a segunda mais baixa dentre as 25 Regiões Metropolitanas, apesar de uma mortalidade infantil relativamente baixa e d) a degradação do meio-ambiente, fato comum na maior parte das regiões metropolitanas, mas que se torna particularmente grave no caso do Rio de Janeiro pelo fato disto vir a dilapidar uma de suas principais vantagens comparativas.

Perfazendo um raio de abrangência de aproximadamente 100 km, as regiões limítrofes, que constituem o entorno à Universidade são em primeiro lugar, as densamente povoadas que incluem os municípios da Baixada Fluminense como Nova Iguaçu, Queimados, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, cuja proximidade se acentuou a partir da criação do Instituto Multidisciplinar (IM), oitavo Instituto da UFRJ, que entrou em funcionamento em março de 2006, em Nova Iguaçu. Segundo indicadores diversificados, essa macro-região, que faz parte da chamada Região Metropolitana do Rio de Janeiro, acumula recordes negativos. Nela

³ Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da Cidade do Rio de Janeiro, há uma grande defasagem entre aquele classificado como o melhor e o pior bairro da cidade, em termos de desenvolvimento humano. O mesmo acontece entre a média registrada nos municípios centrais da Região Metropolitana (Rio de Janeiro e Niterói) e os periféricos (Nilópolis, Belfort Roxo, São Gonçalo, Seropédica, entre outros).

⁴ A região metropolitana do Rio de Janeiro é, segundo estudo do IETS⁴, a quarta Região Metropolitana do país (das 25 consideradas) com a maior porcentagem de habitantes vivendo em domicílios considerados “subnormais” (11,46%); por outro lado, o mesmo estudo mostra que mais de 20% estão em domicílios com mais de dois moradores por dormitório (o 9º pior índice das 25 Regiões Metropolitanas).

encontramos as menores taxas de desenvolvimento humano do estado, sendo gravíssimas as questões como falta de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação de qualidade e segurança pública.

Além do expressivo crescimento econômico da região metropolitana, o estado do Rio de Janeiro, após mais de trinta anos da fusão do estado da Guanabara e estado do Rio de Janeiro, vive um momento de reestruturação das relações entre a capital e interior, de ressignificação de seu lugar e papel como unidade da Federação e aprofundamento do debate sobre as enormes diferenças socioespaciais entre as diferentes regiões do território fluminense promovidas, em grande parte, por setores da sociedade civil organizada em diferentes rincões do Estado e pelas pesquisas acadêmicas (SILVA, 2007, p. 237).

Neste sentido, a instalação de um novo campus da UFRRJ na cidade de Três Rios assume relevância estratégica para as políticas de desenvolvimento em curso na região Centro-Sul fluminense, não apenas porque contribui para a reflexão crítica sobre os processos de mudança social, econômica e ambiental que vem se dando na região e que encontram no município de Três Rios seu pólo aglutinador, como também pelo fato de que a Rural torna-se, aos poucos, mais um ator estratégico no campo das relações entre agências estatais, instituições e organizações promotoras do desenvolvimento regional.

A cidade de Três Rios foi fundada em 14 de dezembro de 1938, através de emancipação do município de Paraíba do Sul e de acordo com dados do censo de 2010, sua população é de cerca de 77.503 habitantes. Justamente por apresentar características de cidade de entroncamento ferroviário (ligação com Minas Gerais) e rodoviário (BR 040 e BR 093) desenvolveu atividades industriais e terciárias, com foco no setor ferroviário e alimentício. O turismo ecológico, a criação de gado e a olericultura também são atividades importantes na região.

Além da ênfase na vocação ferroviária, a cidade é apontada como a nova promessa de formação de um pólo industrial fluminense, com a previsão de chegada de cerca de setenta novas indústrias na região, através de incentivos fiscais promovidos pelo poder público. Entre eles, pode-se citar a Lei Estadual de Recuperação de Municípios do Interior que reduziu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a apenas 2% para as empresas que se instalassem em certas cidades do interior fluminense (CIDE, 2009).

A cidade de Três Rios recebe esse nome por causa do encontro dos três rios: Piabanha, Paraíbuna e Paraíba do Sul. Na geografia do local há ilhas e praias, que não são propícias para o banho devido à poluição do rio Paraíba do Sul e as fortes correntezas do local. Neste local chegam os barcos do passeio das corredeiras do Rio Paraíbuna que apresenta vocação para *rafting*. Junto ao atrativo encontra-se vegetação rasteira e de médio porte, destacando-se o jequitibá rosa e bambuzais. Devido a essa importante reserva hídrica, a região de Três Rios foi escolhida para a construção do Aproveitamento Hidrelétrico Simplício (AHE) e das Usinas Hidrelétricas (UH) Simplício/Anta, no rio Paraíba do Sul, englobando os municípios de Três Rios (RJ), Sapucaia (RJ) e Além Paraíba (MG) e Chiador (MG), com inaugurações previstas para 2012. Este empreendimento, portanto, se torna outro componente deste quadro de transformações econômicas locais. Segundo dados de Furnas Centrais Elétricas, no período entre 2007 a 2010, os municípios de Três Rios, Chiador, Quatis, Sapucaia, Sumidouro, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano Moraes e Além Paraíba, juntos arrecadaram cerca de 32 milhões relativos a impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e Sapucaia, Três Rios, Chiador e Além Paraíba, mais três milhões como compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH).

Deve-se ainda sublinhar que o setor de educação, nos níveis médio e superior, é também um dos principais responsáveis pelo dinamismo recente da economia da cidade e apropriado como uma marca da gestão de atores políticos ligados à Prefeitura de Três Rios desde final dos anos 1990. Nestes termos, a chegada de instituições públicas de ensino tais como a UFRRJ, FAETEC, CEDERJ e privadas, como a UNICARIOCA, tem atraído um número crescente de alunos de cidades próximas, o que, por sua vez, tem gerado a demanda de serviços de transporte, hospedagem, moradia, alimentação e outros estimulando a instalação de redes varejistas no local.

No início de 2010, a efetivação de cerca de cinquenta novos docentes universitários pela UFRRJ em Três Rios e o ingresso de alunos vindos de diversos outros estados da federação, através do exame de seleção do ENEM, estimulou o debate sobre as condições de infraestrutura urbana e despertou o interesse de grupos econômicos locais em mapear as demandas deste e de outros segmentos específicos. Assim, a UFRRJ partir do município de Três Rios abre caminho para a vasta e importante área que conduz ao Vale do Paraíba, abrangendo os municípios como Paracambi, Engenheiro

Paulo de Frontin, Mendes, Vassouras, Valença, Quatis, Volta Redonda, Resende, e que além das potencialidades futuras, constituem uma região de destacado significado histórico e econômico no estado do Rio de Janeiro.

Sobre este aspecto, deve-se destacar que ainda são muitas as lacunas e questões sobre os processos de desarticulação do complexo econômico cafeicultor e escravista vivido pela região a partir do fim do século XIX e as estratégias adotadas por diferentes atores tais como pequenos proprietários, libertos, que permitiram formas de integração e diversificação econômica e integração com outros centros que ultrapassam versões reificadas sobre a decadência da região. Trata-se, portanto, de um convite a estudos interdisciplinares na área do Direito, da História, das Ciências Sociais e Economia.

O interesse pelo estudo das temáticas regionais não significa, contudo, limitar-se a elas, reproduzindo uma concepção provinciana a respeito do papel das universidades localizadas fora dos grandes centros e que acaba por enfatizar antigas dicotomias entre centro e periferia. Pelo contrário, o contexto da inserção regional da UFRRJ, a partir dos *campi* de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios em um circuito de cidades, incluindo o Rio de Janeiro, acena para a possibilidade de uma intensa circulação de questões, saberes e produções e a formação de uma rede de pesquisadores de excelência, articulados aos debates contemporâneos e que transitam por grupos e associações de pesquisa regionais, nacionais e internacionais.

O quadro 01 e a tabela 01 em anexo apresentam dados populacionais mais precisos sobre as regiões, e seus respectivos municípios, em que a UFRRJ está inserida ou exerce influência, com elementos mais detalhados no que diz respeito à população.

Quadro 1 – Regiões da UFRRJ e regiões de entorno

<i>Região da UFRRJ e regiões de entorno</i>	<i>Município</i>	<i>População</i>
<i>Localização do Campus Sede</i> <i>Costa Verde</i> <i>Baixada Fluminense</i> <i>Localização do Instituto Multidisciplinar</i>	Seropédica	78.186
	Itaguaí	109.091
	Mangaratiba	36.456
	Angra dos Reis	169.511
	Nova Iguaçu	796.257
	Duque de Caxias	855.048
	Queimados	136.509
	Belford Roxo	469.332
	Mesquita	168.376
	São João de Meriti	464.327
<i>Vale do Paraíba</i> <i>Localização do Instituto Três Rios</i>	Nilópolis	157.425
	Paracambi	47.124
	Vassouras	34.410
	Valença	71.843
	Engenheiro Paulo de Frontin	13.237
	Rio das Flores	8.561
	Paraíba do Sul	41.084
	Resende	119.769
	Quatis	12.793
	Três Rios	77.432
	Comendador Levy Gasparian	8.180
	Miguel Pereira	24.642
	Paty do Alferes	26.359
	Mendes	17.935
	Pinheiral	22.719
	Rio Claro	17.425
	Barra Mansa	177.813
	Piraí	26.314
	Barra do Piraí	94.778
	Volta Redonda	257.803
Total		4.540.739

Fonte: IBGE. 2010 – registrado em 29/11/2010

Tabela 01 - Regiões e Municípios sob Potencial influência da UFRRJ (Instituto Três Rio) no Vale do Paraíba e número de alunos de concluíram o ensino médio

<i>Município da Região do Vale do Paraíba e Região Serrana</i>	<i>Número total de Habitantes</i>	<i>Número alunos matriculados do Ensino Médio</i>
Paracambi	47.124	2.145
Vassouras	34.410	1.269
Valença	71.843	2.762
Engenheiro Paulo de Frontin	13.237	788
Rio das Flores	8.561	348
Paraíba do Sul	41.084	1.007
Resende	119.769	4.528
Quatis	12.793	267
Três Rios	77.432	2.643
Comendador Levy Gasparian	8.180	240
Miguel Pereira	24.642	996
Paty do Alferes	26.359	987
Mendes	17.935	499
Pinheiral	22.719	867
Rio Claro	17.425	756
Barra Mansa	177.813	6.509
Piraí	26.314	1.390
Barra do Piraí	94.778	2.747
Volta Redonda	257.803	12.831
Areal	11.423	271
Petrópolis	295.917	12.115
São José do Vale do Rio Preto	20.251	586
Sapucaia	17.525	732
Total	1.445.337	57.283

Fonte: IBGE. 2010 – registrado em 29/11/2010

A dinâmica econômica, vista de uma perspectiva histórica, auxilia a percepção do atual contexto regional. Assim, devemos lembrar que, no Brasil, a partir da década de 1930, ocorreu um processo evolutivo de desenvolvimento, que se consagrou nos anos 1950 através de um modelo de raízes econômicas apresentando sua autocrítica nos anos 60, e adotando uma matriz teórica e estratégica nos anos 70 calçada na “segurança nacional” (FIORI, 2012; BENINCÁ, 2011), fruto de uma elite tecnoburocrática e de grupos políticos e econômicos dominantes (VAINER, 2007), com a necessidade de crescer a qualquer custo. Esse modelo de “estado desenvolvimentista” perdurou até 1985 e apresenta um declínio com as graves crises econômicas enfrentadas pelo país nos anos 90.

O início do século XXI marca a retomada de um movimento desenvolvimentista no país baseado em uma estrutura de grandes projetos e empreendimentos, principalmente a partir dos anos de 2007 com a política de crescimento econômica, denominada Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que firmou medidas para infra-estrutura social, dentre elas habitação, saneamento e transporte em massa, estímulo ao crédito e ao financiamento tanto no campo quanto na cidade, modificações no marco regulatório ambiental, desoneração tributária e medidas fiscais.

Nos anos de 2007 a 2010 foram destinados investimentos prioritários para projetos que contemplassem obras em rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento e recursos hídricos, como no caso do AHE de Símplicio localizada entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, atingindo os municípios de Três Rios, Sapucaia, Chiador e Além Paraíba, como também os investimentos destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida que pretende alcançar o cadastro de 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias com renda de três a seis salários mínimos a partir do ano de 2009.

Segundo dados do estudo Decisão Rio – Investimentos 2010-2012, que objetivou mapear os principais investimentos previstos para o Estado, o Sistema FIRJAN apontou como principais investimentos dos setores público e privado na cidade de Três Rios e principal zona de influência, o setor de siderurgia, por meio da empresa Latapack Ball, o setor de transporte e logística, através da empresa MRS Logística – Oficina de Locomotivas e geração de energia elétrica, com a Usina Hidrelétrica de Símplicio –

Queda Única. Tais investimentos foram fatores que influenciaram no crescimento significativo da população terriense de quase 10% na última década, conforme tabela 2 deste documento.

Tabela 2 - Distribuição da População por Município

<i>Nome do município</i>	<i>Total da População 2000</i>	<i>Total de homens</i>	<i>Total de mulheres</i>	<i>Total da população urbana</i>	<i>Total da população rural</i>	<i>Total da população 2010</i>
Areal	9.899	5.663	5.758	9.920	1.501	11.421
Paraíba do Sul	40.475	23.753	23.321	41.677	5.397	47.074
Sapucaia	17.157	8.763	8.741	13.247	4.257	17.504
Três Rios	71.976	37.068	40.435	75.233	2.270	77.503

Fonte: IBGE. 2010 – registrado em 29/11/2010

3. CONTEXTO INSTITUCIONAL e ACADÊMICO

A política de expansão do ensino superior público através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais brasileiras e a entrada da UFRRJ no REUNI/MEC tornou possível a criação da Unidade Acadêmica de Três Rios, e posteriormente a aprovação da unidade em Instituto Três Rios (ITR). A

partir dessa orientação, o Curso de Direito foi criado como o terceiro curso do Instituto Três Rios, seguindo-se ao curso de Economia e Administração, o que foi no plano das relações que se constituíram entre Universidade e a comunidade local uma escolha coerente, já que as três áreas de conhecimento atendem uma expectativa de qualificação para novas oportunidades regionais. Além disso, juntas fornecem importantes parâmetros e instrumentos de compreensão da racionalidade da sociedade moderna, constituída a partir da formação da economia capitalista, com base na empresa, assentada sobre atividades metódicas e uma ordem contábil racional e a formação do Estado democrático, com seu corpo burocrático, apoiado sobre o Direito racional (WEBER, 1991).

No plano institucional, o Curso de Direito em Três Rios corresponde à expansão e fortalecimento desta área de conhecimento na UFRRJ, criada nos *campi* de Três Rios, Seropédica e no Instituto Multidisciplinar, em Nova Iguaçu. Inicialmente, construído com uma estrutura curricular idêntica aos demais *campi*, o curso de Direito do ITR, busca através da proposta deste PPC, caminhar em busca de mais autonomia e afirmação de uma identidade própria, a ser construída por meio de crescente problematização das questões locais e regionais, sem, contudo, abrir mão de uma estrutura curricular básica integrada aos demais cursos de Direito da UFRRJ e apoiada na construção do conhecimento sociojurídico.

As transformações socioeconômicas e culturais que estão em curso na região Centro-Sul fluminense são devidamente trabalhadas e incorporadas nas práticas disciplinares, nos debates acadêmicos, atividades complementares, estágios no Núcleo de Prática Jurídica e em outras instituições, por meio de convênios, bem como através das pesquisas e extensões realizadas poderão oferecer aos discentes uma sólida formação e visão crítica sobre o Direito e sua inserção na sociedade contemporânea. Para alcançar tal objetivo, se aposta na articulação e diálogo permanente entre o Direito e áreas afins tais como a História, a Psicologia, a Língua Portuguesa e as Ciências Sociais que juntas compõem o Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais.

A interdisciplinaridade que se pretende estimular no Curso de Direito da UFRRJ/ITR será alcançada através da interação dos conteúdos programáticos e bibliografias das disciplinas obrigatórias e optativas. Quanto às últimas destaca-se uma sólida integração com as áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e História.

Bem como, através da área de concentração de um dos eixos de pesquisa já desenvolvidos e das atividades de extensão implementadas ou em curso, além das publicações individuais e coletivas que primam por transitar nas áreas do Direito e das Ciências Sociais.

O empenho em promover nos alunos uma atitude reflexiva e crítica sobre o pensar e fazer jurídico e seu papel na promoção de uma sociedade mais justa através da perspectiva interdisciplinar realiza-se por meio de grupos e projetos de pesquisa, projetos e programas de extensão, atividades complementares e programa de educação tutorial (PET/MEC) envolvendo todos os cursos do Instituto Três Rios e a editoração da primeira revista eletrônica do Curso de Direito da UFRRJ. É de se notar o investimento no aperfeiçoamento profissional e aprofundamento intelectual do corpo docente e o enfoque interdisciplinar de seus estudos, confirmando a proposta de construção de um curso de Direito reflexivo e articulado às questões e dinâmicas sociais.

Tais processos que já vinham se dando de modo espontâneo e orgânico, posto que nasceram dos interesses, trajetórias e afinidades do corpo docente, adquirem neste PPC um caráter institucionalizado, por meio da proposta de oferta de disciplinas nas quais o Direito em suas diversas instâncias e manifestações é compreendido como uma construção social e histórica, resultante das lutas e das representações sociais que a elas estão ancoradas. Assim, considerando o Direito em seu caráter estruturado, mas também estruturante por meio do qual comunica, dá forma, nomeia e faz existir comportamentos e visões de mundo (BOURDIEU, 2006), pretende-se analisar temas relevantes para a compreensão de realidades sociais, culturais e políticas locais ou globais, apresentando seu caráter inclusivo⁵ e sustentável⁶.

Desse modo, a UFRRJ optou por um diferencial que se encontra em sua proposta curricular e em sua organização administrativa. Entendendo que o estudante e o

⁵ As economias em desenvolvimento, como o caso do Brasil, geram diversos impactos negativos em decorrência do progresso técnico acarretando um desequilíbrio na estrutura socioeconômica das regiões. Assim, a proposta do presente PPC com o desafio de aliar a sustentabilidade e a inclusão é permitir a discussão de parâmetros através das disciplinas obrigatórias, optativas, projetos e programas de pesquisa e extensão e, também, através do Núcleo de Prática Jurídica/Laboratório de Direito que assegurem os estudos de soluções visando impactos positivos das inovações tecnológicas, sociais e jurídicas no contexto local e regional de inserção do Instituto Três Rios.

⁶ O conceito de desenvolvimento sustentável adotado para a elaboração do presente PPC é aquele definido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987) que entende o desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

profissional do Direito encontram-se inseridos em um mundo globalizado e, portanto, deve possuir sólida formação nas áreas conexas do saber, construindo uma base interdisciplinar para que a sua inserção no mercado seja com possibilidades de sucesso e realização profissional.

Dessa maneira, o espectro de conhecimento e domínio do graduando irá além de uma formação dogmática, estendendo-se aos demais fatores e implicações que envolvem as relações sociais e econômicas, com ênfase nos direitos sociais, econômicos e ambientais. Com isso, busca-se a formação de um profissional apto perceber a realidade em sua dinâmica e a enfrentar os novos desafios do mercado por intermédio da conexão entre o seu curso e os demais programas da UFRRJ.

4. VOCAÇÃO e OBJETIVOS do CURSO

Segundo o PDI da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a missão da instituição é a “formação dos estudantes de graduação, de ensino médio e fundamental, deve articular competência científica e técnica com inserção social, além de postura ética e visão política.”

A construção desse perfil profissional deve integrar a formação técnica com a humana, colocando o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem de modo participativo e crítico. Assim, ensino de qualidade deve ensejar o aprendizado de conteúdos, formação de pessoas com elevados valores humanos, com capacidade crítica de análise, de formulação e solução de problemas, estimulando a criatividade e com autonomia para buscar e reconstruir o conhecimento.

Nesse contexto, o Curso de Direito pretende formar um profissional capaz de integrar a área jurídica, notadamente na área socioeconômica à luz dos conceitos que permeiam o desenvolvimento sustentável e inclusivo ⁷. Assim, o Curso de Graduação em

⁷ O desenvolvimento aqui é visto como um processo de alargamento das liberdades reais que goza um indivíduo ou um grupo (AMARTYA SEN, 2010). Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta as ações para os fins que torna esse conceito útil: a liberdade política e econômica, os poderes sociais e a melhoria na qualidade de vida, com o estímulo de iniciativas e

Direito da UFRRJ, *Campus Três Rios* propõe oferecer um referencial teórico-prático que considere a multiplicidade conceitual do conhecimento da ciência jurídica e as habilidades e técnicas necessárias à intervenção profissional em contexto local, regional e global. Apresentando ainda, como perspectiva futura, a idealização de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* que promova o diálogo entre o direito e as ciências afins.

A noção de desenvolvimento, por sua vez, está diretamente associada à construção de condições para a ampliação da autonomia de indivíduos e sociedades, através aqui contributo de instituições jurídicas e judiciárias aptas à remoção de obstáculos à expansão da qualidade de vida⁸, fator este desencadeador de amplitude nas oportunidades individuais e coletivas geradas pela ampliação do acesso ao Direito, com educação qualificada, políticas de inclusão social e democratização dos mercados, maior participação na vida pública e ainda efetiva oferta de serviço público judicante de qualidade.

No espectro jurídico, é de se compreender o contributo qualitativo das normas bem como a importância dos sistemas de interpretação, racionalização e realização das mesmas, necessariamente voltadas para o tecido social, e ainda nas instituições governamentais responsáveis pela sua elaboração, exercício e cumprimento do ordenamento jurídico.

Diante do cenário identificado acima e considerando que o processo de desenvolvimento econômico possa primar pelo crescimento baseado apenas no lucro, sem voltar seu olhar para questões sociais, culturais e ambientais, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, do Instituto Três Rios, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pretende fomentar atividades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão que associem o desenvolvimento sustentável e inclusivo na cidade de Três Rios e seu entorno estimulando a construção da cidadania e reavivando os preceitos democráticos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

experiências sustentáveis. O desenvolvimento entendido como um processo de expansão de liberdades concretas permite uma análise do papel das instituições, assim como o reconhecimento dos valores sociais locais e regionais. A certeza que ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo é uma das questões centrais para o processo de desenvolvimento é um dos vetores escolhidos para ser trabalhado no curso de Direito da UFRRJ/ITR.

⁸ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) conceitua o desenvolvimento humano como um processo “abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social e cultural” (Pnud, 1998, p. 35)

É importante, ainda, ressaltar que os fundamentos da democracia encontram-se na esfera cultural, ou seja, a concepção de que o ser humano se oponha em uma sólida resistência aos jogos de poder e que provoque nos atores participantes do processo democrático a criação e a reserva da liberdade pessoal e as condições públicas desta dita liberdade. A democracia antes pensada como direito à igualdade passou a refletir mais seriamente sobre o direito à diferença ou, em outras palavras, reconhecendo as desigualdades de recursos econômicos, a diversidade de expressões culturais e sociais, como promover justiça e bem-estar social.

Esse papel de levar o ensino público e de qualidade deve ser desempenhado pela UFRRJ/ITR através de seus cursos, destacadamente o de Direito, já que excluindo a região metropolitana do Rio de Janeiro, há carência de Instituições de Ensino público e gratuito que se dediquem a formação crítica dos cidadãos e ao ensino do Direito.

A implantação do curso de Direito na cidade de Três Rios representa um extraordinário avanço social em termos de realização do setor público, correspondendo à meta do Governo de melhoria das condições de vida da população, até porque a UFRRJ pode manter, com alunos dos últimos períodos do curso de Direito, orientados pelos respectivos professores do Núcleo de Prática Jurídica, sob a supervisão da Ordem dos Advogados do Brasil, para auxiliar no atendimento da comunidade carente da região, o que permitirá a ampliação do acesso de qualidade à justiça por parte dessa população.

Deste modo, o Curso de Graduação em Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem por objetivo principal graduar alunos com sólida formação teórica e prática, por meio de ações integradas ao ensino, pesquisa e extensão, capazes de utilizarem os instrumentos materiais, processuais e extraprocessuais jurídicos e sociais para entenderem e provocarem transformações na realidade circundante através de uma postura reflexiva e crítica.

Assim, o Curso de Graduação em Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro objetiva possibilitar formação profissional que revele, ao menos, as seguintes competências e habilidades:

- Adequada leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Perceber o Direito como um fenômeno social, cultural, político e econômico;
- Compreender, pesquisar, interpretar e aplicar o Direito por meio de suas fontes primárias e secundárias;
- Atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos, utilizando a correta terminologia jurídica;
- Dominar as tecnologias e métodos para permanente atualização, compreensão e aplicação do Direito.

5. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro almeja oferecer aos discentes uma sólida formação e visão crítica sobre o Direito, com a finalidade de assegurar-lhes competências que os habilitem para o amplo exercício da Ciência do Direito, a prestação da justiça e o desenvolvimento da cidadania.

Para alcançar tais objetivos, se aposta na articulação e diálogo permanente entre o Direito e as ciências humanas e sociais, tais como História, Psicologia, Sociologia e Antropologia, no empenho em promover nos alunos uma atitude reflexiva e crítica sobre o fazer jurídico e seu papel na promoção de uma sociedade mais justa através da perspectiva interdisciplinar.

A interdisciplinaridade que se pretende alcançar e estimular no Curso de Direito da UFRRJ/ITR será alcançada através da interação dos conteúdos programáticos e bibliografias das disciplinas obrigatórias e optativas, bem como através das atividades de pesquisa e extensão, já implementadas ou em curso, além de publicações individuais e coletivas que primam por transitar nas áreas do Direito e ciências afins.

Os primeiros passos têm sido dados, por meio da realização de projetos e programas de extensão, grupos e projetos de pesquisa, atividades complementares e programa de educação tutorial (PET/MEC) - envolvendo todos os cursos do Instituto Três Rios, além da editoração da primeira revista eletrônica do Curso de Direito da

UFRRJ, e, assim, busca-se integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, fortalecendo a interdisciplinaridade e a formação humanística e crítica dos discentes do curso de Direito do Instituto Três Rios na UFRRJ.

Com estas atividades pretende-se analisar temas relevantes para a compreensão de realidades sociais, culturais e políticas locais ou globais, apresentando seu caráter inclusivo e sustentável e, ao mesmo tempo, incentivar a prática acadêmica de forma que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos que possam contribuir para reformulações de concepções e práticas sociais, para a produção de novos saberes, bem como para a sistematização do conhecimento produzido.

Dessa maneira, o espectro de conhecimento e domínio do graduando poderá ir além de uma formação dogmática, estendendo-se aos demais fatores e implicações que envolvem as relações sociais e econômicas, com ênfase nos direitos sociais, econômicos e ambientais.

Nesta linha, o Curso de Graduação em Direito da UFRRJ, *Campus* Três Rios propõe oferecer um referencial teórico-prático que considere a multiplicidade conceitual do conhecimento da ciência jurídica e as habilidades e técnicas necessárias à intervenção profissional em contexto local, regional e global.

Entendendo que o estudante e o profissional do Direito encontram-se inseridos em um mundo globalizado e, portanto, deve possuir sólida formação nas áreas conexas do saber, construindo uma base interdisciplinar para que a sua inserção no mercado seja com possibilidades de sucesso e realização profissional, este Curso de Direito pretende formar um profissional capaz de integrar a área jurídica, notadamente nas áreas sociais, econômica e ambiental, à luz dos conceitos que permeiam o desenvolvimento sustentável e inclusivo e com uma postura crítica, independente, reflexiva, democrática e transformadora da realidade sociocultural onde se insere.

A formação obtida e as habilidades e competências desenvolvidas durante o curso irão também qualificar os discentes à continuidade do aprendizado e aprimoramento intelectual próprios da Pós Graduação, *lato* ou *stricto sensu*.

Deste modo, o Curso de Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ambiciona principalmente garantir aos discentes sólida

formação geral, humanística e axiológica, ampliada capacidade de análise e adequada habilidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais além do domínio de conceitos e da terminologia jurídica e, com isso, assegurar-lhes capacidade e a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica e uma postura crítica, reflexiva e democrática do contexto sócio cultural onde se inserem.

6. CONDIÇÕES OBJETIVAS de OFERTA e FORMAS de INGRESSO

O Curso de Direito oferece 45 vagas anuais, com uma entrada anual no primeiro semestre, no período noturno, de segunda-feira a sexta-feira, das 18hs às 20hs. O período de conclusão é entre 10 e 15 períodos.

Nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, o Acesso aos Cursos de Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), inclusive o Curso de Direito do Instituto Três Rios, será realizado de acordo com o Sistema de Seleção Unificada disponibilizado pelo Ministério da Educação às Instituições Federais de Ensino Superior (SISU/MEC).

A coordenação institucional do Processo Seletivo de Acesso aos Cursos de Graduação da UFRRJ será realizada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que será responsável pela interlocução com o MEC/SESU e executará as ações de organização e implementação do Sistema de Seleção Unificada na UFRRJ.

O Acesso aos Cursos de Graduação terá como base as notas obtidas pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio, conforme determina o Edital de Inscrição no SISU para cada ano letivo.

Além do acesso pelo sistema MEC/SISU, as vagas ociosas ou remanescentes serão preenchidas de acordo com o estabelecido na Deliberação 06 de 26 de fevereiro de 2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade.

As vagas **ociosas** são resultantes do cancelamento do registro acadêmico de aluno regular dos cursos de graduação da UFRRJ e vagas **remanescentes** são as não

ocupadas nos concursos de acesso por vestibular ou processo equivalente, depois de esgotadas todas as etapas de ocupação previstas nos respectivos editais.

O número de vagas ociosas disponíveis deverá respeitar o limite máximo de vagas do curso que será calculado multiplicando-se o número de vagas oferecidas em cada curso no concurso vestibular ou processo equivalente pelo tempo de integralização previsto na matriz curricular do curso.

As vagas ociosas serão oferecidas para preenchimento através de movimentação interna, reingresso interno, re-opção de curso, reintegração, transferências interna e externa em cada curso.

A movimentação interna consiste na mudança de campus, turno, habilitação, ou entre a modalidade presencial e a distância no mesmo curso de graduação da UFRRJ, podendo ser requerida a partir do segundo período do curso de graduação.

A re-opção consiste na mudança de curso de graduação na UFRRJ sem restrição de área do conhecimento.

O reingresso consiste na aceitação de diplomado em curso superior pleno para curso de graduação desta Universidade, que pretenda obter nova titulação em curso de GRADUAÇÃO por processo seletivo público, de acordo com calendário e edital aprovados pelo CEPE, sempre que se registrar vaga remanescente no curso.

O reingresso interno consiste na aceitação de aluno diplomado ou concluinte da UFRRJ para obtenção de novo diploma em outro curso de graduação sempre que se registrar vagas ociosas ou remanescentes no curso de destino. Também será considerado reingresso interno, o retorno de concluinte ou diplomado para a integralização de nova habilitação/modalidade na mesma área, independente da existência de vagas no curso, acordo com a seção II da Deliberação CEPE no136 de 04 de dezembro de 2008.

A transferência interna consiste na aceitação de aluno de um para outro curso desta Universidade por processo seletivo público, de acordo com calendário e edital aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sempre que se registrar vagas ociosas no curso.

A transferência externa consiste na aceitação aluno de outra Instituição de Ensino Superior (nacional ou estrangeira), para o curso correspondente ou similar desta

Universidade por processo seletivo público, de acordo com o calendário e edital aprovados pelo CEPE sempre que se registrar vagas ociosas no curso.

A transferência especial consiste na admissão de aluno oriundo de outra Instituição de Ensino Superior para o curso correspondente desta universidade, independente de vaga e época, por força da legislação específica.

A reintegração consiste na aceitação de ex-alunos não diplomados da UFRRJ que desejam retornar ao mesmo curso de graduação na Instituição.

7. CARGA HORÁRIA e ESTRUTURA CURRICULAR das ATIVIDADES DIDÁTICAS

O Curso de Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem uma carga horária mínima de 3.850 horas.

Este total de horas é dividido em:

- (I) 2.820 horas de disciplinas obrigatórias teóricas;
- (II) 180 horas de disciplinas optativas teóricas, divididas em 06 disciplinas de 30 horas cada, a serem escolhidas pelos discentes dentre as diversas oferecidas;
- (III) 360 horas de prática simulada, divididas em 04 disciplinas de 90 horas cada., parte do Estágio Curricular Obrigatório;
- (IV) 240 horas de disciplinas acadêmicas aplicadas, sendo 90 horas dedicadas á elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e 150 horas em 05 disciplinas de 30 horas cada, destinadas à atividades de pesquisa, extensão e/ou de aplicação prática; e,
- (V) 250 horas de atividades complementares, de livre escolha dos discentes.

O conjunto de disciplinas teóricas é, por sua vez, dividido em 570 horas em disciplinas fundamentais e propedêuticas, 1.110 horas em disciplinas de direito público e 1.140 horas em disciplinas de direito privado.

É de se notar que 670 horas (17,4%) – correspondentes às disciplinas optativas, acadêmicas e atividades complementares - do mínimo total de 3.850 são de livre escolha do discente. Este espaço representa uma forma de assegurar a autonomia do discente na descoberta de suas aptidões, busca de seus interesses e construção de sua carreira profissional.

Percebe-se também que outras 360 horas (9,4%) são dedicadas exclusivamente a atividades práticas e aplicadas, mormente através do Núcleo de Prática Jurídica, estruturado a partir do 7º período.

Outra observação importante é que 570 horas (20,21%) das 2.820 de disciplinas obrigatórias teóricas são dedicadas a disciplinas fundamentais e propedêuticas, que são ministradas em sua maioria nos três primeiros períodos, para já promover uma visão crítica do universo normativo, e também ao final, a partir do 8º período, como forma de incentivar a revisão da dogmática alinhada a uma atuação direta de pesquisa e análise crítica.

Ainda nas disciplinas teóricas tradicionais, é fomentada a interdisciplinaridade e o diálogo do Direito com as demais áreas afins, a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, pela discussão de casos e decisões, além de estimular a autonomia da reflexão, crítica e descoberta.

Agrupando as 3.850 horas do curso em disciplinas em razão de seu conteúdo, podemos dividir este total de horas em:

(I) 2.820 horas de disciplinas obrigatórias teóricas, assim subdivididas:

(I.1) 570 horas em disciplinas fundamentais e propedêuticas: Introdução ao Estudo do Direito em uma disciplina 60 horas; Fundamentos das ciências sociais em uma disciplina 60 horas; Fundamentos da Ciência Política em uma disciplina 60 horas; Filosofia Geral e do Direito em uma disciplina 60 horas; Economia Política em uma disciplina 30 horas; Psicologia Aplicada ao Direito em uma disciplina 30 horas; História do Direito em uma disciplina 30 horas; História do Direito no Brasil em uma disciplina 30 horas; Sociologia jurídica em uma disciplina 30 horas; Antropologia Jurídica em uma disciplina 30 horas; Metodologia da Ciência Jurídica em uma disciplina

30 horas; Metodologia da Pesquisa Jurídica em uma disciplina 30 horas; Ética Profissional em uma disciplina 30 horas; Língua Portuguesa em duas disciplinas de 30 horas cada;

(I.2) 1.110 horas em disciplinas de direito público: 270 horas de Direito Constitucional em 04 disciplinas de 60 horas e 01 de 30 horas; 300 horas de Direito Penal em 05 disciplinas de 60 horas cada; 180 horas de Direito Processual Penal em 03 disciplinas de 60 horas cada; 120 horas de Direito Administrativo; 120 horas de Direito Tributário; 30 horas de Direito Ambiental; 60 horas de Direito Internacional Público e 30 horas de Direito Internacional Privado;

(I.3) 1.140 horas em disciplinas de direito privado: Direito Civil em 07 disciplinas de 60 horas cada, totalizando 420 horas; Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo, em 05 disciplinas de 60 horas cada, totalizando 300 horas; Direito Empresarial em 03 disciplinas de 60 horas cada totalizando 180 horas; Direito e Processo do Trabalho em 03 disciplinas de 60 horas cada totalizando 180 horas; Direito do Consumidor em uma disciplina 30 horas; Responsabilidade Civil em uma disciplina 30 horas

(II) 180 horas de disciplinas optativas teóricas, divididas em 06 disciplinas de 30 horas cada, a serem escolhidas pelos discentes dentre as diversas disponíveis a serem oferecidas;

(III) 360 horas de prática simulada, divididas em 04 disciplinas de 90 horas cada, entre o 7º e o 10º período, respectivamente de (1) Direito Empresarial e Administrativo, (2) Direito e Processo Civil; (3) Direito e Processo Penal; (4) Direito e Processo do Trabalho;

(IV) 240 horas de disciplinas acadêmicas aplicadas, sendo 90 horas dedicadas à elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e 150 horas em 05 disciplinas de 30 horas cada, destinadas à atividades de pesquisa, extensão e/ou de aplicação prática; e,

(V) 250 horas de atividades complementares, de livre escolha dos discentes.

Observem abaixo a grade completa por período.

Sistema de Controle Acadêmico Grade Curricular	
Curso : DIREITO - TRÊS RIOS	
CÓD. REGISTRO INEP:	
COORDENAÇÃO Coordenador: ALLAN ROCHA DE SOUZA Contato: (21) 98477867 (22) 81112513 allansouza@gmail.com Telefone: 22-2732-7881 Fax:	
VAGAS 1º Sem.: 45 2º Sem.: 0	CRÉDITOS Obrigatórios: 188 Optativos: 12
TEMPO (Períodos) Mínimo: 10 Máximo: 15	CARGA HORÁRIA (Horas) Ativ. Acadêmicas: 600 Ativ. Complementares: 250 TOTAL: 3850
Habilitação : DIREITO Modalidade : BACHARELADO	Ano-Período: 2012-1

1º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR101	FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA	4	abr/00	
TR102	DIREITO CONSTITUCIONAL I	4	abr/00	
TR104	FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	4	abr/00	
TR107	LÍNGUA PORTUGUESA NO DIREITO I	2	fev/00	
TR188	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	4	abr/00	
TR189	METODOLOGIA DA CIÊNCIA JURÍDICA	2	fev/00	
Total de Créditos do Período		20		

2º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR108	DIREITO CIVIL I	4	abr/00	TR188 P
TR109	DIREITO CONSTITUCIONAL II	4	abr/00	TR102 P
TR110	FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	4	abr/00	
TR111	HISTORIA DO DIREITO	2	fev/00	
TR113	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO	2	fev/00	
TR114	LÍNGUA PORTUGUESA DO DIREITO II	2	fev/00	
TR201	ECONOMIA POLÍTICA	2	fev/00	
Total de Créditos do Período		20		

3º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR115	DIREITO CIVIL II	4	abr/00	TR108 P
TR117	DIREITO CONSTITUCIONAL III	4	abr/00	TR102 P
TR118	DIREITO PENAL I	4	abr/00	TR188 P
TR119	HISTÓRIA DO DIREITO DO BRASIL	2	fev/00	
TR120	SOCIOLOGIA JURÍDICA	2	fev/00	TR104 P
TR123	DIREITO EMPRESARIAL I	4	abr/00	TR108 P
Total de Créditos do Período		20		

4º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR122	DIREITO CONSTITUCIONAL IV	4	abr/00	TR102 P
TR124	DIREITO PENAL II	4	abr/00	TR118 P
TR125	TEORIA GERAL DO PROCESSO	4	abr/00	TR188 P
TR127	DIREITO EMPRESARIAL II	4	abr/00	TR115 P
TR190	DIREITO CIVIL III	4	abr/00	TR115 P
Total de Créditos do Período		20		

5º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR116	DIREITO DO CONSUMIDOR	2	fev/00	TR190 P
TR129	DIREITO PENAL III	4	abr/00	TR124 P
TR130	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	4	abr/00	TR125 P
TR134	DIREITO EMPRESARIAL III	4	abr/00	TR123 P
TR191	DIREITO CIVIL IV	4	abr/00	TR190 P
TR192	DIREITO AMBIENTAL	2	fev/00	TR102 P - TR188 P - TR 125P - TR 118P
Total de Créditos do Período		20		

6º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR132	DIREITO ADMINISTRATIVO I	4	abr/00	TR102 P
TR135	DIREITO PENAL IV	4	abr/00	TR124 P
TR136	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	4	abr/00	TR130 P
TR152	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	4	abr/00	TR102 P
TR193	DIREITO CIVIL V	4	abr/00	TR108 P
Total de Créditos do Período		20		

Grade Curricular

DIREITO - TRÊS RIOS

Página - 3

7º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
AA661	PRATICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	0	0 - 1	TR116 P TR132 P
TR137	DIREITO ADMINISTRATIVO II	4	abr/00	TR132 P
TR139	DIREITO CIVIL PROCESSUAL III	4	abr/00	TR136 P
TR140	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	4	abr/00	TR125 P - TR124 P
TR194	DIREITO CIVIL VI	4	abr/00	TR108 P
TR195	DIREITO PENAL V	4	abr/00	TR135 P
Total de Créditos do Período		20		

8º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
AA662	PRATICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	0	0 - 1	TR194 P TR139 P
AA667	PESQUISA E PRÁTICA I	0	0 - 1	
AA668	PESQUISA E PRÁTICA II	0	0 - 1	
TR143	DIREITO DO TRABALHO I	4	abr/00	TR190 P
TR144	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	4	abr/00	TR140 P
TR146	METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	2	fev/00	TR189 P
TR196	DIREITO CIVIL VII	4	abr/00	TR194 P
TR197	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	4	abr/00	TR139 P
TR198	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	2	fev/00	TR139 P - TR109 P
Total de Créditos do Período		20		

9º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
AA663	PRATICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	0	0 - 1	TR144 P TR135 P
AA665	ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA I	0	0 - 1	TR146P
AA669	PESQUISA E PRÁTICA III	0	0 - 1	
AB661	PESQUISA E PRÁTICA IV	0	0 - 1	
TR131	RESPONSABILIDADE CIVIL	2	fev/00	TR115 P - TR130 P
TR141	DIREITO TRIBUTÁRIO I	4	abr/00	TR109 P
TR147	ÉTICA PROFISSIONAL	2	fev/00	

9º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
TR148	DIREITO DO TRABALHO II	4	abr/00	TR143 P
TR151	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	4	abr/00	TR144 P
TR199	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	2	fev/00	TR 188 P
TR401	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	2	fev/00	TR 104 P
Total de Créditos do Período		20		

10º Semestre

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
AA050	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	0	0 - 1	
AA664	PRÁTICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	0	0 - 1	TR143 P
AA666	ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA II	0	0 - 1	AA665 P
AB662	PESQUISA E PRÁTICA V	0	0 - 1	
AB664	DEFESA DE MONOGRAFIA	0	0 - 1	AA665 P
TR145	DIREITO TRIBUTÁRIO II	4	abr/00	TR141 P
TR154	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	4	abr/00	TR148 P - TR125 P
Total de Créditos do Período		8		

Disciplinas Optativas

Código	Disciplina	Créditos	Carga	Requisitos
IH902	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	2	fev/00	
TR103	DIREITO ROMANO	2	fev/00	
TR128	DIREITO FINANCEIRO	2	fev/00	
TR155	DIREITO DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA	2	fev/00	
TR156	DIREITO INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO	2	fev/00	
TR157	DIREITO DO TERCEIRO SETOR	2	fev/00	
TR158	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	2	fev/00	
TR159	DIREITO AGRÁRIO	2	fev/00	
TR160	DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL	2	fev/00	
TR161	DIREITO DOS ANIMAIS	2	fev/00	
TR162	DIREITO FLORESTAL	2	fev/00	
TR163	DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL	2	fev/00	
TR164	DIREITO URBANÍSTICO	2	fev/00	
TR165	BIODIREITO	2	fev/00	
TR166	PROPRIEDADE INTELECTUAL	2	fev/00	
TR167	DIREITO DO PETRÓLEO E GÁS	2	fev/00	
TR168	DIREITO DOS TRANSPORTES	2	fev/00	
TR169	DIREITO IMOBILIÁRIO	2	fev/00	
TR170	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	2	fev/00	
TR171	HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS	2	fev/00	
TR172	MEDICINA LEGAL	2	fev/00	
TR173	POLÍTICA INTERNACIONAL	2	fev/00	
TR174	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	2	fev/00	
TR301	AGRONEGÓCIO	2	fev/00	
TR302	EMPREENDEDORISMO	2	fev/00	
	DIREITO DA PERSONALIDADE	2		TR 108 P
	PROTEÇÃO CIVIL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA LEI 8069/90 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	2		TR 194 P
	TÓPICOS ESPECIAIS DE BIODIREITO	2		TR 108 P
	DIREITO E CAMPESINATO	2		TR 104 P
	JUDICIALIZAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS	2		TR 104 P
	CRIMINOLOGIA	2		TR 104 P
	CIDADE, TERRITÓRIO E CIDADANIA	2		TR 104 P

	CULTURA, IDENTIDADE E DIREITO	2		TR 104 P
	DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AMBIENTE	2		TR 104 P
	DIREITO E QUESTÃO AGRÁRIA	2		TR 104 P
	DIREITO À EDUCAÇÃO	2		
	DIREITO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO	2		TR 152 P
	DIREITO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO	2		TR 152 P
	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	2		TR 152 P
	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO CONTEMPORÂNEO	2		TR 152 P
	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	2		TR 152 P
	DIREITO URBANÍSTICO	2		TR 104 P
	FENOMENOLOGIA E DIREITO	2		
	HERMENÊUTICA JURÍDICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO	2		
	JUSTIÇA, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA	2		
	INTRODUÇÃO AOS DIREITOS AUTORAIS	2		TR 108 P
	DIREITOS AUTORAIS: Parte Geral	2		TR 108 P
	DIREITOS AUTORAIS: Parte Especial E Direitos Conexos	2		TR 108 P
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA	2		TR 122 P
	QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	2		TR 108 P
	DIREITO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	2		TR 152 P
	DIREITO MARCÁRIO	2		TR 108 P
	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2		TR 108 P
	DIREITOS AUTORAIS E ACESSO A CULTURA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	2		TR 108 P
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	2		TR 125 P
	CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	2		TR 125 P
	MARCOS LEGAIS DA ECONOMIA CRIATIVA	2		TR 108 P
	DIREITO E HISTORICIDADE	2		TR 104 P
	DIREITO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	2		TR 108 P
	DIREITO DIGITAL	2		TR 108 P
	SOCIEDADES ANÔNIMAS	2		TR 123 P
	QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE DIREITOS PATRIMONIAIS	2		TR 191 P - TR 193 P
	QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE DIREITOS EXISTENCIAIS	2		TR 194 P
	DIVERSIDADE HUMANA E NOVOS DIREITOS NO BRASIL	2		
	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO LATIM I	2		TR 114 P
	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL	2		TR 108 P
		2		

8. FORMAS de AVALIAÇÃO do ENSINO e APRENDIZAGEM

A Deliberação 128 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com as devidas atualizações, estabelece que a verificação do rendimento escolar será observada por toda a Universidade, guardando natureza e comportamento idênticos, segundo as normas estabelecidas.

Dentre as normas estabelecidas na Deliberação e disponíveis no sítio da Instituição, merecem ser destacados, para fins de compreensão do processo de verificação do Ensino e Aprendizagem do Curso de Direito do Instituto Três Rios, os seguintes aspectos:

I - A avaliação do rendimento escolar será feita no horário da disciplina;

II - O rendimento escolar em cada disciplina será avaliado ao longo do período letivo regular, correspondendo a, no mínimo, duas e, no máximo, quatro graus ou notas, a juízo do docente responsável, supervisionado pela Chefia do Departamento;

III - Será facultada aos alunos, em cada disciplina, uma única prova opcional, cuja inclusão no cronograma de verificações de rendimento escolar é obrigatória;

IV - A avaliação opcional será realizada no encerramento do período e no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis após o término desse período letivo regular, envolvendo toda a matéria lecionada na disciplina, inclusive aos que, não tendo alcançado a média 5,0 (cinco) com as verificações regulares, tenham, entretanto, a possibilidade de, desse modo, atingi-la;

V - O grau obtido em prova opcional substituirá o de menor valor correspondente às verificações regulares realizadas durante o período, sempre que esta substituição resultar em média final igual ou superior a 5,0 (cinco).

VI - Os quesitos das verificações de rendimento escolar deverão ser elaborados de forma a assegurar objetividade de julgamento, limitando-se aos conteúdos programáticos lecionados na disciplina, cuja complexidade nunca exceda ao nível de ensino de graduação.

VII – As avaliações, os quesitos, bem como a solução apresentada pelos alunos, serão arquivados por um ano nos respectivos Departamentos.

VIII - Os instrumentos de verificação do rendimento escolar deverão ser elaborados de sorte a permitir resolução dos quesitos propostos no prazo correspondente à duração da prova, que em nenhuma hipótese uma prova terá duração efetiva superior a 03 (três) horas.

IX - Os alunos terão conhecimento prévio dos valores dos quesitos propostos, em qualquer avaliação de rendimento escolar, bem como da importância relativa de cada verificação de rendimento para sua aprovação na disciplina.

X - A utilização de qualquer processo fraudulento, nas verificações de rendimento escolar, sujeita o aluno às sanções disciplinares, sem prejuízo da aplicação do grau zero àquela verificação de rendimento.

Estas normas valem para todos os cursos de graduação da Universidade e são integralmente aplicadas nas verificações de aprendizagem deste Curso de Direito.

9. PESQUISA

A pesquisa é parte integrante e essencial da formação docente e o Curso de Direito do Instituto Três Rios na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro assume o compromisso de formação científica de seus discentes.

O compromisso do Curso de Direito do ITR com a pesquisa e o desenvolvimento de um pensamento crítico e interdisciplinar se expressa também na grade curricular. São 150 horas de Atividades Acadêmicas, de pesquisa, prática e extensão, divididas em cinco disciplinas de 30 horas semestrais cada, que objetivam proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e prática relacionadas ao conhecimento teórico acumulado ao longo de sua formação, os discentes serão orientados diretamente pelo professor responsável pela disciplina na elaboração e condução de pesquisas jurídicas e sociais, produção de textos, comentários de decisões

judiciais, análises aprofundadas de doutrina, estudos comparados e outras atividades afins sobre temas de escolha e com a bibliografia indicada pelo professor.

Além destas atividades, como corolário da pesquisa jurídica, há as atividades ligadas ao desenvolvimento e defesa pública dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, em formato monográfico, que se consubstancia em três disciplinas de orientação, conforme exposto em espaço próprio.

Considerando o compromisso do curso de Direito da UFFRJ com a pesquisa e a produção de conhecimentos, fomentando a reflexão crítica de seus discentes e docentes, imperativo foi implantação, no âmbito do Curso de Direito, do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica – NUPAC, através do qual se estimula a divulgação de trabalhos produzidos pelos corpos discente e docente do Curso de Direito.

Como representação inequívoca de tal compromisso por parte do NUPAC, fora edificada no âmbito do Curso de Direito a “Revista Eletrônica Jurídica” – REJUR, tendo como área temática “Direito, Sociedade e Desenvolvimento”, canal de divulgação da produção intelectual do Curso bem como ambiente de interação com os demais campos intelectuais de universidades brasileiras e estrangeiras, favorecendo a ampliação e aquisição de capital intelectual e simbólico para a região sócio econômica na qual se insere o Curso, contando, ainda, a REJUR, com Conselho Editorial Externo e Interno representativo e de robustez na produção intelectual na área das Ciências Sociais Aplicadas.

São igualmente desenvolvidos Projetos de Pesquisa envolvendo professores e alunos do Curso, com Grupos de Pesquisa formalmente instituídos e Cadastrados no Diretório do CNPq e projetos de pesquisa aprovados ou sendo financiados pelas instituições de fomentos. A diversidade de iniciativas na promoção da pesquisa demonstra que é uma atividade estrutural do Curso e da formação dos discentes.

10. EXTENSÃO

As atividades de extensão fazem parte da formação dos discentes do curso e alcança programas, projetos e atividades que buscam fazer a ponte entre a Universidade e a Sociedade, entre o Curso e a comunidade de sua área de influência. Nesta linha o Curso de Direito incentiva e promove diversas iniciativas de extensão.

A democratização ao acesso do ensino público, gratuito e de qualidade é principal característica das diretrizes que norteiam os cursos superiores oferecidos pela UFRRJ. Além de estipular nos Projetos Pedagógicos dos cursos a proposta indissolúvel entre ensino, pesquisa e extensão como valores a serem assegurados na educação superior. Conforme pode ser observado na Deliberação nº. 125, de 06 de julho de 2006, UFRRJ, que regula a proposta de normatização das atividades de extensão, em seu art. 1º estabelece que:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Nesta linha, os Programas de Extensão implicam institucionalmente em um conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, de médio a longo prazos, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articulam projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica), inclusive de pesquisa e ensino. Já as ações de extensão aludem à apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências à produção do conhecimento resultante do confronto com a

realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria / prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro regulamenta as atividades complementares dos cursos de graduação no âmbito da instituição através da Deliberação 78 de 2007, disponível no sítio eletrônico da Instituição. O Curso de Direito do Instituto Três Rios estabelece em 250 o número mínimo de horas de atividades complementares a serem cumpridas pelos alunos.

A Deliberação institucional estabelece como Atividades Complementares todas as atividades de natureza acadêmica, científica, artística e cultural que buscam a integração entre a graduação, a pesquisa e a extensão e que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas obrigatórias ou optativas do currículo pleno.

Desta forma, representam um instrumento válido para o aprimoramento da formação básica, constituindo elementos enriquecedores e implementadores do próprio perfil do profissional e da formação cidadã.

As Atividades Complementares objetivam, entre outros aspectos:

- I. fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva;
- II. enriquecer o currículo pleno através da ampliação dos conhecimentos adquiridos na participação em eventos pertinentes aos conteúdos ministrados na graduação;
- III. encorajar as habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- IV. aprofundar o grau de interdisciplinaridade na formação acadêmica dos alunos, em conjunto com a Comunidade;

- V. promover o aprimoramento cultural do aluno, através do incentivo ao zelo pela sua qualidade de vida e crescimento pessoal;
- VI. possibilitar ao aluno a oportunidade de envolver-se em práticas extracurriculares que venham a apoiar seu crescimento, não apenas teórico e técnico, mas também humano e social;
- VII. estimular no estudante o exercício da reflexão e o desejo de aprender, articulando os diferentes conteúdos e compreendendo o caráter mutável do conhecimento.

A escolha das Atividades Complementares é de responsabilidade exclusiva do aluno, considerando-se que a sua finalidade precípua é o enriquecimento do currículo pleno do curso, permitindo-lhe uma ampliação de seus conhecimentos, tendo como objetivo a formação integral do profissional-cidadão.

Estas atividades não conferem crédito nem grau ao aluno, mas constituem componente curricular obrigatório e sua validação das Atividades Complementares será requerida pelo graduando, em formulário próprio, justificado, assinado e instruído com os comprovantes de frequência e com todas as demais provas inerentes às exigências formais e materiais de cada uma das temáticas dos grupos apresentados abaixo, sem o que serão indeferidos.

As atividades complementares se dividem em quatro grandes grupos, quer sejam, respectivamente, vinculadas ao Ensino, Pesquisa, Extensão e à Representação Estudantil.

Fazem parte do primeiro grupo, as monitorias e outras modalidades de bolsas/atividades institucionais, vinculadas ao ensino de graduação, entendidas como atividades de iniciação à docência, relacionadas à prática orientada de experiência de ensino, visando ao crescimento didático-pedagógico do aluno.

Já as atividades do grupo 2 referem-se à produção do conhecimento, através de estudos específicos, visando desenvolver no aluno a vocação, interesse e aptidão para a investigação científica, objetivando o avanço científico, cultural, tecnológico e socioeconômico da região e do país.

Já dentro do grupo 3, estão as atividades de extensão universitária, englobando os programas, projetos e atividades que buscam fazer a ponte entre a Universidade e a Sociedade, interligando pesquisa e ensino. Ao passo que são consideradas atividades

vinculadas à Representação Estudantil, no grupo 4, aquelas desenvolvidas em órgãos colegiados, por período não inferior a seis meses, e em comissões institucionais.

O graduando é livre para escolher todos ou alguns dos grupos de Atividades Acadêmicas que deseja desenvolver, para complementar a totalidade das horas exigidas, desde que respeitados os respectivos limites e as Atividades Acadêmicas podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo das atividades de ensino regular ministrado nos cursos de graduação.

As Atividades Complementares a serem consideradas no cômputo das horas são as seguintes:

- disciplinas extracurriculares cursadas fora da UFRRJ, em instituição de ensino superior com reconhecimento oficial, desde que tenham pertinência com os conteúdos programáticos de disciplinas do curso de graduação;
- disciplinas de Livre escolha cursadas na UFRRJ que não contenham crédito para integralização do curso.
- bolsas concedidas pela UFRRJ (monitoria, estágio interno, extensão entre outras);
- bolsas de iniciação científica (PROIC e PIBIC) concedidas pela UFRRJ e por agências de fomento (FAPERJ, CNPq, PET entre outras);
- estágios extracurriculares em instituições conveniadas com a UFRRJ;
- realização de curso regular de língua estrangeira;
- desenvolvimento de material didático (apostilas, maquetes, fluxogramas, *slides*, transparências, vídeos, entre outros);
- participação em projetos de extensão e de grupos cadastrados no Decanato de Extensão;
- realização de cursos de extensão;
- participação em concursos de monografia, promovidos ou não pela UFRRJ;
- desenvolvimento de pesquisa pedagógica com produto final;
- desenvolvimento de pesquisa pedagógica com produto final publicado em periódico, obra coletiva ou autoria de livro (texto integral);

- desenvolvimento de pesquisa pedagógica com produto final publicado em periódico, obra coletiva ou autoria de livro (texto integral);
- participação em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho, semanas acadêmicas e similares, versando sobre temas pedagógicos ou do conteúdo específico do seu curso;
- apresentação de trabalho em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e similares, versando sobre temas de interesse na sua área de formação;
- participação em órgãos colegiados da UFRRJ;
- participação como conferencista, mediador ou debatedor em eventos acadêmicos;
- organização de eventos acadêmicos;
- participação em intercâmbio ou convênio cultural;
- participação no Coral da UFRRJ;
- participação em grupos de teatro ou grupos regionais oficiais da UFRRJ;
- representação da UFRRJ em eventos esportivos oficiais;
- participação em equipes esportivas;
- participação voluntária em atividades de caráter humanitário e social.

12. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

O Curso conta com um Núcleo de Prática Jurídica coordenado por um(a) Professor(a) de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais. Seu funcionamento está regido por Estatuto próprio aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado de Coordenação do Curso e contará com infra-estrutura física, organização administrativa e recursos humanos que condigam com os desafios pedagógicos, necessidades práticas e exigências legais.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), conforme estabelecido na Deliberação 21 do CEPE, de 19 de abril de 2011, concebe o estágio como uma atividade curricular de base eminentemente pedagógica, que se constitui em experiência

acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica em ambiente genuíno de trabalho, possibilitando o questionamento, a reavaliação curricular, bem como a relação dinâmica entre teorias e práticas desenvolvidas ao longo das atividades curriculares.

Neste sentido, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem como objetivos gerais oferecer oportunidade de aprendizagem em ambiente profissional aos alunos do curso de graduação, constituindo-se em instrumento de integração, capacitação para o trabalho, aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, e de relacionamento humano, além de proporcionar aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando a contextualização curricular, a articulação teoria-prática, o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho em geral.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá buscar seu caráter interdisciplinar em relação às diversas áreas do conhecimento e será desenvolvido visando: I - à formação humana, científica e cultural do estagiário; II - à inserção do estagiário no mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de atividades concretas e diversificadas; III - à unidade entre teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão; IV - à interação da universidade com os demais segmentos sociais.

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto Três Rios da UFRRJ oferece estágio curricular obrigatório aos discentes do Curso e tem por objetivo específico proporcionar a experiência da prática da advocacia. O Estágio no Núcleo de Prática Jurídica será desenvolvido através de atendimento ao público e/ou através de casos práticos fictícios, com redação de peças e acompanhamento processual no âmbito judiciário e administrativo e tem por objetivo proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades práticas na área de Direito, de forma a integrar os conhecimentos teóricos acumulados com a prática jurídica.

O estágio curricular consiste em quatro disciplinas de 90hs, oferecidas entre o 7º e o 10º períodos do curso, totalizado um total de 360hs de estágio curricular obrigatório, e deverão propiciar ao estagiário a participação e análise jurídica de situações reais e a experiência da advocacia, proporcionando a oportunidade da aplicação concreta dos conhecimentos acumulados durante a sua formação. São oferecidas atividades práticas, respectivamente, nas áreas de Direito Administrativo e Empresarial, Civil, Penal e Trabalhista.

O Núcleo de Prática Jurídica possui Coordenação e Vice-Coordenação próprios, além de professores orientadores que acompanham o atendimento aos assistidos e comandam simulações, e também um técnico administrativo para assessorar nas atividades.

Além de secretaria própria, devidamente equipada, o Núcleo de Prática Jurídica, com o sempre presente objetivo de oferecer estágio de qualidade, manterá convênios com instituições públicas e privadas, a fim de que o atendimento ao público possa ser feito, total ou parcialmente, nestes espaços. Dentre as instituições de interesse, destacamos o Tribunal de Justiça, Tribunal Federal e Tribunal do Trabalho; Ministério Público; Defensoria Pública; Ordem dos Advogados do Brasil, através de suas representações regionais e locais; órgãos executivos, sejam federais, estaduais ou municipais; empresas privadas; dentre outros.

13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No decorrer dos últimos dois semestres do curso, o discente deverá, necessariamente, desenvolver e apresentar trabalho monográfico individual de conclusão de curso desenvolvido sob orientação de um(a) professor(a) do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, cabendo co-orientação na concordância do orientador principal, e defendido oralmente perante uma banca, composta de três professores, o orientador e outros dois, que podem ser, ou não, professores do DCJS, que avaliará a qualidade do trabalho. Cada professor deverá orientar, no máximo, cinco alunos por período.

Para tal, o Projeto Pedagógico contempla três atividades diretamente vinculadas à elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso no quadro de disciplinas da matriz curricular.

A primeira destas disciplinas (Orientação de Monografia I – 30hs) é oferecida no 9º período e consiste na orientação individual do discente por parte do(a) professor(a) orientador(a), com vistas à elaboração inicial do Trabalho de Conclusão do Curso.

No 10º período são oferecidas a segunda (Orientação de Monografia II – 30hs) e a terceira (Defesa de Monografia) disciplinas, que almejam, respectivamente, propiciar a oportunidade de dilapidar o trabalho com vistas à defesa, que ocorrerá perante banca composta por professores, sendo um deles o(a) professor(a) orientador(a), podendo ser convidado(a) um(a) professor(a) externo.

Além destas disciplinas, são obrigatórias as disciplinas de Introdução à Metodologia da Ciência e Metodologia da Pesquisa Jurídica, respectivamente nos 1º e 8º período, como forma de apresentar, no início do curso, uma introdução ao método científico e, posteriormente, aos métodos específicos da ciência jurídica. assegurando que os discentes estejam intelectualmente preparados para o desafio de desenvolver um trabalho monográfico.

As disciplinas de elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão do Curso são as seguintes:

Orientação de Monografia I – 30hs (9º período)

Orientação individual do discente por parte do(a) professor(a) orientador(a), com vistas à elaboração as primeiras partes do Trabalho de Conclusão do Curso.

Orientação de Monografia II – 30hs (10º período)

Orientação individual do discente por parte do(a) professor(a) orientador(a), com vistas à elaboração da versão final do Trabalho de Conclusão do Curso.

Defesa de Monografia – 30hs (10º período)

Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, que ocorrerá perante banca composta por professores, sendo um deles o(a) professor(a) orientador(a), que avaliarão o trabalho e sua defesa pelo discente.

14. ORGANOGRAMA DO CURSO

Fundamentos da Ciência Política		Direito civil I		Direito Civil II		Direito Civil III		Direito Civil IV		Direito Administrativo I		Direito Administrativo II		Jurisdição Constitucional		Direito do Trabalho II		Disciplina Optativa I	
4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	2	30	4	60	2	30
Direito Constitucional I		Direito Constitucional II		Direito Empresarial I		Direito Constitucional IV		Direito Empresarial III		Direito Civil V		Direito Civil VI		Direito do Trabalho I		Direito Internacional Privado		Direito Tributário I	
4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	2	30	4	60
Metodologia da Ciência Jurídica		Filosofia Geral e do Direito		Direito Constitucional III		Direito Empresarial II		Direito Ambiental		Direito Internacional Público		Direito Processual Civil III		Direito Processual Penal II		Direito Tributário I		Direito Processual do Trabalho	
2	30	4	60	4	60	4	60	2	30	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60
Fundamentos das Ciências Sociais		História do Direito		Direito Penal I		Direito Penal II		Direito Penal III		Direito Penal IV		Direito Processual Penal I		Direito Civil VIII		Direito Processual Penal III		Disciplina Optativa II	
4	60	2	30	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	4	60	2	30
Introdução ao Estudo do Direito		Economia Política		Sociologia Jurídica		Teoria Geral do Processo		Direito Processual Civil I		Direito Processual Civil II		Direito Penal V		Metodologia da Pesquisa Jurídica		Antropologia Jurídica		Disciplina Optativa III	
4	60	2	30	2	30	4	60	4	60	4	60	4	60	2	30	2	30	2	30
Língua portuguesa do Direito I		Psicologia aplicada ao Direito		História do Direito no Brasil		Direito do Consumidor						Prática Simulada I		Prática Simulada II		Responsabilidade Civil		Disciplina Optativa IV	
2	30	2	30	2	30	2	30	2	30				90		90	2	30	2	30
		Língua portuguesa do Direito II												Direito Processual Civil IV		Prática Simulada III		Disciplina Optativa V	
		2	30											4	60		90	2	30
														Pesquisa e Prática I		Ética Profissional		Prática Simulada IV	
															30	2	30		90
														Pesquisa e Prática II		Pesquisa e Prática III		Orientação de Monografia I	
															30		30		30
																Pesquisa e Prática IV		Defesa da Monografia	
															30		30		30
																Orientação de Monografia II		Disciplina Optativa VI	
															30		30	2	30
																		Pesquisa e Prática V	
																			30
																		Atividades Complementares	
																			250

		Carga Horária
I	Curso das Disciplinas Fundamentais e Propedêuticas	570
II	Curso das Disciplinas Profissionalizantes	2250
	a) Disciplinas de Direito Público	1110
	b) Disciplinas de Direito Privado	1140
III	Disciplinas Optativas	180
IV	Curso das atividades acadêmicas aplicadas	240
V	Práticas Simuladas (Estágios)	360
VI	Atividades Complementares	250
TOTAL		3850

Considerações:
 1 crédito = 15h

Créditos	Carga Horária
20	300

20	300
----	-----

20	300
----	-----

20	300
----	-----

20	300
----	-----

20	390
----	-----

20	450
----	-----

20	480
----	-----

20

15. EMENTAS das DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS TEÓRICAS, OPTATIVAS, OBRIGATÓRIAS PRÁTICAS e ACADÊMICAS

15.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS TEÓRICAS

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 101	FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais:		
➤ Apresentar a Ciência Política como disciplina que estuda as teorias que formulam a estruturação e funcionamento dos sistemas políticos e sua relação diferenciada com a ação política; ➤ Examinar os fundamentos da ciência política em relação com a questão do poder nas suas dimensões teóricas, históricas e institucionais, para fornecer uma explicação global dos fenômenos políticos, principalmente o desenvolvimento do estado; ➤ Estabelecer as relações sociais, política e jurídicas entre Estado, Poder e Democracia e sua importância no debate contemporâneo;		
Específicos:		
➤ Identificar as principais características teóricas que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento moderno; ➤ Analisar o surgimento da idéia de estado moderno e seu desenvolvimento institucional		

nos séculos XX e XXI; ➤ Identificar os problemas e desafios do fenômeno estatal e democracia no mundo contemporâneo.
EMENTA: Bases e fundamentos do pensamento político moderno. Maquiavel e a autonomia da esfera política. O contratualismo moderno em contraponto ao enfoque histórico. O construtivismo e a gênese da ordem. Hobbes e o Estado Absoluto; Locke e o Estado Liberal; Rousseau e o Estado Democrático.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade I – Política e Ciência Política: 1.1 Características da realidade política. A Experiência Política e a Ciência Política; 1.2 O sistema Político e a vida pública e privada Unidade II – Fundamentos do Pensamento Político Moderno 2.1 Maquiavel e a sociedade política; 2.2 O contratualismo de Thomas Hobbes; 2.3 O liberalismo contratualista de John Locke; 2.4 O republicanismo de Rousseau; 2.5 Stuart Mill e os limites ao poder estatal super-dimensionado; 2.6 As duas visões de Estado de Marx; 2.7 Weber: racionalidade e legitimidade como fundamentos do estado; 2.8 Shumpeter e o elitismo competitivo; 2.9 A concepção de estado mínimo de Hayek e Nozick; 2.10 Estado Social, pluralismo político e o desenvolvimento da ordem democrática. Unidade III – Desafios do Estado e da Democracia no Mundo Contemporâneo 3.1 Estado, Democracia e Mercado na era da globalização; 3.2 Soberania, autodeterminação e interconexão mundial;

- 3.3 A segurança nacional e as ameaças transacionais;
- 3.4 Estado-Nação, perspectivas democrática e integração;
- 3.5 Trajetórias e dilemas do estado democrático de Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHEVALLIER, JJ. *História do Pensamento Político: da cidade-estado ao apogeu do estado-nação monárquico*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CHEVALLIER, JJ. *História do Pensamento Político: o declínio do Estado Nação monárquico*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Guanabara & Koogan, 1983

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. (Vols. 1 e 2). Brasília: UnB, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, N e BOVERO M. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1986.

HOBBS, T. *Leviatan Os Pensadores*. São Paulo. Editora Abril, 1983.

LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre O Governo Civil*, in *Os Pensadores*. São Paulo. Editora Abril, 1978.

MACHEAVELLI, Niccolo. *O Príncipe*. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.

ROSSEAU, J.J. *Do Contrato Social*. São Paulo. RT, 2008.

_____. *Do Contrato Social*, in *Os Pensadores*. São Paulo. Editora Abril, 1973.

SADEK, M. T. *Maquiavel – A Política como ela é*. São Paulo. Editora FTD, 1996.

WEFORTH, F. (org.) *Os Clássicos da Política*. São Paulo. Editora Ática, 1989.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 102 CRÉDITOS: 04	DIREITO CONSTITUCIONAL I Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Introduzir o discente no universo do direito, fornecendo-lhe os elementos básicos para o alcance da profundidade temática a ser desenvolvida, especialmente no que diz respeito à questão do Estado, seu papel em sua relação de poder com o cidadão. Específicos: ➤ Preparar para estudos mais profundos do Direito Constitucional. ➤ Apresentar a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais ➤ Conferir aos estudos foco no contexto brasileiro.		
EMENTA: Aspectos Gerais do Direito Constitucional. A Teoria Geral do Estado. Regimes Políticos. Partidos Políticos. Formas de Estado. Formas de Governo. Teoria Geral dos Direitos Humanos Fundamentais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I – Aspectos Gerais do Direito Constitucional 1. Conceito, objeto e métodos. 2. Ciências Constitucionais: Teoria da Constituição, História Constitucional, Política Constitucional, Direito Constitucional Comparado, Direito do Estado, Ciência Política, Teoria Geral do Estado.		

Unidade II – A Teoria Geral do Estado.

1. Sociedade e Estado. Concepções da relação entre ambos: Jellinek e Weber. As teorias marxista, funcionalista e sistêmica de representação do Estado.
2. Marcos teóricos para a compreensão do Estado Moderno: Maquiavel, Bodin, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau.
3. A evolução do Estado.
4. Elementos do Estado.
5. A conquista da cidadania: os paradigmas da Antiguidade, da Idade Média e do Estado Moderno.
6. Os paradigmas constitucionais dos Estados Liberal de Direito, Social de Direito e Democrático de Direito.

Unidade III – Regimes Políticos.

1. Democracia: conceito e tipos.
2. Autocracia: autoritarismo e totalitarismo.

Unidade IV – Partidos Políticos.

1. Natureza Jurídica.
2. A realidade partidária.
3. Os grupos de pressão no processo político.
4. Partidos Políticos brasileiros: breve enfoque.

Unidade V – Formas de Estado.

1. Os Tipos Clássicos: o Estado Unitário; o Estado Federal; a Confederação; e as Uniões de Estados.
2. O Estado Regional e o Estado Autônomo.
3. A comunitarização.
4. As metamorfoses do Estado Federal.
5. O Federalismo brasileiro.
6. A refundação do Estado em face da globalização.
- 7.

Unidade VI – Formas de Governo.

1. A organização política na Antiguidade: Platão, Aristóteles, Políbio e Cícero.
2. A influência de Maquiavel.
3. Formas de Governo no Estado Moderno: a Monarquia e a República. Tipos e distinções.
4. Os sistemas de governo: parlamentarismo, presidencialismo e semipresidencialismo. O regime suíço.

Unidade VII – Teoria Geral dos Direitos Humanos Fundamentais.

1. Direitos Humanos Fundamentais: finalidades e evolução histórica. As gerações ou dimensões dos direitos fundamentais.
2. A concepção dos direitos humanos fundamentais segundo as diversas religiões: cristã (católica, ortodoxa e protestante); islâmica; hinduísta; confucionista e de outras crenças místicas.
3. Concepções filosófico-jurídicas dos direitos humanos fundamentais: a jusnaturalista; a positivista; e a contratualista. Outras teorias.
4. A busca por uma terceira via: o pós-positivismo.
5. Critérios distintivos entre regra e princípio. Os direitos fundamentais como regras e princípios.

Conflitos entre direitos humanos: ponderação em abstrato e em concreto. A prevalência *prima facie*. O princípio da proteção do núcleo essencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo*. Tradução por Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Tradução por Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Alexandre. *Direitos Humanos Fundamentais*. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STRECK, Lenio Luiz; BOLZAN DE MORAIS, José Luis. *Ciência Política e Teoria do Estado*. 6.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 4ª edição. São Paulo. RT, 2003.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 104	FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Propiciar ao aluno o conhecimento do processo de constituição das ciências sociais, especialmente da sociologia e da antropologia e suas principais questões.		
Específicos: ➤ Trabalhar a perspectiva antropológica sobre o direito, as leis e os costumes.		
EMENTA: A antropologia no contexto da ciências sociais; a cultura segundo uma perspectiva antropológica; os métodos e técnicas de pesquisa em antropologia. A produção social de conhecimento: saber, poder e ciência; principais problemas das ciências sociais. Ideologia e ciência. Perspectivas em ciências sociais e a reprodução social e a alienação.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Módulo I – A constituição das ciências sociais como expressão do pensamento moderno:		
1.1 O contexto histórico do aparecimento da sociologia / Revolução Industrial e Revolução Francesa;		

1.2 Ciência Social e Natural;

1.3 Principais problemáticas da Sociologia;

1.4 A ciência social para os clássicos.

Módulo II – A antropologia no campo das ciências sociais

2.1 O desenvolvimento do pensamento antropológico;

2.2 O campo da antropologia;

2.3 O fazer analógico: trabalho de campo e observação participante.

Módulo III – Desafios do Estado e da Democracia no Mundo Contemporâneo

3.1 Análise antropológica: Sociedade e Estado;

3.2 Análises antropológicas: Costumes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAS, Franz. Antropologia cultural. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e a Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editora Presença, 2005.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 8ª edição. São Paulo. Brasiliense, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é a sociologia?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DURKHEIM, Emile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes,

1981.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 107	LÍNGUA PORTUGUESA NO DIREITO I	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVO DA DISCIPLINA:		
➤ Capacitar os estudantes a um bom desempenho linguístico, tanto na modalidade oral quanto na escrita, quando em exercício profissional.		
EMENTA: Dar a conhecer da utilização expressiva do idioma. Análise e interpretação do discurso jurídico em sua modalidade oral e escrita.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I – A Utilização Expressiva do Idioma		
1.1 Estudo dos elementos da comunicação no âmbito do discurso jurídico;		
1.2 Tipologias e gêneros textuais no Direito;		
1.3 As relações autor/leitor e construções de sentido;		
1.4 Fatores de textualidade;		
1.5 Modalizaçãodeôntica e epistêmica		
Unidade II - Espécies e fontes a de Norma jurídica		
2.1 Conotação e denotação na produção de peças;		
2.2 Interpretação gramatical do texto normativo;		
2.3 Focalização;		
2.4 Modalizaçãootonômica;		

2.5 Estratégias de argumentação no discurso jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem Jurídica. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

DOUGLAS, William. Princípios Básicos da Argumentação Jurídica. 1ª edição. Niterói. Impetus, 2006.

HENRIQUES, Antonio. DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de Português Jurídico. 10ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem Forense. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

TOMASI, Carolina. MEDEIROS, João Bosco. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.

CALDEIRA. Latim no Direito. 5ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1996.

SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. 27ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 188	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Apresentar ao aluno os conceitos básicos do Direito.		
Específicos: ➤ Propiciar ao aluno iniciante no curso de direito as primeiras noções acerca do direito e seus fundamentos. Trata-se de disciplina de caráter propedêutico e enciclopédico. Tem assim o propósito de oferecer a base do conhecimento jurídico para que se possa estar em condições de apreender os demais conteúdos ao longo do curso.		
EMENTA: Introdução ao Direito. Direito e Moral. Direito, Equidade e Justiça. Fontes de Direito. Fundamentos do Direito. Normas jurídicas. Interpretação e integração da Norma Jurídica. Direitos Subjetivos e Relação Jurídica. Pessoa natural e jurídica.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
I – Sobre o Direito. • As dimensões do Direito.		

- Direito e Moral;
- Direito, Equidade e Justiça.
- Os fundamentos do Direito.
- Direito natural e Direito Positivo.
- Fontes do Direito

II – Norma Jurídica.

- Definição, funções e natureza da norma jurídica.
- Espécies: legislação; costume; pacto; sentença judicial; atos jurídicos de iniciativa privada.
- Fontes das normas jurídicas: o processo legislativo
- A vigência da lei. A *vacatio legis*.
- A cessação da vigência da norma: caducidade, desuso, costume negativo, revogação: abrogação, derrogação, repristinação.
- Eficácia da norma jurídica.

III – Integração e Interpretação da Norma Jurídica.

- A integração e as lacunas da lei.
- A interpretação da norma jurídica: conceito, funções e necessidade.
- Técnicas e teorias de interpretação.

IV – Direitos Subjetivos.

- Definição, teorias e críticas.
- Elementos dos Direitos Subjetivos: Sujeito do direito; objeto do direito; relação jurídica; a proteção jurídica (sanção, coação e coerção; direito de ação).
- Classificação dos Direitos Subjetivos.

V – A Pessoa Natural.

- Noção filosófica de pessoa.
- Conceito.
- Capacidade.
- Começo e fim da personalidade.

VI – A Pessoa Jurídica.

- Conceito.
- Classificações.
- Capacidade.
- Começo e fim da personalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRAZ Jr., TÉRCIO SAMPAIO. Introdução ao Estudo do Direito. 7ª edição. Editora Atlas. São Paulo, 2013.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 35ª edição. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2013.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. 45ª edição. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2012.

MONTORO, André Franco. Introdução a Ciência do Direito. 30ª edição. São Paulo. RT, 2013.

NUNES, Rizzatto. Manual de Introdução a Ciência do Direito. 11ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 189	METODOLOGIA DA CIÊNCIA JURÍDICA	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais:		
➤ Apresentar as principais escolas do pensamento jurídico, bem como noções de teoria da argumentação e hermenêutica jurídica.		
Específicos:		
➤ Analisar algumas propostas metodológicas sobre a Ciência do Direito. ➤ Tratar de modo aprofundado as relações entre Direito e Moral. ➤ Oferecer instrumentos conceituais a partir dos quais o aluno possa lidar de maneira mais crítica e criativa com o conhecimento fornecido nas disciplinas dogmáticas. ➤ Proporcionar ao aluno um conhecimento da linguagem e do raciocínio utilizados pelo profissional do direito. ➤ Fornecer ferramentas de interpretação e integração do direito que possam orientar o aluno na resolução de problemas práticos do mundo jurídico.		
EMENTA: Noções de Metodologia Científica. Algumas perspectivas metodológicas sobre a Ciência do Direito. Relações entre Direito e Moral. Hermenêutica Jurídica. Teoria da Argumentação Jurídica.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

1. Noções de Metodologia Científica:

1.1. Conteúdo filosófico da Metodologia Científica.

1.2. O direito como objeto de conhecimento

1.3. Ciência do Direito e Dogmática Jurídica

2. Algumas perspectivas metodológicas sobre a Ciência do Direito:

2.1. Escola do Realismo Jurídico clássico.

2.2. Escola da Exegese.

2.3. Escola Histórica.

2.4. Pandectística.

2.5. Escola do Direito Livre.

2.6. Jurisprudência dos interesses.

2.7. Jurisprudência dos valores.

3. Relações entre Direito e Moral:

3.1. O Jusnaturalismo clássico (Realismo Jurídico clássico) e o Jusnaturalismo racionalista (Iluminista)

3.2. O Positivismo Jurídico

4. Hermenêutica Jurídica:

4.1. Teoria do Ordenamento Jurídico

4.2. Métodos Hermenêuticos

4.2.1. Interpretação gramatical, lógica e sistemática

4.2.2. Interpretação histórica e sociológica

4.2.3. Interpretação teleológica e axiológica

4.3. Tipos de Interpretação

4.3.1. Interpretação especificadora

4.3.2. Interpretação restritiva

4.3.3. Interpretação extensiva

4.4. Modos de Integração do Direito

4.4.1. A completude do ordenamento jurídico e o problema das lacunas

4.4.2. Lacunas reais e lacunas ideológicas

4.4.3. Instrumentos quase-lógicos: analogia, indução amplificadora e interpretação extensiva

4.4.4. Instrumentos institucionais: costumes, princípios gerais de direito e equidade

4.4.5. Limites à integração

5. Teoria da Argumentação Jurídica:

5.1. Lógica Jurídica

5.2. Demonstração e argumentação

5.3. A Tópica aristotélica

5.4. A Retórica aristotélica e a sua releitura por Chaïm Perelman (Nova Retórica).

5.5. Argumentos Jurídicos

5.5.1. Argumento *ab absurdo*

5.5.2. Argumento *abauctoritate*

5.5.3. Argumento *a contrario sensu*

5.5.4. Argumento *ad hominem*

5.5.5. Argumento *ad rem*

5.5.6. Argumento *a fortiori*

5.5.7. Argumento *a maiori ad minus*

5.5.8. Argumento *a minori ad maius*

5.5.9. Argumento *a pari* ou *a simili*

5.5.10. Argumento *a posteriori*

5.5.11. Argumento *a priori*

5.5.12. Argumento silogístico ou entimema

5.5.13. Argumento exemplar ou *exempla*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: UNB, 1999.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: Técnica, Decisão, Dominação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PERELMAN, Chaim. **Lógica Jurídica**. Trad. Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. **Tópicos; Dos argumentos sofísticos**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito**. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FULLER, Lon L. **O caso dos exploradores de cavernas**. Trad. Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre: Fabris Editor, 1999.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 108	DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL	Pré requisito: TR188 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Transmitir aos estudantes a principiologia do Direito Civil, estimulando a busca pela compreensão dos principais conceitos e institutos da Teoria Geral do Direito Civil, necessariamente à luz de uma visão civil-constitucional.		
Específicos: ➤ Identificar os principais institutos da Parte Geral, reconhecendo-os como elementos necessários para o entendimento da Parte Especial do Código Civil e para o entendimento do Direito como um todo; ➤ Realizar a interconexão entre os vários ramos do direito, a partir do estudo da Parte Geral de acordo com a concepção contemporânea do Direito Civil, calcada na construção de pontes entre o direito público e o direito privado; e ➤ Imprimir uma visão crítica dos institutos, apontando as polêmicas e dissensos doutrinários e jurisprudenciais por meio de uma abordagem que permita realçar os valores existenciais do ordenamento.		
EMENTA: Os Sujeitos do Direito: as Pessoas Naturais e as Pessoas Jurídicas. Personalidade. Domicílio. Objetos do Direito: os Bens Jurídicos e as Coisas Jurídicas. Fatos Jurídicos: Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Prescrição e Decadência.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I– A Codificação do Direito Civil

- 1.1. Em que consiste um código?
- 1.2. Os períodos pré e pós colonial.
- 1.3. As tentativas de codificação no intervalo entre o CC de 1916 e o CC de 2002.
- 1.4. O Código Civil de 2002 e sua organização.
- 1.5. A publicização e a constitucionalização do Direito Civil.
- 1.6. Os paradigmas do Código Civil de 2002 (eticidade, socialidade, operabilidade)

UnidadeII – Sujeitos de Direito: As Pessoas Naturais

- 2.1. Conceito de pessoa natural.
- 2.2. A pessoa: a personalidade jurídica e a capacidade jurídica.
- 2.3. Começo da personalidade natural.
- 2.4. As incapacidades: a incapacidade absoluta e a relativa.
 - 2.4.1. A situação jurídica dos índios
 - 2.4.2. Modos de suprimimento da incapacidade
 - 2.4.3. Sistema de proteção aos incapazes
 - 2.4.4. Cessação da incapacidade: maioridade e emancipação
- 2.5. Extinção da Personalidade Jurídica.
- 2.6. Individualização da Pessoa Natural: nome, estado e domicílio.

UnidadeIII – Os Direitos da Personalidade

- 3.1. Conceito.
- 3.2. Fundamentos e características dos direitos da personalidade.
- 3.3. Disciplina no Código Civil.

UnidadeIV – Da Ausência

- 4.1. Curadoria dos bens do ausente

4.2.Sucessão Provisória

4.3. Retorno do Ausente

4.4. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal

UnidadeV – Sujeitos de Direito: As Pessoas Jurídicas

5.1. Natureza Jurídica

5.2. Requisitos para a constituição da pessoa jurídica.

5.3. Classificação das pessoas jurídicas.

5.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica.

5.5. Responsabilidade das Pessoas Jurídicas

5.6. Extinção da Pessoa Jurídica.

UnidadeVI– Objetos De Direitos: Bens

6.1 – Bens como objetos da relação jurídica.

6.2 – Classificação dos Bens.

UnidadeVII – Dos Fatos Jurídicos

7.1 – Os fatos jurídicos em sentido amplo.

7.2 – Os negócios jurídicos

7.2.1 – Classificação dos negócios jurídicos.

7.2.2 – Interpretação do negócio jurídico.

7.3 – Ato Jurídico em sentido estrito.

7.4 – Ato-fato jurídico.

UnidadeVIII – Elementos Do Negócio Jurídico

8.1 – Classificação.

8.2 – A tricotomia existência-validade-eficácia.

8.3 – Requisitos de existência e validade do negócio jurídico.

UnidadeIX- Da Representação

9.1 – Espécies de representação

9.2 – Espécies de representantes

9.3 – Regras da Representação

9.4 – Representação e Mandato

9.5 – Contrato consigo mesmo (autocontratação)

UnidadeX – Da Condição, do Termo e do Encargo

10.1 – Condição.

10.2 – Termo.

10.3 – Encargo ou Modo.

UnidadeXI – Dos Defeitos Do Negócio Jurídico

11.1 – Erro ou ignorância

11.2 – Falso Motivo.

11.3 – Transmissão errônea da vontade.

11.4 – Convalescimento do erro

11.5 – Interesse Negativo

11.6 – Dolo

11.7 – Coação

11.8 – Estado de Perigo

11.9 – Lesão

11.10 – Fraude contra credores

Unidade XII – A Invalidade do Negócio Jurídico

12.1 – Negócio Jurídico Inexistente

12.2 – Negócios Jurídico Nulo

12.3 – Negócio Jurídico Anulável.

Unidade XIII – A Simulação

13.1 – Conceito

13.2 – Características

13.3 – Espécies

13.4 – Efeitos

13.5 – Institutos Afins

Unidade XIV – Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos

14.1 – Disposições aplicáveis

14.2 – Críticas à inovação

14.3 – Noções básicas de responsabilidade civil

14.4 – Atos lesivos não considerados ilícitos

14.5 – O exercício regular e o abuso de direito

14.6 – O estado de necessidade

Unidade XV – Da Prescrição e da Decadência

15.1. Conceito e requisitos da prescrição e da decadência

15.2. Pretensões imprescritíveis

15.3. Prescrição e institutos afins

15.4 – Disposições legais sobre a prescrição e decadência

15.5 – Das causas que impedem ou suspendem a prescrição

15.6 – Das causas que interrompem a prescrição

UnidadeXVI – Da Prova

16.1 – Meios de Prova

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PEREIRA, Caio Mário. **Instituições de Direito Civil, vol1**. 26ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2013.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, Vol. 1**. 9ª edição. Editora Método. São Paulo, 2013.

TEPEDINO, Gustavo e outros. Código Civil Interpretado segundo a Constituição. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil, vol. 1**. 11ª edição. Editora Juspodivm. Salvador, 2013.

GAGLIANO, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. 15ª edição. **Novo Curso deDireito Civil, vol. 1**. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, vol. 1**. 11ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2013.

NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. **Código Civil e Legislação em Vigor**. 32ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. **Código Civil Comentado**. 10ª edição. Editora RT. São Paulo. RT, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 109 CRÉDITOS: 04	DIREITO CONSTITUCIONAL II Cada Crédito corresponde à 15h/ aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA: Gerais: Descrever, explicar e refutar os fundamentos do Direito Constitucional, colocando em evidência as complexas relações entre a Constituição e a realidade constitucional. Específicos: ➤ Discutir, descobrir e criticar os limites, as possibilidades e a força normativa do Direito Constitucional. ➤ Aprofundar a reflexão sobre as sociedades, o Estado e os Direitos Fundamentais. Conferir aos estudos foco no contexto brasileiro.		
EMENTA: Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Poder Constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação Constitucional. A Defesa da Constituição.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – O Constitucionalismo.

3. Constituição: acepções do vocábulo. Conceitos. Origem histórica das constituições: a idéia da Constituição na Antiguidade Clássica.
4. A doutrina das leis fundamentais do Reino.
5. O Contrato Social.
6. Liberalismo político e formação teórica do constitucionalismo moderno.
7. Antecedentes ingleses.
8. A Constituição norte-americana e a formação prática do constitucionalismo moderno.

Unidade II – Tipos de Constituição.

7. Classificação dos tipos constitucionais: quanto ao conteúdo; quanto à forma; quanto ao modo de elaboração; quanto à rigidez; quanto à origem; quanto à extensão; quanto à estruturação.
8. As classificações propostas por Kelsen e Lassalle.
9. A classificação da Constituição Brasileira vigente.
10. Características principais e distintivas das Constituições brasileiras.

Unidade III – Poder Constituinte.

3. Significado da expressão Poder Constituinte. O pensamento jurídico-político de Sieyès e o antecedente norte-americano. A titularidade do Poder Constituinte.
4. Espécies de Poder Constituinte: Originário, Derivado Reformador, Derivado Revisional e Derivado Decorrente.
5. Características e formas de exercício do Poder Constituinte Originário.
6. Diferenças entre o Poder Constituinte Derivado Reformador e Revisional.
7. Nova Constituição e ordem jurídica anterior: recepção, repristinação, desconstitucionalização e recepção material de normas constitucionais.
8. Direito de Revolução e teoria dos governos de fato.

Unidade IV – Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

5. Eficácia jurídica e eficácia social.
6. Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada.
7. As classificações de Maria Helena Diniz, Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto.
8. Normas programáticas.
9. Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.
10. Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais.

Unidade V – Interpretação Constitucional.

8. Mutação constitucional *versus* reforma constitucional. O modelo brasileiro.
9. Fontes de interpretação constitucional: autêntica; administrativa; doutrinária; e judicial.

10. Métodos clássicos de interpretação constitucional: gramatical; lógico; histórico; sistemático e teleológico.
11. Princípios de interpretação constitucional: Supremacia da Constituição; Unidade da Constituição; Imperatividade ou Máxima Efetividade da Norma Constitucional; Simetria Constitucional; Presunção de Constitucionalidade da norma infraconstitucional; Razoabilidade e Proporcionalidade.

Unidade VI – A Defesa da Constituição.

5. Inconstitucionalidade: conceito e tipos. Forma de evitá-la. O controle de constitucionalidade: conceito e tipos (quanto ao momento e quanto ao órgão encarregado de fazê-lo).
6. A Jurisdição Constitucional: Origens históricas, aspectos e traços distintivos das formas de controle de constitucionalidade nos principais países do mundo.
7. O controle judicial de constitucionalidade segundo o pensamento de Cappelletti.
8. O Controle Difuso no Brasil: as decisões dos tribunais em relação às partes e aos terceiros. Controle difuso em sede de ação civil pública.
9. O controle concentrado no Brasil: Aspectos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADin); da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; da Ação de Inconstitucionalidade por Omissão; da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADECON).
10. O Mandado de Injunção e o controle de constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARROSO, Luiz Barroso. *Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2006.
- CUNHA, Sérgio Sérulo da. *Fundamentos de Direito Constitucional.v.2*. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- FAVOREU, Louis. “As Cortes Constitucionais”. São Paulo: Landy, 2004.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 34ª edição. São Paulo.

Saraiva, 2008.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional. Tomo I: Preliminares; o Estado e os Sistemas Constitucionais*. 6 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional. Tomo II: Constituição*. 6 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

MORAES, Guilherme Peña de. *Direito Constitucional: Teoria da Constituição*. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2003.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *A Constituição reinventada pela Jurisdição Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 110	FILOSOFIA GERAL DO DIREITO	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Orientar o aluno no pensamento filosófico do Direito a partir de seus grandes paradigmas. Oferecer condições ao aluno de investigar, interpretar e discutir criticamente os textos dos autores estudados		
EMENTA: Conceitos fundamentais da filosofia do direito: Propriedade e Contrato, Justiça e Direito. Sociedade Civil e Estado. As insuficiências do Direito Natural moderno e as origens do Positivismo Jurídico. Positivismo, Utilitarismo e Direito Natural na Filosofia do direito mais recente. Razão e Direito, estado e Liberdade na era do espírito fragmentado.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I: Conceitos Fundamentais da filosofia do Direito		
1.1. Propriedade e Contrato		
1.2. Justiça e Direito		
1.3. Sociedade Civil e Estado		

Unidade II: As insuficiências do Direito Natural Moderno e as origens do Positivismo moderno

Unidade III: Positivismo, Utilitarismo e Direito Natural na Filosofia do direito mais recente fundada na finalidade do direito: direito-interesse e direito-função.

Unidade IV: Razão e Direito, estado e Liberdade na era do espírito fragmentado

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 10ª10ª edição. Editora Atlas. Paulo, 2012.

FERRAZ, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. 3ª edição. Editora Atlas. SãoPaulo, 2009.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORRISON, Wayne. **Filosofia do Direito: dos Gregos ao Pós-modernismo**. Editora Martins Fontes. 1ª edição. São Paulo, 2006.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 21ª edição. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução Orlando Vitorino. Guimarães Editores. Lisboa, 1990.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2008.

RIZZATO, Nunes. **Manual de Filosofia do Direito**. 4ª edição. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 111	HISTÓRIA DO DIREITO	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Estudar a história do direito dos principais povos que influenciaram os sistemas jurídicos atuais, com destaque para a história do direito português, objetivando oferecer ao aluno consciência histórico do desenvolvimento o sistema jurídico Brasileiro		
EMENTA: A história do direito. Direito dos povos sem escrita. Direito dos povos da Mesopotâmia. Direito Hebreu. Direito das civilizações clássicas (Grécia e Roma). Direito Medieval. O Código Inglês. O Nascimento de Portugal. Direito Português e as ordenações; Afonsina, Manuelinas, e Filipinas. O período Pombalino. As constituições portuguesas.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade 1 – Introdução		
1.1. História do Direito		
Unidade 2 – Direito na Idade Média		

2.1. Os costumes e as práticas comunitárias;

2.2. A igreja e o direito canônico;

2.3. O renascimento do direito romano e a formação do direito comum.

Unidade 3 – O Direito na Época Moderna

3.1. A sociedade de ordenas

3.2. O Direito Comum

3.3. A Common Law

3.4. A afirmação da Lei do Rei

Unidade 4 – O Direito em Portugal

4.1. A sociedade de ordens Portuguesas;

4.2. O direito comum Português;

4.3. Os poderes e o direito em Portugal: As Ordenações; Afonsina, Manuelinas, e Filipinas

4.4. A era Pombalina: A Lei da boa Razão e a reforma do ensino de Coimbra;

4.5 O direito em Portugal na era da revoluções: As constituições

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GILISSEN, John. Introdução Histórica ao Direito. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1998

GROSSI, Paolo. Primeiras lições sobre o direito. RJ, Editora Forense, 2006

HESPAÑA, A.M. Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLAVERO, Bartolomé. História Del Derecho: Derecho Común. Ediciones Universidad Salamanca, 1994

DUARTE, Luis Miquel. O Direito e as Instituições, in Moreno, Humberto barquero (coord.) História de Portugal – Medieval – político e institucional, Lisboa, universidade Aberta. PP 271-329, 1995.

GROSSI, Paolo. El orden Jurídico medieval. Madrid, Marcial Pons, 1996

OLIVEIRA, L.da S.P. Privilégiosda Nobreza e fidalguia de Portugal. Lisboa, ANHP, 2002 (1806).

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 113	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Habilitar os alunos a identificar os limites que permeiam a atuação profissional do advogado nas questões judiciais que envolvem a participação do psicólogo.		
EMENTA: Refletir, a partir de alguns referenciais teóricos, sobre encontro entre a psicologia e o direito, analisando o que se constitui como “Psicologia Jurídica”. Instrumentalizar um corpo de conhecimento capaz de sustentar e nortear teoricamente a intervenção do psicólogo nas questões aplicadas “a justiça”.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade 1 – Psicologia e Direito		
1.1. Psicologia Jurídica: Definição, histórico, distinções e campo de atuação profissional;		
1.2. A relação da psicologia, o direito e a lei. Lei jurídica x Lei simbólica;		
1.3. O surgimento do “psicológico”. As articulações entre o psicológico e o social.		

Unidade 2 – Contextualizando a Psicologia aplicada a Justiça

2.1 O Positivismo; inserção no contexto da história do pensamento filosófico moderno e consequências extra científicas na organização social e política;

2.2 A Psicologia Jurídica no século XX e na atualidade. O Psicólogo em instituições de direito; espaço profissional, funções e possibilidades de intervenção;

2.3 O referencial teórico-prático como uma caixa de ferramentas;

Unidade 3 – A Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Adolescência

3.1 Construção histórica-política da categoria “Infância”;

3.2 Adolescente autor de ato infracional e as medidas sócio educativas: Advertência, Reparação de Danos, prestação de serviços “a Comunidade, Liberdade Assistida, Semi liberdade e Internação;

Unidade 4 – Psicologia Jurídica e Questões de Família

4.1 O psicólogo na vara de família: Demandas e possibilidades de atuação: Casamento, separação e Divórcio. Outras formas de união conjugal e novos arranjos familiares. Guarda judicial, regulamentação de visitas, guarda compartilhada, paternidade e reconhecimento de filhos. Pensão Alimentícia;

4.2 Adoção: Tipos de adoção, Pais biológicos, Pretendentes a pais adotivos - Crianças e Adolescentes

Unidade 5 – A Psicologia Jurídica Aplicada “as Questões do Homem, da Mulher e do Idoso

4.1 Violência doméstica: Violência Familiar, Conjugal, Contra Mulher (Lei Maria da Penha) e contra o Idoso;

Unidade 6 – Crime e Loucura

6.1 Do alienado ao louco. Direito e medicina: analogias e oposições entre dois modos de poder e saber: Marginalização e medicação de indisciplinados;

6.2 Perícia psiquiátrica. Laudo psiquiátrico e laudo de avaliação psicológica;

6.3 A imputabilidade e inimputabilidade penais. A contribuição da psicologia na

construção jurídico-institucional destes conceitos.

Unidade 7 – O Delito: Determinantes Subjetivos e Sociais

7.1 Perspectivas sócio-psicológica de intervenção nas questões penitenciárias. O sentimento de culpa;

7.2 O nascimento da prisão;

7.3 Análise do fenômeno da violência. Violência e justiça social. Violência e Subjetividade. Violência e recuperação; o que fazer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, L.M.T. Temas de psicologia jurídica. Ed. Rio de Janeiro. RelumeDumara, 2005

GONÇALVES, H.S., BRANDÃO, E.P. Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro, NAU. 2004.

LÓPEZ, E.M.Y. Manual de Psicologia Jurídica. Campinas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTOÉ, S. A Lei e as Leis: Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter. 2007.

ALTOÉ, S. Sujeito do direito, sujeito do desejo. Rio de Janeiro: Revinter. 2007.

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO, L.M.T. Responsabilidades: ações sócio-educativas e políticas públicas para infância e juventude do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2000

MARANHÃO, O.R. Psicologia do Crime. São Paulo: Malheiros, 2003.

NOGUEIRA, P.L. Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Saraiva, 1998.

ZIMMERMAN, D., COLTRO, A.C.M. Aspectos psicológicos na prática jurídica. Campinas: Millennium, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 114 CRÉDITOS: 02	LINGUA PORTUGUESA NO DIREITO II Cada Crédito corresponde à 15h/ aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: ➤ Capacitar os estudantes a um bom desempenho linguístico, tanto na modalidade oral quanto na escrita, quando em exercício profissional.		
EMENTA: Discurso argumentativo e elucidativo: Tipos de argumentação, figuras de linguagem e estrutura de texto jurídico. Discurso de natureza argumentativa e adaptação ao contexto.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I – Argumentação e Demonstração 1.1 Silogismo Clássico; 1.2 A questão do axioma; 1.3 Silogismo jurídico; 1.4 Lógica Formal e Lógica do razoável; 1.5 Elementos de argumentação: Fato gerador, TSE, hipóteses, problematização e		

argumentos.

Unidade II – Tipos de Argumentos

- 2.1 Argumento do senso comum;
- 2.2 Argumento de causa e consequência;
- 2.3 Argumento de autoridade;
- 2.4 Argumento de oposição;
- 2.5 Argumento de fuga;
- 2.6 Argumento *contrário sensu*;
- 2.7 Argumento *ad hominem*.

Unidade III – Figuras de Linguagem

- 3.1 Expansão de significados;
- 3.2 Utilização da metáfora como estratégia argumentativa;
- 3.3 Metonímea
- 3.4 A hipérbole como estratégia da oralidade;
- 3.5 Eufemismo e modalização.

Unidade IV – Estrutura do texto Jurídico

- 4.1 As diferentes peças processuais e suas singularidades;
- 4.2 As narrativas do Direito;
- 4.3 Análise comparativa de diferentes gêneros textuais do Direito.

Unidade V – Argumentação nos diferentes contextos

- 5.1 A argumentação na construção dos fatos;
- 5.2 Postos de vista subentendidos;

5.3 A utilização da norma na argumentação;

5.4 Doutrina e argumentação;

5.5 Jurisprudência e argumentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, E.C.B. Linguagem jurídica. 3ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2008

DOUGLAS, W. Princípios Básicos da Argumentação Jurídica. 1ª Ed. Niterói. Impetus, 2006

HENRIQUES, A., DAMIÃO, R.T. Curso de Português Jurídico. 10ª Ed. São Paulo. Atlas, 2007

NASCIMANTO, E.D. Linguagem forense. 11ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2008

TOMASI, C., NEDEIROS, J.B. 4ª Ed, São Paulo. Atlas, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M.M.de., MEDEIROS, J.B. Comunicação em língua portuguesa. 4ª Ed. São Paulo. Atlas, 2006

CALDEIRA, M. Latim no Direito. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Forense, 1996

SILVA, P. de. Vocabulário jurídico. 27ª Ed. Rio de Janeiro. Forense, 2008

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 201	ECONOMIA POLÍTICA	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤		
EMENTA: Fundamentos básicos da Economia Política. Relações do Direito com a Economia. Conceitos básicos de Economia. Sistema Econômico. Livre Mercado. Equilíbrio de Mercado. A Ordem Econômica. Formas de intervenção do Estado na Economia. Defesa da Concorrência. Regulação Econômica. Integração Econômica. Globalização e interdependência econômica. Subdesenvolvimento e desenvolvimento econômico. Estrutura econômica dos sistemas de produção. Desenvolvimento Socioeconômico.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GALVES, Carlos. Manual de Economia Política Atual. 15ª edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004.		

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política. 19ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

PAULO NETTO, José. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FEIJÓ, Ricardo. Desenvolvimento Econômico. 1ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

MASSO, Fabiano Del. Direito Econômico. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus - Elsevier, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Econômico. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.

ZYLBERSZTAJN, Décio. SZTAJN, Rachel. Direito Economia. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL		
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS		
	PROGRAMA ANALÍTICO		
	INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS			
CURSO DE DIREITO			
CÓDIGO: TR 115	DIREITO CIVIL II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	Pré requisito: TR 108 P	
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA			
Gerais: Transmitir aos estudantes a principiologia do direito obrigacional e a sua destacada importância no mundo moderno, em especial nas relações jurídicas de consumo.			
Específicos: ➤ Identificar, classificar e relacionar as modalidades das obrigações, sua forma de transmissão e de extinção, bem como as consequências do inadimplemento obrigacional. ➤ Relacionar o Direito Obrigacional aos demais ramos do Direito. ➤ Adotar a pesquisa na legislação, na doutrina e na jurisprudência como fonte de apreensão do conhecimento e de resolução de questões jurídicas concretas.			
EMENTA: Teoria Geral das Obrigações. Direito de Crédito. Obrigações civil e natural. Relações negociais. Do ato ilícito. Modalidades obrigacionais. Transmissão e Inadimplemento das Obrigações			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

Unidade 1 – Introdução Ao Direito das Obrigações

1.1 Âmbito e importância do direito obrigacional

- 1.1 Direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais.
- 1.2 Posição do direito obrigacional no Código Civil.
- 1.3 A unificação do direito obrigacional.
- 1.4 Conceito de obrigação.
- 1.5 Elementos constitutivos da obrigação
- 1.6 Fontes das obrigações
- 1.7 Distinção entre obrigação e responsabilidade

Unidade 2 – Das Modalidades de Obrigações

2.1 – Obrigação de dar.

2.2 – Obrigação de dar coisa certa.

2.3 – Obrigação de dar coisa incerta.

2.4 – Obrigação de fazer.

2.5 – Obrigação de não-fazer.

2.6 – Obrigações alternativas.

2.7 – Obrigações divisíveis e indivisíveis

2.8 – Obrigações solidárias

2.9 – Obrigações civis e naturais

2.10 – Obrigações de meio, resultado e de garantia

2.11 – Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada

2.12 – Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais

2.13 – Obrigações líquidas e ilíquidas

2.14 – Obrigações principais e acessórias

Unidade 3 – Da Transmissão das Obrigações

3.1 – Da cessão de crédito.

3.2 – Da cessão de contrato.

3.3 – Do adimplemento e extinção das obrigações

3.4 – Do pagamento

3.5 – Do pagamento em consignação

3.6 – Do pagamento com sub-rogação

3.7 – Da imputação do pagamento

3.8 – Da dação em pagamento

3.9 – Da novação

3.10 – Da compensação

3.11 – Da confusão

3.12 – Da remissão de dívidas

Unidade 4 – Do Inadimplemento das Obrigações

4.1 – Inadimplemento absoluto e fortuito da obrigação

4.2 – Da mora

4.3 – Das perdas e danos

4.4 – Dos juros legais

4.5 – Da cláusula penal

4.6 – Das arras ou sinal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. *Obrigações*. 17^a edição. Editora Forense. Atualizado por Evaldo Brito. 2007.
LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Teoria geral das obrigações*. São Paulo: Saraiva, 2005.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. II. 25^a edição. Rio de Janeiro. Forense, 2012.

TEPEDINO, Gustavo e outros. *Código Civil Interpretado segundo a Constituição*. Vol. I. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol.2. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. 2. Teoria Geral das Obrigações. 10 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. Obrigações. 12ª Edição. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 117	DIREITO CONSTITUCIONAL III	Pré requisito: TR 102 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Detalhar e aprofundar o estudo dos Direitos e Garantias Fundamentais. Analisar a Organização Política do Estado brasileiro		
Específicos:		
➤ Familiarizar-se com os princípios constitucionais fundamentais. ➤ Diferenciar entre os direitos e as garantias. ➤ Estudar os principais direitos individuais ou coletivos. ➤ Distinguir entre os remédios constitucionais. ➤ Identificar os principais direitos sociais. ➤ Abordar criticamente os direitos da nacionalidade e os direitos políticos.		
EMENTA: Princípios Constitucionais Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Tutela Constitucional das Liberdades. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I – Princípios Constitucionais Fundamentais.		

1. Significado dos princípios constitucionais fundamentais.
2. Os princípios constitucionais fundamentais da República Federativa do Brasil.
3. Análise do Preâmbulo e dos fundamentos e objetivos fundamentais contidos no Título I da Constituição da República Federativa do Brasil.
4. Os princípios da República Federativa do Brasil na ordem internacional.

Unidade II – Direitos e Garantias Fundamentais.

1. Classificação constitucional. Diferenças entre direitos e garantias individuais ou institucionais. Destinatários.
2. Direito à Vida.
3. Os princípios da igualdade e da legalidade.
4. As liberdades e as inviolabilidades constitucionais.
5. Os direitos de reunião e de associação.
6. Direitos de propriedade.
7. Princípios da inafastabilidade da jurisdição; do juiz natural; do devido processo legal; do contraditório; e da ampla defesa.
8. Limites à retroatividade da lei.
9. Segurança jurídica em matéria criminal.

Unidade III – Tutela Constitucional das Liberdades.

1. Habeas Corpus.
2. Mandado de Segurança, individual e coletivo.
3. Mandado de Injunção.
4. Habeas Data.
5. Ação Popular.
6. Direito de Petição e de Certidão.

Unidade IV – Direitos Sociais.

1. Conceito e abrangência.
2. Rol dos direitos sociais.
3. Liberdade de associação profissional ou sindical.
4. Direito de greve.

Unidade V – Direitos da Nacionalidade.

1. Conceito. Espécies de nacionalidade.
2. Os casos de apatridia e polipatridia.
3. Brasileiros Natos. Hipóteses de aquisição originária.
4. Brasileiros Naturalizados. Espécies de Naturalização.
5. Tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados.
6. Perda do Direito de Nacionalidade. Hipóteses. A dupla nacionalidade.

Unidade VI – Direitos Políticos.

1. Conceitos. A soberania popular: formas de manifestação. A iniciativa popular, o plebiscito e o referendo.
2. Direito de sufrágio e direito de voto.
3. Capacidade eleitoral ativa e passiva.
4. Direitos Políticos Negativos: inelegibilidade e privação dos direitos políticos.
5. Servidores públicos e militares ante o exercício do mandato eletivo.
6. Partidos Políticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 18ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. *Fundamentos de Direito Constitucional.v.2*. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. *Teoria Geral dos Direitos Fundamentais*. 8ª edição. São Paulo. RT, 2006.

MOTTA, Sylvio. BARCHET, Gustavo. *Curso de Direito Constitucional*. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. *Direito Constitucional*. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

SLAIBI FILHO, Nagib. *Direito Constitucional*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ZIMMERMANN, Augusto. *Curso de Direito Constitucional*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 118	DIREITO PENAL I	Pré requisito: TR 188 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos gerais do Direito Penal, com seus elementos, princípios, teorias e conceitos.		
Específicos: Desenvolver nos discentes, a partir do conhecimento genérico, o conhecimento e análise dos fundamentos gerais do Direito Penal.		
EMENTA: Conceito. Fontes. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Do crime. Do nexo de causalidade. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Do crime tentado. Do erro. Das causa excludentes da antijuridicidade. Tipicidade. Sujeitos e objeto. Dolo e culpa. Concurso de pessoas. Das penas. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Concurso formal. Concurso material. Crime continuado. Circunstâncias atenuantes.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I – Direito Penal.		
1.Conceito;		
2.Características;		

3.Origens.

Unidade II – Desenvolvimento Histórico (Noções).

- 1.O Direito Penal Moderno;
- 2.A História do Direito Penal Brasileiro;
- 3.As Escolas Penais;
- 4.A Escola Clássica;
- 5.A Escola Positiva;
- 6.Outras Correntes.

Unidade III – A Norma Penal

- 1.Limites;
- 2.Validade;
- 3.No Tempo;
- 4.No Espaço.

Unidade IV – O Fato Punível

- 1.A Ação;
- 2.A Causalidade;
- 3.A Tipicidade.

Unidade V – O Crime, A Contravenção e O Ilícito Civil

- 1.Conceitos.

Unidade VI – A Culpabilidade

- 1.O Dolo;

2.A Culpa;

3.Causas de Exclusão de Culpabilidade.

Unidade VII– A Imputabilidade

1.O Inimputável;

2.O Imputável;

3.A Doença Mental;

4.O Desenvolvimento Mental Incompleto ou Retardado;

5.Menoridade Penal;

6.Imputabilidade por Embriaguez Completa Proveniente de Caso Fortuito ou Força Maior.

Unidade VIII – Concurso de Pessoas

1.Autoria;

2.Co-autoria;

3.Participação e Cooperação Dolosamente Distinta.

Unidade IX – Conflito Aparente de Normas

1.Princípio da Especialidade;

2.Princípio da Subsidiariedade;

3.Princípio da Absorção ou da consumação.

Unidade X – Das Penas e das Medidas de Segurança

1.Penas Privativas de Liberdade;

2.Penas Restritivas de Direito;

3.Multas;

4.Aplicação da Pena.

5.Da Suspensão Condicional da Pena;

6.Do Livramento Condicional;

7.Dos Efeitos da Condenação;

8.Da Reabilitação;

9.Medida de segurança.

Unidade XI – Concurso De Crimes.

1.Concurso Material;

2.Concurso formal;

3.Crime Continuado;

4.Erro na Execução;

5.Resultados Diversos dos Pretendidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**.v. 1, Niterói/RJ: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luís Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. v. 1, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. v. 1, São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. v. 1, São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. v. 1, São Paulo: Atlas, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS	
	CURSO DE DIREITO	
CÓDIGO: TR 119 CRÉDITOS: 02	HISTÓRIA DO DIREITO DO BRASIL Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Estudar a história do direito ao longo dos principais períodos históricos do Brasil, com intuito de oferecer ao aluno consciência histórica do desenvolvimento do sistema jurídico brasileiro		
EMENTA: Brasil colônia. Brasil Reino Unido. Brasil Império. Republica Velha. Era Vargas – 1930-1946 – Período Republicano. Ditadura Militar. Redemocratização e Constituição de 1988.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I – O Brasil Colônia 1.1 Os poderes e o direito na sociedade de ordens do Brasil colônia; 1.2 Direito colonial Brasileira 1.3 Direito e escravidão na colônia.		

Unidade II – O Império do Brasil

2.1 A Independência e a Constituição de 1824;

2.2 O Código Criminal de 1830. O Código de Processo Criminal de 1832 e a Lei de 10 de junho de 1835;

2.3 O Código Comercial de 1850 e os projetos de Código Civil;

2.4 Direito e escravidão no Império.

Unidade III – A República

3.1 Os processo constituintes e as constituições da República;

3.2 O código civil;

3.3 A Cidadania Republicana: Direitos civis, políticos e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRIMBERG, K. Código Civil e Cidadania. RJ, Jorge Zahar, 2001

HESPANHA, A.M. Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro? In AMH AR Direito comum e direito colonial (BHZ 2005)

WEHLING, A., JOSÉ, M. Direito e Justiça no Brasil Colonial. RJ, Editora Renovar, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BICALHO, M.F., FERLINI, V. Modos de governar: Idéias e Práticas Políticas do Império Portugues – Sec. XVI a XIX. São Paulo. Alameda, 2005

DOLHNIKOFF, M. O Pacto Imperial: Origens do federalismo no Brasil. RJ. Globo, 2005.

FONSECA, R.M., CERQUEIRA LEITES, S.A. História do direito em Perspectiva – Do Antigo Regime à Modernidade. Juruá, 2008

LARA, S.H., MENDONÇA, J.M.N. Direitos e Justiças no Brasil. São Paulo. Unicamp, 2006

LOPES, J.R. de L. Consultas da seção de justiça do conselho de estado (1842-1889). A formação jurídica brasileira. Almanack brasileiro, nº 5, 2007

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 120 CRÉDITOS: 02	SOCIOLOGIA JURÍDICA Cada Crédito corresponde à 15h/aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: A presente disciplina objetiva propiciar ao estudante do Curso de Direito, um instrumental teórico da Sociologia para compreensão das relações fundamentais entre Direito e Sociedade, assim como, analisar a atuação do meio social e seus fatores sobre o Direito e a atuação do Direito sobre a sociedade e os diversos setores sociais. Visa, também, compreender a origem e as transformações das instituições jurídicas, a função social dos operadores jurídicos, a litigiosidade social e as estratégias de solução de conflitos e os Direitos Humanos.		
EMENTA: Direito, Sociologia e Sociologia do Direito. Desenvolvimento da Sociologia do Direito. A Pesquisa na Sociologia do Direito. O Direito como fato social. O Direito e suas Relações com a realidade. Normas Sociais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I – Direito e Sociologia: 1.1 A Lógica do Direito; 1.2 Sociologia e Sociologia Jurídica;		

1.3 Premissas de Sociologia Jurídica.

Unidade II – A Sociologia Positiva de Augusto Comte:

2.1 Positivismo;

2.2 Ciência Jurídica

Unidade III – A Sociologia de Émile Durkheim:

3.1 Solidariedade;

3.2 Direito e Justiça em Durkheim.

Unidade IV – A Sociologia compreensiva de Max Weber

4.1 Subjetividade;

4.2 Direito Garantido;

4.3 Dominação em Weber.

Unidade V – Karl Max e a Luta de Classes:

5.1 Marxismo;

5.2 Forma Jurídica

Unidade VI – Instituições de Controle Social:

6.1 A Escola;

6.2 A Prisão

Unidade VII – O Direito como Fato Social:

7.1 O Direito, a Solução de Conflitos e a Mudança Social;

7.2 Direito e Anomia;

7.3 Ação, Consciência e Estrutura;

Unidade VIII – O Direito Processual como Expressão de valores Socioculturais:8.1

Os Instrumentos Humanos de Realização da Ordem Jurídica;

8.2 A Opinião Pública sobre o Direito e as Instituições Jurídicas;

8.3 Justiça;

8.4 A Censura no Brasil: O Direito e a Realidade Social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNAUD, André Jean. *Dicionário Enciclopédico de Teoria e Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PIRES FERREIRA, Lier; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir L. *Curso de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Elzevier, 2011.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. *Sociologia Jurídica: fundamentos e fronteiras*. Rio de Janeiro: Elzevier, 2009.

SABADELL, Ana Lúcia. *Manual de Sociologia Jurídica*. 4ª edição. São Paulo: RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso. *A Sociologia Jurídica no Brasil*. Porto Alegre: SAFE, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOCHE, Adriana; FERREIRA, Helder; SOUZA, Luiz A.; PASINATO, Wania. *Sociologia Jurídica. Estudos de Sociologia, Direito e Sociedade*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

MACHADO NETO, Antonio Luís. *Sociologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.

SOUTO, Claudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica*. 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 123 CRÉDITOS: 04	DIREITO EMPRESARIAL I Cada Crédito corresponde à 15h/aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: ➤ Instruir e capacitar teoricamente o discente no conhecimento da matéria Empresarial (comercial), assim como orientá-lo n campo prático de acordo com a jurisprudência. Identificar o empresário comercial, abrindo caminho para a compreensão da empresa e suas relações internas e externas. Específicos: ➤ Informar o discente sobre a atividade econômica (lucrativa); atos de comércio e civis (benéficos, humanitários, científicos, etc.); a essência do espírito social (affectiosocietatis, ou seja, comunhão de interesses).		
EMENTA: Noções fundamentais de comércio. Atos de comércio. Fundo de Comércio. O comércio. O comerciante e a empresa mercantil. Registro de Comércio. Obrigações Profissionais do empresário comercial. Nome Comercial. Sociedade empresária. Conceito. Disposições gerais; Sociedade simples: Contrato social, Direitos e obrigações dos sócios. Administração. Relações com terceiros. Dissolução da sociedade. Sociedade limitada.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I - Direito e Atividade Econômica.		

1.1. Conceito do Direito Comercial Moderno.

1.2. Relação do Direito Comercial com as demais disciplinas jurídicas.

1.3. Fontes do Direito Comercial.

Unidade II - Direito Comercial.

2.1. Autonomia do Direito comercial. Evolução histórica do direito comercial. Características do Direito Comercial. Caráter instrumental do Direito Comercial e seu campo de atuação.

2.2. Evolução do Direito Comercial no Brasil. Características.

Unidade III - Atos de Comércio.

3.1. Conceito. Elementos caracterizadores dos atos de comércio.

3.2. Classificação dos atos de comércio.

3.3. Teoria dos Atos Mistos

Unidade IV - Estabelecimento Comercial.

4.1. Conceito. Natureza jurídica. Elementos.

4.2. Estabelecimento principal, filiais e sucursais.

4.3. Da Cessão, do penhor e da desapropriação.

Unidade V - Do Comerciante.

5.1. Origem e Conceito de comerciante.

5.2. Sistema para qualificação do comerciante: sistema francês, espanhol e alemão;

5.3. Comerciante no sistema do Código comercial Brasileiro. Requisitos, matrícula.

5.4. Capacidade para comerciar.

5.6. Os absolutamente incapazes.

5.7. Os proibidos de comerciar. Efeitos da proibição. Teoria da Aparência.

- 5.8. Exercício de Comércio pelo estrangeiro.
- 5.9. Da perda do *status* de comerciante.
- 5.10. Do comerciante pessoa física e pessoa jurídica.
- 5.11. Agentes Auxiliares do comerciantes.

Unidade VI - Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins

- 6.1. Histórico do Registro do Comércio no Brasil.
- 6.2. Órgãos do Registro de Comércio. Juntas Comerciais.
- 6.3. Autenticação dos Livros Comerciais e Cancelamento do Registro.

Unidade VII - Obrigações Comuns Aos Comerciantes

- 7.1. Obrigações básicas. Livros do comerciante.
- 7.2. Escrituração e contabilidade. Consequência da irregularidade da escrituração. Espécies de livros comerciais.
- 7.3. Exibição judicial e eficácia probatória dos livros comerciais.
- 7.4. Balanço Geral e Arquivamento.

Unidade VIII - Nome Comercial.

- 8.1. Conceito e Espécies. Sistema de constituição de Firmas.
- 8.2. Proteção ao Nome comercial. Alienabilidade do nome comercial.

Unidade IX - Do Empresário.

- 9.1. A empresa: conceituação econômica. Elementos da empresa.
- 9.2. Empresário: conceito e características.
- 9.3. A empresa como unidade do mundo econômico.

Unidade X - Propriedade Industrial.

Unidade XI - Sociedade Empresária.

11.1. Conceito.

11.2. Disposições gerais.

Unidade XII - Sociedade Simples.

12.1. Contrato Social.

12.2. Direitos e obrigações dos sócios.

12.3. Administração.

12.4. Relações com terceiros.

12.5. Dissolução da sociedade.

Unidade XIII - Sociedade Limitada.

13.1. Quotas.

13.2. Administração.

13.3. Conselho Fiscal.

13.4. Deliberação dos sócios.

13.5. Dissolução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

ROVAL, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 122	DIREITO CONSTITUCIONAL IV	Pré requisito: TR 102 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Estudar a Divisão Espacial do Poder e a Divisão Orgânica do Poder no Estado brasileiro.		
Específicos:		
➤ Refletir sobre a Organização do Estado brasileiro. ➤ Identificar as funções essenciais à Justiça no Brasil. ➤ Familiarizar-se com a Organização dos Poderes no Estado Brasileiro. ➤ Conhecer o sistema de defesa do Estado e das instituições democráticas do Brasil. ➤ Introduzir o conhecimento das normas que tratam da Ordem Econômica e Financeira no Brasil. ➤ Refletir sobre as regras que estabelecem a Ordem Social no Estado brasileiro.		
EMENTA: Organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Organização do Estado Brasileiro.

1. A Federação brasileira: breve histórico. A Federação na Constituição da República, em vigor.
2. A União Federal.
3. Os Estados-Membros e o Distrito Federal.
4. Os Municípios.
5. Os Territórios Federais: histórico; características; possibilidade de serem novamente criados.
6. Intervenção federal e estadual.

Unidade II – Organização dos Poderes.

1. As funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade.
2. Do Poder Legislativo:
 - a. Estrutura; atribuições do Congresso Nacional; as reuniões.
 - b. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal: aspectos fundamentais; requisitos para a candidatura; competências privativas.
 - c. Espécies Normativas. Processo Legislativo. As Comissões Parlamentares.
 - d. Imunidades Parlamentares. Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais.
 - e. Perda do mandato de parlamentar federal.
 - f. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas da União.
3. Do Poder Executivo:
 - a. Estrutura do Poder Executivo.
 - b. Responsabilidade do Presidente da República. O *impeachment*.
4. Do Poder Judiciário:
 - a. Funções do Poder Judiciário. O Estatuto da Magistratura.
 - b. Garantias do Judiciário.
 - c. Estrutura dos órgãos do Judiciário.
 - d. Escolha dos membros dos Tribunais Superiores.
 - e. A regra do Quinto Constitucional.
 - f. Distribuição de competências jurisdicionais.

Unidade III – Funções Essenciais à Justiça.

1. Ministério Público.
 - a. Definição, histórico no Brasil e generalidades.
 - b. Organização do Ministério Público na Constituição vigente.
 - c. Princípios institucionais.
 - d. Garantias do Ministério Público.
 - e. Funções institucionais do Ministério Público.
 - f. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
2. Advocacia Pública: a Advocacia-Geral da União; e as Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal.
3. Advocacia.

4. Defensoria Pública.

Unidade IV – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

1. Estado de Defesa e Estado de Sítio.
2. Diferenças e disposições comuns entre o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.
3. Forças Armadas.
4. Segurança Pública.

Unidade V – Ordem Econômica e Financeira.

1. Princípios gerais da atividade econômica.
2. Política Urbana.
3. Política Rural e Reforma Agrária.
4. Sistema Financeiro Nacional.

Unidade VI – Ordem Social.

1. Seguridade Social.
2. Educação, Cultura e Desporto.
3. Ciência e Tecnologia.
4. Comunicação Social.
5. Família, criança, adolescente e idoso.
6. Índios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Sérgio Sérulo da. *Fundamentos de Direito Constitucional*. v.2. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 8ª edição. São Paulo. RT, 2006.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

SLAIBI FILHO, Nagib. *Direito Constitucional*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ZIMMERMANN, Augusto. Curso de Direito Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 124 CRÉDITOS: 04	DIREITO PENAL II Cada Crédito corresponde à 15h/aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Conhecer a ação penal e o código penal na parte especial. Conhecer a razão de ser da inclusão dos crimes na parte especial do código penal. Específicos: Saber interpretar os diversos ângulos das situações a enquadrar na tipicidade penal.		
EMENTA: Da ação Penal. Das causas extintivas de punibilidade. Anistia, graça e indulto. Prescrição e decadência. Perempção. Perdão. Da antijuridicidade. Tipicidade. Sujeitos e objeto. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a organização do trabalho.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I – Da Ação Penal. 1. Ação penal pública e privada; 2. Ação penal no crime complexo; 3. Decadência do direito de queixa ou de representação.		

Unidade II – Causas Extintivas da Punibilidade.

1. Perdão judicial;
2. Morte do agente;
3. Anistia, graça e indulto;
4. Renúncia e perdão;
5. Decadência e perempção;
6. Retratação;
7. Prescrição.

Unidade III – Dos Crimes Contra a Pessoa.

1. Contra a vida;
2. Contra a integridade corporal e a saúde;
3. De perigo individual;

Unidade IV – Dos Crimes Contra a Honra.

1. Contra a honra subjetiva e honra objetiva;
2. Exceção da verdade;
- 3.

Unidade V – Dos Crimes Contra a Liberdade Individual.

1. Contra a liberdade pessoal;
2. Contra a inviolabilidade do domicílio;
3. Contra a inviolabilidade da correspondência.
- 4.

Unidade VI – Dos Crimes Contra o Patrimônio.

1. Contra a propriedade material e suas divergências jurídico penais;
2. Contra a propriedade imaterial.

Unidade VII – Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho.

1. Características fundamentais;
2. Enquadramento no Código Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**.v. 1, Niterói/RJ: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luís Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. v. 1, São Paulo: Revista dos Tribunais,

2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. v. 1, São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. v. 1, São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. v. 1, São Paulo: Atlas, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 125	TEORIA GERAL DO PROCESSO	Pré requisito: TR 188 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Analisar com os alunos os conceitos e os fundamentos dos institutos que servem de alicerces para a construção do raciocínio lógico necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades do Processo Civil.		
Específicos: Direcionar os alunos para a aplicação prática do Direito Processual Civil, enquanto instrumento voltado para a pacificação com justiça de forma efetiva e eficaz.		
EMENTA: Noções introdutórias e evolução histórica do Direito Processual Civil. Conflitos de interesses – forma de composição, conceito de lide. A função jurisdicional. O direito Material e o Direito Processual. Institutos e princípios fundamentais de Direito Processual. Interpretação e aplicação do Direito processual. A norma processual. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual: Sujeitos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Noções Preliminares

1. Definição e evolução histórica
2. Formas de Composição dos Conflitos
3. Acesso à Justiça
4. Princípios

Unidade II – Normas Processuais

1. Lei Processual Civil
2. Validade
3. Interpretação

Unidade III - Jurisdição

1. Conceito
2. Características
3. Princípios Fundamentais
4. Classificação
5. Substitutivos da Jurisdição

Unidade IV - Organização Judiciária

1. Órgãos Julgadores
2. Serviços Auxiliares da Justiça
3. Ministério Público
4. Advogado

Unidade V – Ação

1. Natureza jurídica e conceito
2. Condições da ação
3. Classificação
4. Elementos

Unidade VI - Processo

- 1. Conceito**
2. Processo e procedimento
3. Espécies
4. Fases
5. Pressupostos Processuais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça (Trad. Ellen Gracie Northfleet). Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

GRINOVER, Ada P., DINAMARCO, Cândido R. e CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Teoria Geral*

do Processo. 15ed. São Paulo : Malheiros Editores, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e Processo*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BERMUDES, Sérgio. *Introdução ao Processo Civil*. 3ed. Rio de Janeiro : Forense, 2011.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. São Paulo : Malheiros Editores, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Teoria Geral do Processo*. Vol. I. São Paulo: RT, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v.1. 54 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 127	DIREITO EMRESARIAL II Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 115 P
CRÉDITOS: 04		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Dar aos discentes noções básicas sobre a prática creditícia, através do estudo da teoria geral dos títulos de crédito. Identificar os diversos títulos, relacionando os preceitos legais à prática forense para proporcionar ao futuro bacharel suporte ao exercício da advocacia nesta área. Específicos: Conceder fundamentos a teoria geral dos títulos de crédito, apreciando a legislação pertinente e analisando os elementos relacionados com o Direito Comparado.		
EMENTA: Visão histórica do crédito: sua evolução e importância no mundo moderno. Títulos de crédito como fator de segurança da prática creditícia. Os tipos de títulos de crédito: suas peculiaridades e seu tratamento no ordenamento jurídico brasileiro.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I - Teoria Geral do Direito Cambiário.

1. Conceito de Título de Crédito.
2. Princípios Gerais do Direito Cambiário.
3. Classificação dos Títulos de Créditos e Natureza Jurídica.

Unidade II - Convenção de Genebra. Histórico e Características da Lei Uniforme.

Unidade III - Letra de Câmbio.

Unidade IV – Aceite.

1. Conceito e requisitos.
2. Cancelamento de aceite. Prazo para apresentação do aceite.
3. Letra não aceitável.
4. Falta recusa. Limitação ou modificação do Aceite. Aceite Domiciliado.
5. Restituição da Letra. Efeitos do Aceite.

Unidade V - Endosso.

1. Conceito. Características. Requisitos. Conceito e Modalidades.
2. Espécies de endosso. Efeito o endosso.
3. Responsabilidade do endossante. Proibição de novo endosso.
4. Endosso impróprio: mandato. Pignoratício. Póstumo. Endosso sem garantia.
5. Reendosso.
6. Cancelamento do endosso.

Unidade VI - Do Aval.

1. Noções Gerais. Conceito e Natureza Jurídica.
2. Requisitos do Aval. Lugar do Aval.
3. Responsabilidade do Avalista.
4. Avalista do aceitante.
5. Aval ao sacado.
6. Relações entre avalista e avalizado.
7. Aval e Fiança.
8. Avalistas simultâneos e sucessivos.
9. Cancelamento do Aval.

Unidade VII - Do Vencimento.

1. Conceito. Generalidades. Modalidades e prazos.

2. Ação regressiva antes do vencimento da letra.

Unidade VIII - Pagamento.

1. Conceito. Regras de pagamento.
2. Espécies de pagamento.
3. Pagamento total e parcial. Pagamento por intervenção. Pagamento antes e depois do vencimento.
4. Efeitos do pagamento.
5. Oposição ao pagamento.
6. Ressaque.

Unidade IX - Protesto.

1. Conceito e Natureza Jurídica.
2. Modalidades de protesto.
3. Tempo e lugar do protesto.
4. Efeitos do protesto.
5. Cancelamento do protesto e sustação

Unidade X - Intervenção.

1. Conceito. Espécies e disposições gerais.
2. Aceite e pagamento por intervenção.

Unidade XI - Da Ação Cambial e Sua Prescrição.

1. Especialidade de ação cambial.
2. A soma devida na ação cambial.
3. Espécies: ação direta e regressiva.
4. Extravio e Destruição da letra.
5. Solidariedade Cambiária.
6. Defesa ação cambial.
7. Da prescrição da ação cambial. Interrupção da prescrição.
8. Ação de Locupletamento e prescrição.

Unidade XII - Nota Promissória.

1. Conceito. Histórico.
2. Requisitos.
3. Natureza Jurídica da Nota Promissória.
4. Aplicação das normas sobre a Letra de Câmbio às Notas Promissórias.
5. Nota Promissória a certo Termo da Vista.
6. Nota Promissória vinculada a um contrato.

Unidade XIII - Do Cheque.

1. Conceito, Requisitos Essenciais. Natureza Jurídica.
2. Aplicação ao cheque das normas cambiárias.
3. Função Econômica do cheque. Modalidades.
4. Prescrição.

Unidade XIV - Duplicata.

1. Conceito. Requisitos.
2. Remessa da duplicata ao comprador. Pagamento da duplicata. Protesto.
3. Ação para cobrança.
4. Duplicata de prestação de serviço.

Unidade XV - Títulos de Crédito Impróprios.

1. Noções gerais. Conceito.
2. Classificação. Títulos de legitimação; Títulos Representativos; Títulos de Financiamentos. Títulos de Investimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa Curso de Direito Comercial. Volume 1. São Paulo: Saraiva.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio Franco da. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Renovar.

MARTINS, Fran. Títulos de Crédito. Atual.: Prof. Paulo Penalva Santos. Rio de Janeiro: Forense.

ALMEIDA, Amador Paes de Teoria e Prática dos Títulos de Créditos.. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

REQUIÃO, Rubens Curso de Direito Comercial. Vol. 1. 27ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 190 CRÉDITOS: 04	DIREITO CIVIL III Cada Crédito corresponde à 15h/aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Proporcionar ao discente uma abordagem específica da Teoria Geral dos Contratos, produzindo conhecimento amplo dos vários tipos contratuais. Apresentar a Teoria Geral dos Contratos. Preparar o discente para o estudo das diversas espécies de contratos previstos na legislação pátria, conceituando-os e explorando suas características, fundamentos e objetivos.		
EMENTA: Teoria Geral dos Contratos. Princípios Contratuais Clássicos e Contemporâneos: autonomia privada, obrigatoriedade, relatividade, boa-fé, função social do contrato, equilíbrio contratual. Formação dos Contratos: proposta e aceitação. Classificação dos contratos. Contrato Preliminar. Contrato de adesão. Estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato de terceiro. Vícios Redibitórios. Evicção. Contrato com pessoa a declarar. Cláusulas Abusivas. Interpretação das cláusulas contratuais. Efeitos. Da Extinção do Contrato. Declarações unilaterais de vontade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

I - QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1. Conceito e características
2. História

II – Princípios Contratuais Clássicos e Contemporâneos

1. Autonomia Privada e Consensualismo
2. Obrigatoriedade
3. Relatividade
4. Função Social
5. Boa-fé
6. Equilíbrio contratual

III - ELEMENTOS DO CONTRATO

1. Elementos extrínsecos: sujeito, objeto e vínculo.
2. Elementos intrínsecos: causa, função e forma do consentimento.
3. Conteúdo.
4. Características
5. Efeitos

IV - A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A formação dos contratos
2. A Manifestação de Vontade
3. Negociações Preliminares
4. A proposta
5. A aceitação
6. Tempo da Celebração
7. Lugar da Celebração
8. Formação dos contratos eletrônicos

V - A CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Classificação dos contratos
2. Descrição e características das classes
3. Contrato Preliminar
4. Contratos de adesão
5. Dos contratos Aleatórios

6. Do contrato Preliminar
7. Do Contrato com pessoa a declarar

VI – INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Interpretação dos contratos
2. Cláusulas Abusivas

VII – EFEITOS SOBRE TERCEIROS

1. Estipulação em favor de terceiros
2. Da promessa de fato de terceiro

VIII – VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO

1. Dos vícios redibitórios
2. Da evicção

IX – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

1. Resilição unilateral e bilateral
2. Resolução
3. Outros meios de extinção contratual

X – Declarações Unilaterais de Vontade

1. Promessa de Recompensa
2. Gestão de negócios

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. Contratos. 26ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2005.

TEPEDINO, Gustavo e outros. Código Civil Interpretado segundo a Constituição. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. 3. Contratos e Atos Unilaterais. 10 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

NEGREIROS, Teresa. Teoria dos Contratos: novos paradigmas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. III. 17ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 12ª Edição. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 116	DIREITO CONSUMIDOR	Pré requisito: TR 190 P
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Fornecer ao aluno as bases teóricas do Direito do Consumidor, sua aplicações práticas, sobretudo processuais, bem como esclarecer suas relações com outros ramos do Direito.		
Específicos: Oferecer ao aluno as noções gerais da problemática das relações dos segmentos industrial, comercial e do consumidor, assim como as peculiaridades dos contratos nas relações de consumo em comparação com a teoria geral dos contratos. Da mesma forma, aprofundar os mecanismos processuais de proteção ao consumidor, seja em nível individual, seja em nível coletivo.		
EMENTA: Introdução ao Direito do Consumidor. O consumidor e a relação de consumo. O Código de Defesa do Consumidor. O Contrato de consumo. Princípios regentes dos contratos de consumo.Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor.A defesa do Consumidor. Aspectos processuais relevantes. Aspectos penais relacionados ao Direito do Consumidor.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I

1. Introdução ao Direito do Consumidor.
2. Indústria, comércio e circulação de mercadorias.
3. O consumidor.
4. Relação de consumo.
5. Análise introdutória do Código de Defesa do Consumidor (CDC).
6. Direitos básicos do consumidor.

Unidade II

1. O contrato de consumo.
2. A boa-fé objetiva no CDC.
3. Princípios que presidem os contratos de consumo.
4. A oferta. Partes, objeto, forma e espécies.
5. Formação do contrato.
6. Contrato de adesão.
7. Cláusulas gerais.
8. Interpretação do contrato de consumo.
9. A proteção contratual.
10. Cláusulas abusivas e seu controle.
11. Princípio da transparência.
12. Dever de informar.
13. Direito de arrependimento do consumidor.
14. Execução do contrato.
15. Inexecução contratual pelo fornecedor.
16. Consumidor por equiparação.
17. Desconsideração da personalidade jurídica.

UnidadeIII

1. Responsabilidade Civil no CDC.
2. Responsabilidade do fornecedor.
3. Responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço.
4. Decadência e prescrição no CDC.

UnidadeIV

1. Disposições gerais da defesa do consumidor em juízo.
2. Temas de Direito Processual relacionados com o Código de Defesa do Consumidor.
3. Proteção aos consumidores: base constitucional.
4. Vulnerabilidade.
5. Assistência jurídica.
6. Os instrumentos jurídicos de defesa do consumidor.
7. Os órgãos de proteção ao consumidor.
8. O consumidor frente aos órgãos jurisdicionais.
9. Juizados Especiais.
10. Facilitação da defesa.
11. Ônus da prova.
12. A defesa do consumidor em juízo: individual e coletiva.
13. Recursos e coisa julgada no CDC.
14. Ações coletivas e ações individuais.
15. Arbitragem no Direito do Consumidor.

UnidadeV

1. Crimes previstos no Código do Consumidor.

2. Proteção do Consumidor e das Relações de Consumo no âmbito do Direito Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do Anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: RT, 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. *Curso de Direito do Consumidor*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, João Baptista de. *A proteção jurídica do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALVIM, Arruda *et al.* *Código do Consumidor Comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BONATTO, Cláudio; MORAES, Paulo Valério Dal Pai. *Questões Controvertidas no Código de Defesa do Consumidor*. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual dos direitos do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2005.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor – Código Comentado e Jurisprudência*. 4 ed. Niterói: Impetus, 2008.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. *Direito Penal do Consumidor: Código de Defesa do consumidor e lei nº 8.137/90*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Manual do Consumidor em Juízo*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2000.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda Alves Pinto. *Código de Defesa do Consumidor Interpretado*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVEIRA, Reynaldo. *Práticas mercantis no direito do consumidor*. Curitiba: Juruá, 1999.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. *A Nova Interpretação do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*. 1 ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

TEPEDINO, Gustavo. *As relações de consumo e a nova teoria contratual*. In Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 129	DIREITO PENAL III Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: TR 124 P
CRÉDITOS: 04		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Conhecer a parte especial do Código Penal. Enfatizar aspectos doutrinários e a jurisprudência dos diversos tipos penais.		
Específicos: Proporcionar ao aluno uma visão teórica dos crimes em espécie.		
EMENTA: Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Estupro e atentado violento ao pudor. Sedução e corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de mulheres. Ultraje público ao pudor. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, a tutela ou a curatela. Crimes de perigo comum. Incêndio e explosão. Perigo de desastre ferroviário. Crimes contra a saúde pública. Tráfico ilícito e uso de drogas. Crimes contra a paz pública. Moeda falsa e crimes assimilados. Falsidade de títulos e outros papéis públicos. Falsidade ideológica. Uso de documento falso. Supressão de documento.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I– Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso e o Respeito Aos Mortos.		
1. Escarnecer de alguém por motivo de crença religiosa; 2. Vilipendiar cadáver ou violar sepultura.		

Unidade II – Dos Crimes Contra o Costume.

1. Crimes contra a liberdade sexual;
2. Sedução e corrupção de menores;
3. Lenocínio e tráfico de mulheres;
4. Ultraje público ao pudor.

Unidade III – Dos Crimes Contra a Família.

1. Crimes contra o casamento;
2. Crimes contra o estado de filiação;
3. Crimes contra a assistência familiar;
4. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

Unidade IV– Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública.

1. Crimes contra o perigo comum;
2. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos;
3. Crimes contra a saúde pública.

Unidade V – Dos Crimes Contra a Paz Pública.

1. Incitação e apologia ao crime;
2. Quadrilha ou bando.

Unidade VI – Dos Crimes Contra a Fé Pública.

1. Moeda falsa;
2. Falsidade de títulos e outros papéis públicos;
3. Falsidade de documentos;
4. Outras falsidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**.v. 2, Niterói/RJ: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luís Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. v. 2, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. v. 2, São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. v. 2, São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. v. 2, São Paulo: Atlas, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL

DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR 130

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 125 P

CRÉDITOS: 04

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais: Permitir ao aluno aprender conceitos básicos a fim de lhe possibilitar a compreensão dos institutos do Direito Processual Civil e da Dogmática processual.

Específicos:

- Formar uma consciência crítica.
- Entender e dominar a terminologia técnico-jurídica processual.
- Favorecer o manuseio do Código de Processo Civil e Legislação Pertinente.

EMENTA: Competência. Relação Litisconsorcial. Intervenção de terceiros. Atos processuais. Formação do processo. Petição Inicial. Resposta do Réu.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Competência

1. Conceito
2. Distribuição
3. Classificação
4. Critérios de Determinação
5. Modificações da Competência
6. Declaração da Incompetência
7. Conflito de Competência

UNIDADE II - Teoria Geral dos Atos Processuais

1. Forma
2. Tempo e Lugar
3. Prazos
4. Atos de Comunicação: citação, intimação e cartas
5. Nulidades

UNIDADE III – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros

1. Partes
2. Litisconsórcio
3. Intervenção de Terceiros

UNIDADE IV - Fase de Postulação do Processo de Conhecimento

1. Petição Inicial
2. Resposta do Réu

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio. *Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2012.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 54 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e Competência*. São Paulo: Saraiva, 2011.

GREGO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. 3. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

_____. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. 4 ed. São Paulo : Malheiros, 2001. 2v.

SILVA, Edward Carlyle. *Conexão de Causas*. São Paulo: RT, 2006.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*. Vol. I. São Paulo : RT, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 134	DIREITO EMRESARIAL III	Pré requisito: TR 123 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Expor a sistemática da recuperação judicial, extrajudicial e da falência, oriunda de um desequilíbrio empresarial, concomitante, após probabilidade da ação extrajudicial. Específicos: Levar ao conhecimento dos discentes a importância das fases de recuperação como fatores legais à classe empresarial, cujo processo se deslinda num Juízo Universal, considerando que o comércio é imprescindível à sociedade.		
EMENTA: Falência; Recuperação Judicial; Recuperação Extra Judicial. Os crimes falimentares.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Unidade I. Recuperação Extrajudicial.		
1.1. Noções Gerais.		
1.2. Reorganização da Empresa.		

1.3. Responsabilidade dos Administradores.

Unidade II. Recuperação Judicial.

2.1. Conceito. Característica. Princípios.

2.2. Credores do Devedor.

2.3. Administrador.

2.4. Cumprimento.

2.5. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Unidade III - Aspectos Gerais da Falência.

3.1. Conceito de Falência. Histórico. Característica. Princípios.

3.2. Devedor sujeito a falência. Insolvência.

Unidade IV - Processo de Falência.

4.1. Pedido de falência. Sentença declaratória da Falência. Sentença denegatória da Falência.

4.2. Administração da falência.

4.3. Fases do Processo Falimentar: Declaração Judicial da Falência. Verificação do crédito.

4.4. Liquidação.

4.5. Reabilitação do Devedor.

Unidade V -Pessoa e Bens do Devedor.

5.1. Restrições Pessoais. Regime Patrimonial do Devedor.

5.2. Preservação da Empresa do Devedor.

5.3. Pedido de Restituição e embargos de terceiros.

Unidade VI - Dos Atos e Contratos do Devedor.

- 6.1. Atos Ineficazes. Ação revocatória.
- 6.2. Efeitos da Falência quanto aos Contratos do falido.

Unidade VII - Dos Credores do Devedor.

- 7.1. Credores Admitidos.
- 7.2. Efeitos da Falência quanto aos credores.
- 7.3. Classificação dos Créditos.

Unidade VIII - Disposições Penais.

- 8.1. Conceito. Elementos específicos do tipo penal falimentar.
- 8.2. Inquérito Judicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito de Empresa. Vol.3. . São Paulo: Saraiva.
- CAMPINHO, Sérgio. [Falência e Recuperação de Empresa](#). Rio de Janeiro: Renovar.
- SANTOS, Paulo Penalva; SALOMÃO, Luis Felipe. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Rio de Janeiro: Forense.
- TOLEDO, Paulo F. C. Salles de, *et alli*. Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência. 3. ed. São Paulo: Saraiva.
- ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. 24ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

ROVAL, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 191	DIREITO CIVIL IV Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: TR 190 P
CRÉDITOS: 04		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Proporcionar ao aluno uma abordagem específica de diversas espécies de contratos previstos no Código Civil. Apresentar os contratos em espécie e a aplicação dos princípios contratuais e da Teoria Geral dos Contratos, conceituando-os e explorando suas características, fundamentos e objetivos, produzindo conhecimento dos vários tipos contratuais e suas relações com os princípios gerais.		
EMENTA: Compra e venda. Troca ou Permuta. Doação. Locação: de imóveis e de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Empréstimo: Comodato e Mútuo. Depósito. Mandato. Fiança. Constituição de renda. Jogo e Aposta. Fiança. Contratos de Comissão, Agência, Distribuição e Corretagem. Contrato de transporte, Contrato de Seguro.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO I - Compra e venda. 1. Conceito, sujeitos, objeto e características. 2. Análise normativa e jurisprudencial II - Troca ou Permuta.		

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

III - Doação.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

IV – Locação: de imóveis e de coisas

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

V - Prestação de serviços.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

VI – Empreitada

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

VII – Empréstimo: Comodato e Mútuo

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

VIII - Depósito.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

IX - Mandato.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

X – Comissão, Agência, Distribuição e Corretagem.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

XI - Fiança.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

XII - Constituição de renda.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

XIII - Jogo e Aposta.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

XIV - Contrato de transporte

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

XV- Contrato de Seguro.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise normativa e jurisprudencial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. Contratos. 26ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 12ª Edição. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

TEPEDINO, Gustavo e outros. Código Civil Interpretado segundo a Constituição. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Prático dos Contratos. 6ª Edição. 5 Volumes. Rio de Janeiro: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. 3. Contratos e Atos Unilaterais. 10 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. III. 17ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 192	DIREITO AMBIENTAL	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	TR 102 P – TR 188 P – TR 125 P – TR 118 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Desenvolver no discente conhecimento crítico sobre as questões ambientais contemporâneas; aperfeiçoar sua percepção sobre o contexto político social das questões ambientais; e aprimorar as capacidades de análise e aplicação legal, doutrinária e jurisprudencial das normas ambientais em vigor.		
EMENTA: A proteção jurídica do meio ambiente em perspectiva histórica; Perspectivas política e social da proteção ambiental nos planos nacional e internacional; O surgimento do meio ambiente como direito difuso; O meio ambiente na Constituição; Princípios Constitucionais Ambientais; Sistema Nacional do Meio Ambiente; A Política Nacional do Meio Ambiente; Noções de Licenciamento e Impacto Ambiental; Áreas protegidas; Crimes Ambientais e Aspectos Processuais de Defesa do Meio Ambiente.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

I –Direito e Meio Ambiente.

- 1.1. O meio ambiente como bem jurídico objeto de tutela diversificada.
- 1.2. A proteção do meio ambiente como princípios da ordem social e econômica
- 1.3. A proteção ambiental no plano internacional.
- 1.3. A proteção ambiental na legislação do Brasil.

II – O meio ambiente na Constituição.

2.1 Significado do termo para a Constituição

2.11 Patrimônio ambiental e Bens ambientais

- 2.2 Proteção constitucional do meio ambiente: art.225.
- 2.3 Princípios Constitucionais.
- 2.4 Competência legislativa e administrativa em matéria ambiental.
- 2.5 Poderes administrativos ambientais.

III – A Política Nacional do Meio Ambiente

3.1 Diretrizes e Princípios Gerais

3.2 Principais conceitos da lei

3.3 Licenciamento Ambiental

3.4 Estudo Prévio de Impacto Ambiental

IV – Áreas Protegidas

4.1 Zoneamento Ambiental

4.2 Unidades de Conservação

4.3 APP e Reserva Particular de Patrimônio Natural

V – Crimes Ambientais e Aspectos Processuais de Defesa do Meio Ambiente

5.1 Termo de Ajustamento de Conduta

5.2 Ação Civil Pública

5.3 Ação Popular

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco:doutrina, jurisprudência, glossário. 7ª edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

ARAUJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 132	DIREITO ADMINISTRATIVO I	Pré requisito: TR 102 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais:Estudar a Administração Pública Brasileira, bem como as normas que regulam o seu funcionamento.		
Específicos: ➤ Conhecer os princípios que regem a Administração Pública. ➤ Identificar os poderes administrativos. ➤ Introduzir o estudo dos atos administrativos. ➤ Familiarizar-se com as normas que orientam as licitações públicas e os contratos administrativos. ➤ Adquirir conhecimentos sobre o serviço público brasileiro. ➤ Distinguir entre as diversas modalidade de serviço público.		
EMENTA: Direito Administrativo e Administração Pública.Ato Administrativo. Licitação Pública. Contrato Administrativo. Serviços Públicos.Concessão e Permissão de Serviços Públicos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Direito Administrativo e Administração Pública.

1. Aspectos Introdutórios à Disciplina.
2. Órgãos Públicos: conceito, teorias de caracterização e classificação.
3. Agentes Públicos: generalidades, espécies.
4. Princípios Administrativos: expressos e reconhecidos.

Unidade II – Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.

1. Generalidades: O poder-dever do Administrador Público.
2. Os Poderes Administrativos.
3. Uso e abuso de Poder Administrativo.
4. Formas de abuso.
5. Deveres dos Administradores Públicos.
6. Hierarquia e Disciplina.
7. Do Poder Legislativo.

Unidade III – Ato Administrativo.

1. Conceito e elementos ou requisitos de validade.
2. Características.
3. Mérito Administrativo.
4. Classificação e espécies.
5. Extinção do Ato Administrativo.
6. Invalidação do Ato Administrativo.

Unidade IV – Licitação Pública.

1. Conceito e princípios básicos.
2. Modalidades de licitação.
3. Dispensa e inexigibilidade.
4. Procedimento licitatório ou Fases da Licitação Pública.
5. Recursos administrativos cabíveis na licitação
6. O Pregão: aspectos relevantes.

Unidade V – Contrato Administrativo.

1. Conceito e características.
2. Espécies de Contrato Administrativo.
3. Cláusulas contratuais necessárias e de privilégio. A equação econômico-financeira.
4. Inexecução do contrato. Sanções administrativas.
5. Extinção do Contrato.
6. Convênios Administrativos e Consórcios Públicos.

Unidade VI – Serviços Públicos.

1. Características e titularidade.
2. Princípios e classificação dos serviços públicos.
3. Remuneração dos serviços públicos.
4. Direitos e deveres dos usuários.
5. Execução do Serviço.
6. Novas formas de prestação do serviço público.

Unidade VII – Concessão e Permissão de Serviços Públicos.

1. Concessão de Serviços Públicos.
2. Permissão de Serviços Públicos.
3. Concessão Especial de Serviços Públicos. As Parcerias Público-Privadas.
4. Autorização de Serviço Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. ***Direito Administrativo Descomplicado.*** 21.ed. São Paulo: Método, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. ***Manual de Direito Administrativo.*** 26.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. ***Direito Administrativo.*** 26.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEIRELLES, Hely Lopes. ***Direito Administrativo Brasileiro.*** 39.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

GASPARINI, Diógenes. ***Direito Administrativo.*** 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELLO, Celso A. Bandeira de. ***Curso de Direito Administrativo.*** 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 135 CRÉDITOS: 04	DIREITO PENAL IV Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 124 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Conhecer o Código Penal na parte especial principalmente os crimes funcionais. Analisar a legislação extravagante. Específicos: Proporcionar ao discente uma visão específica dos crimes funcionais e da legislação penal especial. EMENTA: Crimes contra a administração pública. Peculato. Corrupção passiva. Prevaricação. Resistência e desobediência. Desacato. Corrupção ativa. Contrabando e descaminho. Denunciação caluniosa. Falso testemunho e falsa perícia. Exercício arbitrário das próprias razões. Favorecimento pessoal e real. Exercício arbitrário ou abuso de poder. Exame geral da legislação penal extravagante.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Dos Crimes Contra Administração Pública.

1. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração geral;
2. Crimes praticados por particulares contra a administração em geral;
3. Crimes contra a administração da justiça;
4. Crimes contra as finanças públicas.

Unidade II – Da Legislação Extravagante

1. Decreto-Lei nº 3.688, de 03/10/1991. Lei de contravenções penais;
2. Controle de Armas. Lei nº. 10826, de 22/12/2003;
3. Criança e adolescentes. Lei nº. 8069, de 13/07/1990;
4. Crime organizado. Lei nº.9034, de 03/05/1995;
5. Crimes hediondos. Lei nº. 8072, de 25/07/1990;
6. Entorpecentes. Lei nº. 10409, de 11/01/2002;
7. Trânsito. Lei nº. 9503, de 23/09/1997;
8. Violência Doméstica. Lei nº. 11340, de 07/08/2006.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**.v. 3, Niterói/RJ: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luís Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. v. 3, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. v. 3, São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. v. 3 e 4, São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal**. v. 3, São Paulo: Atlas, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 136 CRÉDITOS: 04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 130 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Desenvolver o processo de conhecimento até a sentença, incentivando o raciocínio do aluno ao explicar cada fase processual. Específicos: Trazer os princípios e as noções gerais aprendidas nos períodos anteriores para aplicação no processo de cognição. EMENTA: Processo de Conhecimento: fase de providências preliminares; fase instrutória; fase decisória; ação rescisória.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I- Fase de Providências Preliminares e Saneamento 1. Providências Preliminares 2. Julgamento conforme o Estado do Processo 3. Saneamento do Processo 4. Audiências de Conciliação (rito sumário) e Preliminar (comum)		

Unidade II - Fase Instrutória

1. Sistema Geral de Provas
2. Audiência de Instrução e Julgamento

Unidade III – Fase Decisória

1. Sentença
2. Coisa Julgada

Unidade IV – Ação Rescisória

1. Conceito
2. Pressupostos
3. Procedimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Instituições de Direito Processual Civil. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil -Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2012.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 54 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Tutela Específica das Obrigações de Fazer*. 4ed. Rio de Janeiro : Forense, 2012.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas Linhas do Processo Civil*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. São Paulo : Malheiros Editores, 2012.

_____. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo : Malheiros, 2010. 2v.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 152 CRÉDITOS: 04	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: TR 102 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Despertar no aluno um conhecimento sobre as regras internacionais de direito público e suas consequências para as sociedades membros. Específicos: Capacitar o aluno para a compreensão das características e pressupostos do DIP. De suas fontes de sua Relação com o Direito Interno. O Estado. O Indivíduo no Direito Internacional Público		
EMENTA: Sociedade internacional; Evolução histórica do direito internacional público; As fontes do direito internacional público; Os sujeitos internacionais (Estados soberanos e Organizações internacionais); Meios de representação; Poder jurisdicional do Estado; Território estatal; Meios de solução de conflitos internacionais; Sanções internacionais; Segurança coletiva; Direito de guerra e neutralidade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I - Noções Preliminares 1.1. Características e pressupostos do DIP 1.2. Fontes de DIP 1.3. Relação entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno		

Unidade II- Estado

- 2.1. A soberania do Estado e o DIP contemporâneo. Imunidades e jurisdição
- 2.2. Direitos e deveres do Estado .Restrições.
- 2.3. O reconhecimento de Estado e Governos.
- 2.4. Sucessão de Estados.
- 2.5. As competências do Estado.
 - a) as competências estatais sobre os espaços terrestres e marítimos;
 - b) as competências estatais sobre os espaços aéreo e ultraterrestre;
 - c) os espaços polares.
- 2.6. Órgãos do Estado encarregados das relações internacionais
 - a) chefes de Estado, governo e ministro de relações internacionais;
 - b) as missões diplomáticas;
 - c) repartições consulares.
- 2.7. O ilícito internacional do Estado, sanções e a solução pacífica das controvérsias internacionais.
 - a) responsabilidade internacional;
 - b) meios diplomáticos de solução de controvérsias: negociação, mediação, conciliação;
 - c) meios jurisdicionais de solução de controvérsias: arbitragem, acordo judicial.
- 2.8. A Guerra

Unidade III - O Indivíduo No Direito Internacional Público

- 3.1. O problema da subjetividade internacional do indivíduo.
- 3.2. A proteção internacional; dos direitos humanos.
- 3.3. A obra das Nações Unidas sobre direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, Hildebrando, NASCIMENTO E SILVA, G. E. do, CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELLO, Celso D. A. Direito internacional público, vols. I-II, 14^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2002.

REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. Desafios do Direito Internacional Contemporâneo. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CANÇADO TRINDADE, A. A. O direito internacional em um mundo em transformação. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

DALLARI, Pedro B. A. Constituição e tratados internacionais. São Paulo: Saraiva, 2003.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, André Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 193	DIREITO CIVIL V	Pré requisito: TR 108 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Transmitir aos estudantes a principiologia do Direito das Coisas, estimulando a busca pela compreensão dos principais conceitos e institutos e o confronto com os direitos pessoais, à luz do Direito Civil contemporâneo. Específicos: Preparar o aluno para aplicação prática dos conceitos, partindo de casos fictícios e reais; Analisar as espécies e qualificações da posse e da propriedade, bem como as linhas gerais das principais ações e meios de defesa; desenvolver noções sobre a função social da propriedade, do direito de vizinhança e do direito condominial. Conhecer os conceitos básicos do parcelamento do solo, da propriedade resolúvel e fiduciária, do direito de superfície, servidões, usufruto, penhor, anticrese e hipoteca.		
EMENTA: Direitos das coisas. Direitos Reais. Posse: Conceito, normas e jurisprudência. Fundamentos. Aquisição, efeitos e perda da posse. A propriedade e as propriedades. Fundamentos. Da função social da propriedade. Propriedades e Bem Comum. Conceitos e características. Domínio. Formas de aquisição das propriedades. Usucapião. Condomínio. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de garantia.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

I – Dos Direitos das Coisas.

- 1.1. Conteúdo.
- 1.2. Espécies.
- 1.3. Direitos Reais
- 1.3. Controvérsias.

II – Da Posse.

- 2.1. Fundamentos da Posse.
- 2.2. Conceito, normas e jurisprudência.
- 2.3. Posse é direito real?
- 2.4. Espécies de Posse.
- 2.5. Aquisição e Perda da Posse.
- 2.6. Efeitos da Posse.
- 2.7. Da Perda da Posse.

III – Das Propriedades.

- 3.1. Fundamentos das Propriedades.
- 3.2. As Propriedades e o Bem Comum.
- 3.3. A Função Social das Propriedades.
- 3.4. Domínio.
- 3.5. Conceito, normas e jurisprudência.
- 3.6. Direitos e Deveres dos Proprietários
- 3.7. Aquisição da Propriedade Imóvel.
- 3.8. Aquisição da Propriedade Móvel.
- 3.9. Perda da Propriedade.
- 3.10. Usucapião.

3.11. Propriedade Resolúvel e Fiduciária.

3.12. Condomínio Geral.

3.13. Condomínio Edilício.

3.14. Direitos de Vizinhança.

IV – Da Superfície.

4.1. Conceito, normas e jurisprudência.

4.2. Direitos e Deveres das partes.

V – Das Servidões.

5.1. Conceito e Características.

5.2. Constituição.

5.3. Exercício.

5.4. Extinção.

VI – Do Usufruto.

6.1. Conceito, normas e jurisprudência.

6.2. Direitos e Deveres das partes.

VII – Do Uso e da Habitação.

7.1. Conceito, normas e jurisprudência.

7.2. Direitos e Deveres das partes.

VIII - Da Promessa de Compra e Venda.

8.1. Conceito, normas e jurisprudência.

8.2. Direitos e Deveres das partes.

IX – Os Direitos Reais de Garantia.

9.1. O Penhor.

9.2. A Hipoteca.

9.3. A Anticrese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. Direitos Reais. 20 ed. Revista e Atualizada por Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil Interpretado - Vol. 3. Direito da Empresa e Direito das Coisas*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol.5. 8 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

SILVA, Caio Mário Pereira da. Instituições de Direito Civil, vol. 4. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 137 CRÉDITOS: 04	DIREITO ADMINISTRATIVO II Cada Crédito corresponde à 15h/ aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Concluir o estudo sobre a Administração Pública Brasileira, bem como as normas que regulam o seu funcionamento. Específicos: ➤ Aprofundar o estudo sobre a Administração Pública brasileira. ➤ Conhecer os mecanismos de responsabilidade civil do Estado. ➤ Adquirir conhecimentos sobre o servidor público no Brasil. ➤ Identificar as formas de intervenção e atuação do Estado na propriedade e no domínio econômico. ➤ Familiarizar-se com as formas de controle da Administração Pública. Distinguir entre as diversas modalidade de bens públicos.		
EMENTA: Administração Direta e Indireta.Responsabilidade Civil do Estado.Servidores Públicos.Intervenção do Estado na Propriedade.Atuação do Estado no Domínio Econômico.Controle da Administração Pública.Bens Públicos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Administração Direta e Indireta.

1. Aspectos Introdutórios ao tema.
2. Administração Direta: características.
3. Administração Indireta: princípios norteadores. Entidades que a compõem.
4. Características diferenciadoras das diversas entidades da Administração Indireta.
5. Pessoas de Cooperação Governamental.
6. Organizações Colaboradoras.

Unidade II – Responsabilidade Civil do Estado.

1. Aspectos introdutórios ao tema.
2. Evolução da Responsabilidade Civil do Estado.
3. Aplicação da responsabilidade objetiva.
4. Atos legislativos e judiciais.
5. Reparação do Dano.
6. O Direito de Regresso.

Unidade III – Servidores Públicos.

1. Classificação dos agentes públicos.
2. Servidores Públicos.
3. Regimes Jurídicos Funcionais.
4. Organização Funcional.
5. Regime Constitucional.
6. Responsabilidade dos servidores públicos.

Unidade IV – Intervenção do Estado na Propriedade.

1. Aspectos introdutórios ao tema.

2. Fundamentos de Intervenção. Modalidades de Intervenção.

3. Servidão Administrativa. Requisição.

4. Ocupação Temporária. Limitações Administrativas.

5. Tombamento.

6. Desapropriação.

- a. Conceito. Pressupostos. Espécies.
- b. Espécies.
- c. Competências.
- d. Destinação dos bens expropriados.
- e. Fases.
- f. Ação e indenização.

Unidade V – Atuação do Estado no Domínio Econômico.

1. Aspectos introdutórios ao tema.
2. Ordem Econômica.
3. Formas de atuação do Estado.
4. Estado Regulador.
5. Estado Executor.
6. Monopólio estatal.

Unidade VI – Controle da Administração Pública.

1. Aspectos introdutórios ao tema.
2. Classificação do controle da Administração Pública.
3. Controle Administrativo.
4. Controle Legislativo.
5. Controle Judicial.
6. O Poder Público em juízo.

Unidade VII – Bens Públicos.

1. Conceito e classificação.
2. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Afetação e Desafetação.
3. Formas de Aquisição dos Bens Públicos.
4. Gestão dos Bens Públicos.
5. Instrumentos de alienação.
6. Espécies de Bens Públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. ***Direito Administrativo Descomplicado***. 21.ed. São Paulo: Método, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. ***Manual de Direito Administrativo***. 26.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. ***Direito Administrativo***. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GASPARINI, Diógenes. ***Direito Administrativo***. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. ***Direito Administrativo Brasileiro***. 39.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso A. Bandeira de. ***Curso de Direito Administrativo***. 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 139 CRÉDITOS: 04	DIREITO CIVIL PROCESSUAL III Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 136 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Capacitar o aluno no trato com a doutrina, legislação e jurisprudência, segundo os preceitos teóricos. Ministrar a matéria de forma a fazer o aluno raciocinar, para que possam só entender o conteúdo jurídico, mas desenvolver uma visão crítica do sistema. Apresentar as diversas doutrinas, permitindo que cada aluno exerça a sua escolha. Específicos: Debater a teoria e a prática de cada instituto, possibilitando a análise de sua efetiva necessidade. Justificar a razão da responsabilidade patrimonial, com ênfase nas execuções em espécies. Conceder maior aprofundamento nas diferenças entre fraude contra credores e fraude à execução.		
EMENTA: Dos recursos; recursos no primeiro grau de jurisdição; recursos de segundo grau de jurisdição; processo de execução em espécies; fases da execução; fraude contra credores e fraude à execução; oposição à execução; recursos na execução; suspensão e extinção da execução.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I - Teoria Geral dos Recursos

1. Conceito e natureza jurídica
2. Condições de Admissibilidade
3. Efeitos

Unidade II – Recursos em Espécie

1. Agravo
2. Apelação
3. Embargos de Declaração
4. Recurso Adesivo
5. Embargos Infringentes
6. Recurso Ordinário
7. Recurso Extraordinário
8. Recurso Especial

Unidade III – Liquidação de Sentença

- 1 Conceito
- 2 Natureza Jurídica
- 3 Espécies
- 4 Recursos

Unidade IV – Cumprimento de Sentença

- 1 Conceito
- 2 Natureza jurídica
- 3 Execução Definitiva e Provisória
- 4 Cumprimento de sentença de obrigação de fazer e não fazer
- 5 Cumprimento de sentença de entrega de coisa
- 6 Cumprimento de sentença de pagamento de quantia certa
- 7 Impugnação

Unidade V - Processo de Execução

1. Noções Gerais
2. Execução em Espécies
3. Fases do Processo de Execução
4. Recursos
5. Suspensão e Extinção

Unidade VI – Oposição à Execução

1. Objeção de Pré-Executividade

2. Embargos de devedor

Unidade VII – Insolvência Civil

1. Conceito
2. Características
3. Procedimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

GREGO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. 3. São Paulo. Saraiva, 2013.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 54 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis e assuntos afins*. Vol. 11. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PINTO, Nelson Luiz. *Manual dos Recursos Cíveis*. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. 3. 14ª edição. São Paulo. Saraiva, 2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coord.). *Curso Avançado de Processo Civil*. Vol. II. 3ed. São Paulo: RT, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 140	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	Pré requisito:
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	TR 125 P – TR 124 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Assegurar o conhecimento de tipos de processo penal. Da investigação preparatória e dos sujeitos processuais. As noções da prova, da prisão da liberdade.		
Específicos: Tornar o discente capaz de interpretar a lei e aplicá-la corretamente.		
EMENTA: Disposições preliminares. Do Inquérito policial. Prisão provisória. Da ação penal. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais. Da Instrução criminal. Das provas. Juiz, ministério público, acusado e defensor. Assistentes e auxiliares da justiça. Prisão. Liberdade provisória.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – Processo Penal: Interpretação, Integração e Aplicação da Norma Processual Penal.

1. Noções básicas;
2. Conflito de interesses;
3. Princípios processuais;
4. Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço;
5. Interpretação: analogia.

Unidade II – Da Persecução Penal: Ação Penal.

1. Inquérito policial;
2. Ação penal;
3. Ação penal pública;
4. O princípio da legalidade;
5. Denúncia e queixa;
6. O princípio da oportunidade;
7. Ação civil.

Unidade III – Da Jurisdição e Organização Judiciária Penal: Competência em Matéria Penal.

1. Jurisdição: critérios determinativos. Conexão e continência. Concurso de delitos. Unificação das penas.
2. Competência.

Unidade IV – O Juiz, O Ministério Público, O Acusado E Defensor, Os Assistentes E Auxiliares Da Justiça.

1. Juiz;
2. Ministério Público;
3. O acusado e o defensor;
4. Os assistentes;
5. Os servidores da justiça;
6. Os peritos e intérpretes.

Unidade V – As Medidas Cautelares em Matéria Processual Penal.

1. Medidas assecuratórias: características;
2. Prisão cautelar;
3. Prisão em flagrante;
4. Prisão preventiva;
5. Liberdade provisória
6. Fiança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. São Paulo: RT, 2013.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONFIM, Edílson Mougenot. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo penal comentado**. São Paulo: RT, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacellide. **Curso de Processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 194	DIREITO CIVIL VI	Pré requisito: TR 108 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Proporcionar ao aluno a base teórica e prática para análise das questões pertinentes ao Direito de Família e sua conexão com os princípios constitucionais pertinentes, visando à formação de uma análise dogmática e crítica dos institutos. Permitir a contextualização e releitura dos institutos codificados e infraconstitucionais à luz da axiologia constitucional, cuja base se ampara na dignidade humana, solidariedade familiar, autonomia reprodutiva, igualdade e melhor interesse da criança e do adolescente.		
EMENTA: Os princípios constitucionais orientadores do Direito de Família. A Família a partir da virada paradigmática da Constituição de 1988: a família plural. Casamento. Conceito, natureza e impedimentos. Habilitação e celebração. Regime de bens. Teoria das nulidades do casamento. Fim do casamento. Separação e divórcio. União estável. Parentesco e filiação. Reconhecimento. Investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar. Guarda. Guarda compartilhada. Alimentos e bem de família. Aspectos processuais pertinentes. Tutela e curatela.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

I – Evolução histórica da família.

II – O Direito de família e a família a partir da Constituição de 1988.

2.1. Objeto

2.2. Natureza do casamento

2.3. Princípios constitucionais orientadores do Direito de família

2.4. Princípio da *ratio* do matrimônio e da união estável

2.5. Princípio da igualdade: cônjuges e filhos

2.6. Princípio do pluralismo familiar

2.7. Princípio da consagração do poder familiar

2.8. Princípio da dignidade da pessoa humana

III – Casamento.

3.1. Conceito e natureza

3.2. Capacidade para o casamento. Habilitação para o casamento

3.3. Procedimento e documentação

3.4. Acordo pré nupcial

3.5. Casamento civil e casamento religioso

3.6. Impedimentos

3.6.1. Resultantes do parentesco

3.6.2. Resultante de casamento anterior

3.6.3. Decorrente de crime

3.7. Causas suspensivas

3.8. Oposição dos impedimentos

3.9. Celebração do casamento

3.10. Provas do casamento

3.11. Espécies de casamento:

3.11.1. Casamento válido

- 3.11.2. Casamento putativo
- 3.11.3. Casamento nuncupativo
- 3.11.4. Casamento religioso com efeitos civis
- 3.11.5. Casamento consular
- 3.11.6. Conversão de união estável em casamento
- 3.11.7. Casamento inválido
- 3.11.8. Casamento inexistente
- 3.11.9. Casamento nulo
- 3.11.10. Casamento anulável
- 3.12. Efeitos jurídicos do casamento
 - 3.12.1. Efeitos sociais
 - 3.12.2. Efeitos pessoais
 - 3.12.3. Efeitos jurídicos patrimoniais
 - 3.12.4. Regimes de bens
 - 3.12.5. Pacto antenupcial
 - 3.12.6. Relações econômicas entre pais e filhos
- 3.13. As relações de parentesco
 - 3.13.1. Parentesco: linhas e graus
 - 3.13.2. Espécies de parentesco
 - 3.13.3. Filiação
 - 3.13.4. Reconhecimento dos filhos
 - 3.13.5. Adoção
 - 3.13.6. Poder familiar
- 3.14. Dissolução da Sociedade Conjugal
 - 3.14.1. Dissolução pela morte de um dos cônjuges
 - 3.14.2. Separação judicial

3.14.3. Divórcio

3.14.4. Guarda dos filhos menores

3.15. Alimentos

3.16. Bem de família

3.17. Direito assistencial

3.15.1. Tutela

3.15.2. Curatela

3.15.3. Medidas de proteção à criança e ao adolescente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4ª Edição; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol V. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

LOBO, Paulo Luiz Netto. *Famílias*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Direito civil*. Família. São Paulo: Atlas. 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. VI. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *O direito das famílias entre a norma e a realidade*. São Paulo: Atlas, 2010.

VENCELAU, Rose Melo. O elo perdido da filiação: entre a verdade jurídica, biológica e afetiva no estabelecimento do vínculo paterno-filial. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 195	DIREITO PENAL V	Pré requisito: TR 135 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral		
Aplicar as normas e os princípios gerais do Direito Penal na interpretação dos tipos penais incriminadores das legislações extravagantes, possibilitando a instrumentalização da técnica da adequação típica.		
Específico		
Identificar os aspectos controvertidos sobre os tipos penais que compõem as legislações extravagantes penais, relacionando seu conceitos, características, classificações e bem jurídicos tutelados.		
EMENTA: Legislação extravagante penal: lei de crimes hediondos, lei de drogas, lei de tortura, lei de abuso de autoridade, Código de trânsito brasileiro, Estatuto do desarmamento, lei de Juizados Especiais, lei das contravenções penais, lei contra a violência de gênero e doméstica.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I – LEI DE CRIMES HEDIONDOS

- 1.1. Movimento da Lei e da Ordem e Crimes Hediondos – Assento Constitucional.
- 1.2. Lei nº. 8072/1990: critérios de tipificação; controle de constitucionalidade e alterações legislativas. Conflito de Leis no tempo - A Lei nº. 11.464/2007. Consectários Penais e Processuais.
- 1.3. Crimes Hediondos: Crimes em espécie: estupro, estupro de Vulnerável – A Lei nº. 12015/2009 e sua incidência sobre a Lei de Crimes Hediondos: conflito de leis penais no tempo e o art. 9º, da Lei nº. 8072/1990.
- 1.4. Crimes Hediondos. Crimes em espécie: homicídio, latrocínio, extorsão – critérios de tipificação. Demais figuras típicas.

Unidade II – LEI DE DROGAS

- 2.1. Lei de Drogas. Lei n. 11.343/2006. Política Criminal de Drogas.
- 2.2. Posse de Droga para consumo pessoal.
- 2.3. Crime ou infração administrativa.
- 2.4. Consumo pessoal ou tráfico. Critérios de Diferenciação.
- 2.5. A Lei nº. 11.343/06 e o Princípio da Alteridade. Retroatividade da Nova Lei.
- 2.6. A figura típica do plantio para uso próprio.
- 2.7. Tráfico de Drogas. Cessão gratuita a pessoa de seu relacionamento. Questões controvertidas: direito material e processual – entendimento dos Tribunais Superiores.
- 2.8. Figuras Típicas e equiparadas. Causa de diminuição de pena e o Direito intertemporal: confronto com as figuras típicas da Lei nº. 6.368/76.
- 2.9. Associação para o tráfico e a Lei nº. 8072/90. Financiar ou custear a pratica de qualquer dos crimes previstos nos art. 33, *caput* e §1º, e 34 da Lei. Diferenças. Art. 8º da Lei nº. 8072/90. Enunciado 711 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.
- 2.10. A figura do informante, art.37: confronto com os dispositivos do Código Penal. Questões controvertidas: o art. 44, da Lei nº.11.343/2006 e a Lei nº. 8.072/90 - entendimento dos Tribunais Superiores.

Unidade III – LEI DE TORTURA

- 3.1. Lei de Tortura: Lei nº. 9.455/97. Bem jurídico-penal tutelado. Art. 5º, III e XLIX, XLIII da Constituição de 1988. A Lei nº. 9.455/1997 e o art. 4º, da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura – controle de constitucionalidade e alterações legislativas. A Lei nº.

9.455/97 e a Lei nº. 8.072/90: incidência dos institutos repressores previstos na Lei nº. 8.072/90. 3.2. Conceito de Tortura – alcance da expressão “sofrimento físico e mental”. 3.3. Crimes em espécie. Qualificadoras e a Lei de Crime Hediondo. Progressão de Regime. Causas de aumento de pena. Conflito aparente de Normas: figuras típicas da Lei 8069/90.

3.4. Delitos previstos no Código Penal: Maus Tratos e Homicídio qualificado. Direitos Humanos. Competência para processo e julgamento.

Unidade IV – LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

4.1. Abuso de Autoridade. Lei nº 4.898/65. Bem jurídico-penal tutelado.

4.2. Direitos e garantias individuais.

4.3. Direito de representação.

4.4. Crimes de Abuso de Autoridade. Confronto com os delitos previstos no Código Penal e na Lei nº. 9.455/97.

4.5. O Crime de Abuso de Autoridade praticado por militar - competência para processo e julgamento.

Unidade V – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

5.1. A Lei nº. 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro.

5.2. Crimes de perigo e crimes de dano.

5.3. Crimes de perigo abstrato e sua recepção pela Constituição de 1988. Sociedade de Risco e o incremento de um risco não permitido. A Teoria do Risco e a Lei nº. 9.503/97.

5.4. Dogmática jurídico-penal: Crimes de Trânsito e a Lei nº. 9.503/97. Objetividade jurídica: imediata e mediata. A Lei nº. 9.503/97 – controle de constitucionalidade e alterações legislativas. Conflito de Leis penais no tempo.

5.5. Princípios norteadores do Código de Trânsito e a Segurança Viária. Conseqüências Penais: Lei nº. 9.503/97 e a Lei nº. 9.099/95 – critérios de incidência. Multa reparatória.

5.6. Crimes em Espécie: Homicídio Culposos. Lesão Corporal Culposa. Participação em competição não autorizada. Possibilidade. Perdão Judicial. O delito de Embriaguez ao Volante a Lei nº. 11.705/2008: critérios de tipificação: confronto com as infrações administrativas. O princípio da vedação à autoincriminação compulsória e a Lei nº. 11.705/2008. A Lei nº. 11.705/2008 e o Direito Intertemporal.

Unidade VI – ESTATUTO DO DESARMAMENTO

6.1. Lei nº. 10.826/03 - Estatuto do Desarmamento. Crimes de perigo: os crimes de perigo abstrato e sua recepção pela Constituição de 1988.

6.2. Sociedade de Risco, Política Criminal e a criação do Sistema Nacional de Armas. **ADI nº. 3112/DF.**

6.3. Dogmática jurídico-penal: Crimes em espécie e a Lei nº. 10.826/03. Objetividade jurídica: imediata e mediata.

6.4. Lei nº. 10.826/03: controle de constitucionalidade e alterações legislativas. 6.5. A Lei nº. 11.706/08 e o Direito Intertemporal: Posicionamento dos Tribunais Superiores. Questões controvertidas: arma de brinquedo; arma de fogo desmuniada e adequação típica; *abolitio criminis* temporária; artS. 30 a 32 do Estatuto; Porte de Arma e Perícia sobre a Potencialidade Lesiva; confronto entre as figuras típicas previstas na Lei nº. 9.437/97.

Unidade VII – LEIS DE JUIZADOS ESPECIAIS

7.1. Lei de Juizados Especiais. Lei nº. 9.099/95.

7.2. Conceito de infração penal de menor potencial ofensivo. Princípios norteadores.

7.3. A Prisão em Flagrante Delito e a Lavratura do Termo Circunstanciado.

7.4. Fase Preliminar. Procedimento Sumaríssimo e Recursos. Institutos despenalizadores. Questões controvertidas: direito material e processual – entendimento dos Tribunais Superiores – alterações legislativas.

7.5. Transação Penal. Descumprimento. Ação Penal de Iniciativa Privada - Cabimento. Controvérsias. Suspensão Condicional do Processo.

Unidade VIII – LEIS DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS

8.1. Lei das Contravenções Penais. Decreto-Lei nº. 3.688/41. Infração Penal: Distinção entre Crime e Contravenção Penal.

8.2. Infração Penal de Menor Potencial Ofensivo.

8.3. Juizados Especiais. Princípios. A Não Punibilidade da Tentativa.

8.4. Confronto com as Leis Especiais: Lei nº. 10.826/03; Lei nº. 9.503/97; Decreto-Lei nº. 6.259/44. A Contravenção Penal de Mendicância e a Lei nº. 11.983/09: confronto com o delito de Vadiagem.

8.5. A Contravenção Penal de vias de fato e o delito de injúria real.

Unidade 9 – LEI CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DOMÉSTICA

9.1. A Lei nº. 11.340/2006 e o art. 41, da Lei nº. 9.099/95: Aspectos controvertidos

9.2. Distinção entre Violência de Gênero e Violência Doméstica

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, legislação penal especial, volume IV. 6.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre, SMANIO, GIANPAOLO POGGIO. **Legislação Penal Especial**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 5.^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia Complementar:

COSTA SILVA, Davi André. EBERHARDT, Marcos. **Leis penais e processuais penais comentadas**. Porto Alegre: Verbo Jurídico.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes hediondos**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

GOMES, Luiz Flávio, *et al.* **Nova lei de drogas comentada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 143	DIREITO DO TRABALHO I	Pré requisito: TR 190 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Apresentar aos alunos os elementos constitutivos das relações da seara trabalhista, bem como a legislação própria a esse cenário.		
Específicos: Os alunos deverão enumerar os componentes dos vários segmentos do Direito do Trabalho, como os sujeitos da relação laboral, as normas que a regulam, os aspectos que envolvem cada uma das fases do Contrato Individual de Trabalho e itens típicos de relações laborativas que constituem situações especialmente protegidas, como o trabalho do menor e da mulher.		
EMENTA: Noções introdutórias. Contrato individual de trabalho. O empregado. O empregador. Regulamentação do trabalho: duração; salário; medicina; segurança; acidentes e nacionalização do trabalho; o trabalho do menor e da mulher. Disciplina legal do contrato individual do trabalho: modalidades; remuneração; alteração; extinção; suspensão e interrupção; estabilidade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

Unidade I: O Direito do Trabalho

- 1.1- Noções introdutórias. Classificação. Particularidades.
- 1.2- Fontes. Princípios informativos.
- 1.3- Intangibilidade dos direitos trabalhistas.
- 1.4- A Carta Magna e os Direitos Sociais conferidos ao trabalhador.
- 1.5- Tipos de trabalhador reconhecidos constitucionalmente.

Unidade II: Regulamentação do Trabalho

- 2.1- Duração da jornada. Jornada diária. Jornada semanal. Jornada extraordinária.
- 2.2- Horário de trabalho. Trabalho diurno e noturno.
- 2.3- Salário. Tipos. Alteração.
- 2.4- O trabalho do menor. Considerações. Amparo legal. Trabalho e profissionalização do adolescente.
- 2.5- O trabalho da mulher. Considerações. Amparo legal.

Unidade III: O Contrato Individual de Trabalho

- 3.1- Sujeitos da relação laboral. Considerações. Amparo legal.
- 3.2- O empregado. Conceituação legal. Principais características e atribuições.
- 3.3- Proteção à intimidade do empregado.
- 3.4- O empregador. Conceituação legal. Principais características e atribuições.
- 3.5- Tipos de empregador.

Unidade IV: Disciplina Legal do Contrato Individual de Trabalho

- 4.1- Modalidades. Características.
- 4.2- Salário e Remuneração. Considerações gerais. Alterações.
- 4.3- Suspensão e Interrupção. Aspectos relevantes.
- 4.4- Estabilidade. Amparo legal. Estabilidade provisória.
- 4.5- Extinção. Causas. Consequências para as partes.

UNIDADE V: Outros Temas Relevantes Ao Estudo Da Disciplina

- 5.1- Efetividade dos Direitos Humanos trabalhistas.
- 5.2- Insalubridade e Periculosidade. Aspectos técnicos e práticos.
- 5.3- Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.
- 5.4- Perícias Judiciais na Medicina do Trabalho.
- 5.5- A terceirização e o Direito do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOTTSCHALK, Elson; GOMES, Orlando. Curso de Direito de Trabalho. 19 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*. 23.ed. São Paulo: Saraiva,

2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentim. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROMITA, Arion. *Despedida Arbitrária e Discricionária*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. *Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Curso de Legislação Social*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 144 CRÉDITOS: 04	DIREITO PROCESSUAL PENAL II Cada Crédito corresponde à 15h/aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Capacitar o discente no trato com o sistema processual, a doutrina, legislação e jurisprudência, segundo os preceitos teóricos. Debater a teoria e sua aplicação prática. Específicos: Desenvolver os conteúdos de forma a fazer o aluno raciocinar e ter uma visão crítica do sistema processual. EMENTA: Das questões e Processos Incidentes. Aspectos da prova no Processo Penal. Dos atos de comunicação. Dos processos em espécie.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO Unidade I – Das Questões e Processos Incidentes. 1.Questões prejudiciais; 2.Execuções processuais; 3.Defesa de mérito e defesa de natureza processual. As partes no processo: acusador e		

acusado. O Ministério Público. Ofendido querelante, assistente;

4. Restituição de coisas apreendidas.

5. Incidentes de falsidade;

6. Insanidade mental do acusado.

Unidade II – A Prova Processual Penal

1. Prova inominada;

2. Ônus da prova;

3. Interrogatório;

4. Prova testemunhal;

5. Acareação;

6. Reconhecimento de pessoas e coisas;

7. Prova pericial;

8. Exame de corpo de delito;

9. Prova indiciária.

Unidade III – Dos Atos de Comunicação.

1. Citação intimação.

Unidade IV – Dos Processos em Espécie.

1. O Processo Comum;

2. Os Processos Especiais;

3. Nulidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. São Paulo: RT, 2013.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONFIM, Edílson Mougenot. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo penal comentado**. São Paulo: RT, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacellide. **Curso de Processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 146 CRÉDITOS: 02	METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 189 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Propiciar aos alunos condições para desenvolver espírito científico e conhecimento crítico do conteúdo das técnicas de pesquisa, visando a elaboração e apresentação de projetos e trabalhos científicos. Caracterizar as diferentes formas de conhecimento e método, seus alcances e suas limitações. Treinar o raciocínio lógico e conhecer métodos e processos aplicáveis à pesquisa jurídica. Específicos: Definir pesquisa, métodos e técnicas. Conceituar problema, hipóteses, e variáveis, construção dos argumentos e do conteúdo. Reconhecer os componentes de um projeto de pesquisa e elaborar um trabalho científico segundo as normas de coerência interna e de apresentação formal.		
EMENTA: A produção de conhecimento jurídico. A pesquisa jurídica como mecanismo de renovação da teoria do Direito. A pesquisa jurídica como elemento de sintonia entre a Ciência do Direito e a sociedade. Instrumental teórico-metodológico. O conhecimento como compreensão e transformação da realidade. Pesquisa científica: conceito. Paradigmas. Instrumental teórico para elaboração de trabalhos acadêmicos. A lógica da concepção e construção do projeto de pesquisa. Normas da ABNT para apresentação de relatórios		

acadêmicos, referências e citações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.

- 1.1 - Elementos presentes no conhecimento.
- 1.2 - Realidade e conhecimento.
- 1.3 - As formas de conhecimento.
- 1.4 - Os diferentes métodos

UNIDADE II - A METODOLOGIA JURÍDICA

- 2.1 - Tipos de pesquisa, seus procedimentos e s diferentes metodologias
- 2.2 - Método Jurídico.
 - 2.2.1 - Método Quantitativo
 - 2.2.2 - Método Qualitativo
 - 2.2.3 - Método Descritivo
 - 2.2.3 - Método Analítico
 - 2.2.4 - Método Indutivo.
 - 2.2.5 - Método Dedutivo.

UNIDADE III - ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

- 3.1 - As fases de um trabalho científico: o projeto de pesquisa
 - 3.1.1 – passos para a elaboração do projeto
 - 3.1.2 – passos para a execução do trabalho
- 3.2 - Normas de apresentação formal de trabalho científico e relatórios de pesquisa, (ABNT)

UNIDADE IV - MONOGRAFIA JURÍDICA

4.1 - Objetivos

4.2 - Escolha do tema

4.3 - Tipos de monografias

4.4 - Estrutura da monografia

4.5 - Elaboração do plano de trabalho

UNIDADE V - SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRAL, Welber Oliveira. *Metodologia da Pesquisa Jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BITTAR, Eduardo C.B..*Metodologia da Pesquisa Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Metodologia da Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva e MARCONI, Maria A, *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BODENHEIMER, Edgar. *Ciência do Direito: sociologia e metodologia teórica*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

GALLIANO, a. Guilherme. *O Método Científico: teoria e prática*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1979.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1987.

MONTEIRO, Cláudia Sevilha; MEZZAROBBA, Orides. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, Izequias Estevam dos. *Métodos e técnicas de Pesquisa Científica*. Niterói, Impetus, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 196	DIREITO CIVIL VII Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: TR 194 P
CRÉDITOS: 04		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais:Levar o aluno a compreender o direito sucessório em seus aspectos teóricos e práticos, capacitando-o para solucionar questões atinentes à transmissão e proteção da herança. Específicos: ➤ Explicar a sucessão legítima em seus aspectos normativos, mediante análise das opções legislativas em termos de parentesco hereditário. ➤ Proporcionar ao aluno instrumentos necessários para desenvolver o planejamento sucessório por meio do conhecimento de seus aspectos formais. Estimular o debate sobre as questões sucessórias controvertidas.		
EMENTA: O Direito das Sucessões e seus fundamentos. Conceito e noções históricas. Abertura da sucessão. Transmissão e administração da herança. Indignidade. Sucessão Legítima. Hipóteses. A ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Sucessão por cabeça e por estirpe. O direito de representação. Sucessão Testamentária. Conceito, características e espécies. Legado e Codicilo. Direito de acrescer. Ineficácia. Inventário e Partilha. Rito ordinário, rito sumário e escritura pública.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

I – O Direito das Sucessões e seus fundamentos.

- Conceito
- Noções e perspectivas históricas
- Abertura da sucessão e o *droit de saisine*
- Transmissão da herança e capacidade para suceder
- Aceitação e renúncia
- Comoriência e seus efeitos
- Administração da herança e cessão de direitos hereditários
- Indignidade
- A ação de petição de herança

II – Sucessão Legítima.

- Conceito e hipóteses
- A ordem da vocação hereditária
- Parentesco
- Herdeiros necessários
- Cálculo da legítima
- Sucessão por cabeça e sucessão por estirpe
- O direito de representação
- A sucessão dos descendentes, dos ascendentes, dos colaterais, do cônjuge, do companheiro e do Estado

III – Sucessão Testamentária.

- Conceito, características e espécies. Codicilos
- Capacidade testamentária ativa e passiva
- As formas testamentárias e testamentos especiais
- Disposições testamentarias
- Legado
- Direito de acrescer
- Substituições e fideicomisso
- Deserdação
- Ineficácia dos testamentos: revogação, invalidade, rompimento e caducidade.

IV – Inventário e Partilha.

- Rito ordinário, rito sumário e escritura pública
- Pagamento das dívidas
- Sonegados
- Adiantamento da legítima e colação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito Civil – Sucessões. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. 6. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

NOGUEIRA, Cláudia de Almeida. Direito das sucessões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Orlando. Sucessões. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. 7. Sucessões. 7 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DINIZ, Maria Helena. [Curso De Direito Civil Brasileiro - Vol. 6 - Direito das Sucessões](#). São Paulo: Saraiva, 2009.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 197	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	Pré requisito: TR 139 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral		
Prosseguir o estudo da disciplina de direito processual civil, fornecendo subsídios aos alunos para que os mesmos possam contextualizar toda a disciplina de Direito Processual Civil.		
Específicos		
Ao final da disciplina, o aluno será capaz de:		
➤ Compreender o a dinâmica da satisfação dos Direitos no Sistema Processual Civil pátrio através de estudo da Tutela Específica, do Cumprimento da Sentença e do Processo de Execução Autônomo e da jurisdição cautelar a partir de sua teoria geral e do conjunto de princípios e normas jurídicas que os regem. Compreender a execução das decisões judiciais. ➤ Identificar e distinguir as diversas espécies de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária e suas finalidades. ➤ Promover a integração dos conteúdos desenvolvidos e oportunizar aos alunos elementos indispensáveis para a sua formação continuada na seara do Direito processual Civil hodierno.		
EMENTA: Teoria Geral da Execução. Cumprimento de Sentença. Tutela Específica. Processo de Execução Autônomo. Execuções em Espécie. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de Alimentos. Execução Fiscal. Embargos à Execução. Insolvência Civil. Processo Cautelar. Teoria Geral do Processo Cautelar. Teoria Geral dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – EXECUÇÃO

- Teoria Geral da Execução
- Tutela Específica
- Cumprimento de Sentença
- Processo de Execução Autônomo e Execuções em Espécie – Fazer; Não Fazer; Entregar Coisa; Pagar Quantia Certa
- Execução contra a Fazenda Pública
- Execução de Alimentos
- Exceção fiscal
- Embargos à Execução
- Exceção de Pré-Executividade
- Insolvência Civil
- Suspensão e extinção do processo de execução.

II - PROCESSO CAUTELAR.

- Uma Introdução: As Tutelas de Urgência
- Teoria Geral do Processo Cautelar
- Noções gerais, finalidade e características da atividade cautelar.
- Requisitos da tutela jurisdicional cautelar.
- Poder geral de cautela.
- Processo cautelar: pressupostos, condições da ação e mérito.
- Procedimento cautelar comum.
- Procedimentos cautelares específicos

III - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.

- Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e procedimentos especiais de jurisdição voluntária: noções gerais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS, Araken. *Manual da Execução*. 12 ed. São Paulo: RT, 2012.

_____. *Cumprimento da Sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

_____. *Tutela Específica das Obrigações de Fazer*. 4 ed. Rio de Janeiro: Juruá, 2012.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. III. São Paulo:Saraiva, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RENAULT, Sérgio; BOTTINI, Pierpaolo (Coords.). *A Nova Execução de Títulos Judiciais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. III.São Paulo : Saraiva, 2012.

SILVA, Ovídio A. Baptista da.*Jurisdição e Execução na Tradição Romano-Canônica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.) *Aspectos Polêmicos da Nova Execução 3*. São Paulo: RT, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 198	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	Pré requisito: TR 139 P – TR 109 P
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais		
Apresentar ao aluno o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade das leis.		
Específicos		
Ao final da disciplina, o aluno será capaz de:		
- Compreender a organização do Poder Judiciário brasileiro e suas competências constitucionais; - Analisar os sistemas de controle de constitucionalidade existentes no mundo e no Brasil; - Contextualizar os efeitos jurídicos e sociais da declaração de inconstitucionalidade da norma jurídica.		
EMENTA:		
Organização do Poder judiciário; Controle de constitucionalidade; Tipos de controle de Constitucionalidade; Momento, sistemas, critérios, vias; O Controle jurisdicional; Controle difuso e concentrado.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Introdução do estudo do controle de constitucionalidade das leis

Cortes Constitucionais no mundo contemporâneo. Tipos de controle: momento, sistemas, critérios, vias. Controle por outros Poderes.

II - O Controle jurisdicional

Tipos (critérios) de controle jurisdicional de constitucionalidade: o controle difuso e o concentrado.

1.1 Controle por Via Incidental: origem, legitimação, competência, efeitos da decisão, cláusula de reserva de plenário, atuação do Senado.

1.2 Controle Concentrado: Introdução. Tipos de decisão e seus efeitos. Amicus Curiae e Audiências Públicas.

- Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- Representação de Inconstitucionalidade.

III - O Controle Concentrado nos Estados.

Ação Direta de Inconstitucionalidade no âmbito estadual

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. *Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado*. 16 ed. São Paulo : Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 38 ed. São Paulo. Saraiva, 2012

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Márties; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 3 ed. São Paulo. Saraiva, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 131	RESPONSABILIDADE CIVIL	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	TR 115 P – TR 130 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Habilitar o aluno a desenvolver de modo geral um raciocínio jurídico-lógico sobre o tema de responsabilidade civil.		
Específicos:		
➤ Capacitar o aluno no trato com a responsabilidade civil possibilitando-o a preparar argumentos jurídicos em peças processuais.		
EMENTA: Responsabilidade Civil: conceitos, espécies e pressupostos. Dano patrimonial: danos emergentes e lucros cessantes. Dano moral: evolução histórica, configuração, prova e legitimidade. Responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade cível objetiva: pelo fato de outrem, da coisa e do animal. Responsabilidade civil contratual e pré-contratual. Contratos em espécie: CDC e profissionais liberais. Responsabilidade Civil do Estado.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I: Responsabilidade Civil		
1. Evolução histórica. Conceito. 2. Ato ilícito. 3. Espécies de responsabilidade. 4. Pressupostos da responsabilidade (culpa, nexo e dano).		

Unidade II: Dano

1. Conceito.
2. Dano patrimonial (dano emergente e lucro cessante)
3. Dano moral. Conceito. Evolução histórica.
4. Configuração. Prova.
5. Legitimidade. Transmissibilidade. Arbitramento.
6. Espécies. Dano Reflexo. Perda de uma chance.

Unidade III: Responsabilidade Civil Subjetiva

1. Conceito.
2. Culpa provada. Culpa presumida.

Unidade IV: Responsabilidade Civil Objetiva

1. Conceito. Teoria do Risco. Abuso de direito.
2. Responsabilidade pelo fato de outrem, da coisa, de animais.

Unidade V: Responsabilidade Civil Contratual E Pré-Contratual

1. Pressupostos.
2. Inadimplemento e mora. Juros. Cláusula penal.
3. Contratos de consumo.
4. Contratos com profissionais liberais.

Unidade VI: Responsabilidade Civil Do Estado

1. Evolução histórica.
2. Danos por omissão.
3. Responsabilidade dos agentes.
4. Culpa anônima.
5. Danos decorrentes de atos judiciais e atos legislativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: volume 4. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da Responsabilidade Civil. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: com comentários ao Código Civil de 2002. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DONNINI, Rogério Ferraz. Responsabilidade civil pós-contratual, no Direito Civil, no Direito do consumidor, no Direito do trabalho e no Direito ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GOMES, Orlando. Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

VASCONCELOS, Fernando Antonio de. Responsabilidade do provedor pelos danos praticados. Juruá, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: volume 4: responsabilidade civil. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 141	DIREITO TRIBUTÁRIO I	Pré requisito: TR 109 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Iniciar o aluno no conhecimento do Direito Tributário, seus princípios e normas gerais que o estruturam. Específicos: Permitir ao aluno a iniciação no aprendizado do Direito Tributário, entendendo suas características distintivas, as normas gerais que o estruturam, os princípios constitucionais que o regem e a formação da receita pública, com especial destaque para a derivada.		
EMENTA: Introdução ao Direito Tributário. O sistema tributário nacional. As espécies tributárias. Fontes do Direito Tributário. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Processo fiscal administrativo e judicial.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – Introdução Ao Direito Tributário		
1. As necessidades humanas individuais e coletivas. O Estado e a satisfação das		

necessidades coletivas.

2. A atividade financeira do Estado. Receita originária e derivada.
3. A tributação: fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade.
4. O Direito Tributário. Conceito, natureza e classificação. Distinção e relação com outras disciplinas.

Unidade II – O Sistema Tributário Nacional

1. O poder tributário do Estado: conceito, competência comum, privativa e residual. Capacidade tributária.
2. O Tributo: Teorias, conceito e classificação
3. O sistema tributário na constituição de 1988.
4. As limitações constitucionais ao poder de tributar. Conceito, classificação: princípios e imunidades. Princípios específicos de determinados tributos.
5. A repartição das receitas tributárias.

Unidade III – As Espécies Tributárias

1. Impostos: histórico, conceito e classificação.
2. Taxas: conceito, espécies, distinções entre taxa e tarifa.
3. Contribuições de melhoria: histórico, conceito, limites e distinções.
4. Contribuições especiais: histórico, conceito, natureza jurídica. Contribuições econômicas. Sociais e Corporativas.
5. Empréstimo compulsório: natureza, espécies, distinções.

Unidade IV – Fontes Do Direito Tributário

1. Conceito. Classificação. Espécies. Hierarquia legislativa
2. Aplicação aos fatos pendentes, passados e futuros. Retroatividade.
3. Interpretação: literal, benigna e econômica.
4. Integração da legislação tributária.

Unidade V – Obrigação Tributária

1. A relação jurídica tributária: conceito, natureza jurídica e elementos.
2. A obrigação tributária: natureza, conceito e espécies. Conversão da obrigação acessória em principal.
3. Fato gerador: conceito, espécies e momento de ocorrência
4. Sujeito Ativo: conceito.
5. Sujeito passivo: direto e indireto. Sucessão tributária. Substituição tributária. Responsabilidade tributária. Capacidade passiva. Solidariedade. Domicílio tributário.

Unidade VI – Crédito Tributário

1. Conceito. Constituição: o lançamento.

2. Suspensão do crédito tributário.
3. Exclusão do crédito tributário.
4. Extinção do crédito tributário.
5. Garantias e privilégios do crédito tributário.

Unidade VII – Administração Tributária

1. Deveres do Sujeito Ativo: lançamento de ofício, arbitramento, autuação, apreensão de bens, inscrição na dívida ativa, cobrança administrativa e judicial.
2. O sigilo fiscal e sigilo bancário.
3. A inscrição na dívida ativa e seus efeitos para o Contribuinte.
4. Certidão negativa. Certidão positiva. Certidão positiva com efeitos de negativa.

Unidade VIII – Processo Fiscal Administrativo E Judicial

1. Processo administrativo fiscal. As instâncias administrativas.
2. Impugnação, contestação, julgamento, recursos administrativos.
3. Consulta, denúncia espontânea, pedido de restituição, reconhecimento de isenção ou imunidade, demais requerimentos de competência do Sujeito Passivo.
4. O processo fiscal na via judicial: Execução Fiscal. Embargos do devedor. Análise da Lei nº 6.830/80.
5. Outros procedimentos defensivos do Sujeito Passivo no processo judicial.
6. Os crimes contra a ordem tributária. Infrações tributárias. Análise da Lei 8.137/90.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUNIOR, Luiz Emygdio da Rosa. “Manual de Direito Tributário”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. “Curso de Direito Tributário”. 32ª. ed. São Paulo: Malheiros. 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. “Curso de Direito Financeiro e Tributário”. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Paulo de Barros. “Curso de Direito Tributário”. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. “Curso de Direito tributário”. 11ª. Ed.São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHOUERI, Luis Eduardo. “Direito Tributário”. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL

DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR 148

DIREITO DO TRABALHO II

**Cada Crédito corresponde a 15h/
aula**

CRÉDITOS: 04

Pré requisito:
TR 143 P

Gerais: Levar ao conhecimento dos alunos temas referentes à participação coletiva no campo trabalhista.

Específicos: Os alunos deverão discutir com segurança sobre as peculiaridades que respeitam ao Direito Coletivo do Trabalho, bem como aos campos Internacional e Administrativo do Direito Obreiro, além de identificar os elementos constitutivos da Previdência Social em nosso país.

EMENTA: Direito Coletivo do Trabalho: organização sindical; convenção coletiva; dissídios coletivos; greve. Direito Internacional do Trabalho. Direito Administrativo do Trabalho. A Previdência Social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I: O Direito Coletivo do Trabalho

- 1.1- Noções gerais.
- 1.2- Amparo legal.

Unidade II: O Direito de greve

2.1- Considerações gerais.

2.2- Amparo constitucional.

Unidade III: Da Organização Sindical

3.1- Abordagem introdutória. Disciplina legal.

3.2- Tipos e competências sindicais.

Unidade IV: Das Convenções Coletivas

4.1- Conceituação.

4.2- Aspectos legais.

Unidade V: Dos Dissídios Coletivos

5.1- Conceituação.

5.2- Amparo legal. Legitimidade.

Unidade VI: A Previdência Social

6.1- Apresentação. Aspectos relevantes.

6.2- As disposições constitucionais.

Unidade VII: Outras abrangências do Direito do Trabalho

7.1- O Direito Internacional do Trabalho. Considerações gerais.

7.2- O Direito Administrativo do Trabalho. Considerações gerais.

Unidade VIII: Outros temas relevantes ao estudo da disciplina

8.1- Assédio Moral no trabalho. Aspecto interpessoal e organizacional. Responsabilidade.

8.2- Meio Ambiente Geral e Meio Ambiente do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. *Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentim. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROMITA, Arion. *Despedida Arbitrária e Discricionária*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Curso de Legislação Social*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL

DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR 151

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

**Cada Crédito corresponde a 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 144 P

CRÉDITOS: 04

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais: Fornecer e aprofundar os conhecimentos na dinâmica do sistema de recursos no processo penal e do processo de execução.

Específicos: Preparar adequadamente o aluno nos conhecimentos das questões recursais.

EMENTA: Recursos em espécie.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Dos Recursos Em Geral.

1. Disposições gerais;

Unidade II – Os Diversos Recursos.

2. Recurso em Sentido Estrito;
3. Apelação;

4. Dos Embargos;
5. Da Revisão;
6. Do Recurso Especial;
7. Do Recurso Extraordinário;
8. Da Carta Testemunhável.

Unidade III – Habeas Corpus.

1. Tipos de Habeas Corpus.

Unidade IV – Da Execução Penal

2. Disposições Gerais;
3. Da Execução das Penas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. São Paulo: RT, 2013.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONFIM, Edílson Mougnot. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo penal comentado**. São Paulo: RT, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacellide. **Curso de Processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 199 CRÉDITOS: 02	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 188 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Conscientizar o aluno da importância e atualidade dos fenômenos jurídicos transnacionais e dos conflitos intersistemáticos oriundos da internacionalização dos negócios jurídicos e a crescente importância da cooperação internacional para efetivação da prestação jurisdicional. Específicos: a) Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de Direito Internacional Privado; b) Fornecer diretrizes sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal; c) Abordar os limites da jurisdição brasileira na ordem jurídica internacional;		
EMENTA: Aspectos Introdutórios. conflitos intersistemáticos em matéria de capacidade, atos jurídicos, bens, direitos reais, direito de família e sucessões. Doutrina das Qualidades. Aplicação do Direito Estrangeiro. Estatuto do Estrangeiro.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Aspectos Introdutórios.

- Histórico. Fontes do Direito Internacional Privado
- Formas do Direito Internacional Privado.
- Gênese e desenvolvimento histórico do Direito Internacional Privado: o movimento estatutário; o universalismo e o particularismo
- Os desenvolvimentos posteriores do Direito Internacional Privado: o pluralismo metodológico
- Elementos de conexão: conceito, identificação e principais elementos
- A regra de conflitos no Direito Internacional Privado e sua matriz conflitual: estrutura e função.

II – Conflitos de Nacionalidade e suas Implicações.

- Nacionalidade e Direito Internacional Privado
- Qualificação internacional
- Aquisição, provas e efeitos
- Apatridia e polipatridia
- Adoção Internacional
- Teoria do Retorno ou Devolução – Renúncia

III – Pessoa Jurídica no Direito Internacional Privado.

- Critérios de determinação da nacionalidade da pessoa jurídica
- Direito positivo brasileiro e suas disposições atuais às pessoas
- Restrições às pessoas jurídicas de Direito Público

IV – Pessoa Física no Direito Internacional Privado.

- Casamento
- Divórcio
- Estatuto da Igualdade
- Sucessões

V – Doutrina das Qualidades.

- Classificação dos casos
- A questão prévia
- Soluções propostas

VI – Aplicação do Direito Estrangeiro.

- A aplicação do direito material estrangeiro. Prova do teor, vigência e sentido do direito, dos usos e costumes estrangeiros.
- Homologação de sentença estrangeira:
- O processo de deliberação.
- Limites à aplicação da lei estrangeira:
- A ordem pública;
- Fraude à lei;

- A instituição desconhecida.

VII – O Estatuto do Estrangeiro

- Nacionais e Estrangeiros
- Vistos. Concessão. Renovação. Alteração.
- Deportação, Expulsão e Extradicação.
- Punições.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Nadia de. Direito Internacional Privado – Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. 5.ed. São Paulo, LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Amílcar. Direito Internacional Privado. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

DOLINGER, Jacob. Direito Civil Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. Vade-Mecum de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VALLADÃO, Haroldo. Direito internacional privado. 3v. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 401	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	Pré requisito: TR 104 P
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
O curso visa propiciar aos alunos instrumentos para o conhecimento do processo de construção da Antropologia Jurídica, focando nas principais correntes e debates. Desta forma pretende-se contribuir para desenvolver um olhar reflexivo sobre os fenômenos jurídicos e sociais.		
EMENTA: O Direito e o surgimento da antropologia. A antropologia jurídica e o colonialismo. “Justiça, regras e costumes nas sociedades primitivas” versus “direito moderno”. Correntes normativistas, processualistas e interpretativas. Etnografia e comparação na antropologia jurídica. Percepções sobre o Direito nas sociedades globalizadas e pós-coloniais. Direito, direitos e processos identitários. Demanda de novos direitos na contemporaneidade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I. O Direito, e a constituição do saber antropológico.		
Direito, leis e costumes como objeto de estudo no surgimento da Antropologia. “Justiça, regras e costumes nas sociedades primitivas” <i>versus</i> “direito moderno”.		

Unidade II. Antropologia Jurídica: questões de teoria e método.

Correntes normativistas, processualistas e interpretativas.

Etnografia e comparação na abordagem dos fenômenos jurídicos.

Unidade III. Problemáticas contemporâneas na Antropologia Jurídica.

Justiça e Direito nas sociedades globalizadas e pós-coloniais.

Os direitos humanos sob o olhar antropológico.

Antropologia, multiculturalismo e Direito.

Direito, direitos e processos identitários.

Laudos antropológicos.

Bibliografia Básica:

ASSIER-ANDRIEU, Louis. *O direito nas sociedades humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COLAÇO, Thais Luzia (org). *Elementos de Antropologia Jurídica*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2013.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:

DAVIS, Shelton. *Antropologia do Direito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e castigo na sociedade selvagem*. Brasília: Editora da UNB, 2003.

NOVAES, Regina.; KANT DE LIMA, Roberto. *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: EDUFF, 2001.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO	
	CÓDIGO: TR 145 CRÉDITOS: 04	DIREITO TRIBUTÁRIO II Cada Crédito corresponde à 15h/aula
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Estudo dos impostos e das contribuições especiais vigentes no sistema tributário brasileiro. Específicos: Proporcionar ao aluno amplo conhecimento dos impostos e contribuições especiais previstos no sistema tributário nacional da Constituição de 1988, enfocando a legislação instituidora, os aspectos distintivos de cada uma dessas espécies tributárias e suas relevâncias para a realização da receita pública.		
EMENTA: Impostos sobre o comércio exterior, Impostos sobre o patrimônio e a renda, Impostos sobre a circulação e a produção e contribuições especiais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I - IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR 1. Legislação aduaneira. Tratados internacionais (GATT/OMC, MERCOSUL) para evitar a bitributação internacional.		

2. Imposto de importação: princípios constitucionais, incidência, base de cálculo, alíquota, lançamento.
3. Imposto de exportação: princípios constitucionais, incidência, base de cálculo, alíquota, lançamento. A Zona Franca de Manaus e as ZPE -Zonas de Processamentos de Exportação.
4. Principais regimes aduaneiros: drawback, admissão temporária, exportação temporária e trânsito aduaneiro.

UNIDADE II - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA

1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU: princípios constitucionais, progressividade, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.
2. Imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR: princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento. Diferença entre imóvel urbano e rural conforme o Código Tributário Nacional.
3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA: princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.
4. Imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens e direitos (ITD):
5. Histórico, princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota, desonerações e lançamento.
6. Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de imóveis e direitos reais sobre imóveis (ITIV): Histórico. princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota, desonerações e lançamento.
7. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR): Princípios constitucionais. Fato gerador. Sistema de tributação das pessoas físicas. Sistema de tributação das pessoas jurídicas. Base de cálculo (real, presumida e arbitrada). Alíquotas. Lançamento. Sistema de tributação na fonte. Fonte retentora e fonte arrecadadora. Antecipação e tributação exclusiva na fonte.

UNIDADE III – IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO

1. Imposto sobre produtos industrializados (IPI): histórico. Princípios constitucionais. Conceitos espécies de industrialização. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.
2. Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte intermunicipal, interestadual e de comunicação ICMS: histórico. Princípios constitucionais. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento. Obrigações acessórias. O CONFAZ.
3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Histórico. Princípios constitucionais. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento. Obrigações acessórias.
4. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): Histórico. Princípios constitucionais. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.
5. Imposto especial por motivo de guerra: Suas especificidades.

UNIDADE IV – CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS

- 1.** Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE). Histórico. Princípios Constitucionais.
- 2.** Contribuições para a seguridade social: COFINS, PIS/PASEP, CSLL, Sobre receitas e prognósticos e CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS, FUNRURAL, SAT, FGTS): Histórico. Princípios constitucionais. Generalidades.
- 3.** Seguro educação. Histórico. Princípios constitucionais. Generalidades.
- 4.** Contribuições Corporativas: Sindical, aos corpos sociais (SESI, SENA, SENAI etc.), Contribuições aos conselhos profissionais (OAB, CREA, CRC, CRM, etc.).
- 5.** Contribuição para custeio da iluminação pública (CIP): Histórico. Princípios constitucionais. Generalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUNIOR, Luiz Emygdio da Rosa. “Manual de Direito Tributário”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. “Curso de Direito Tributário”. 32ª. ed. São Paulo: Malheiros. 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. “Curso de Direito Financeiro e Tributário”. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Paulo de Barros. “Curso de Direito Tributário”. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. “Curso de Direito tributário”. 11ª. Ed.São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHOUERI, Luis Eduardo. “Direito Tributário”. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 154	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Pré requisito: TR 148 P – TR 125 P
CRÉDITOS: 04	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Apresentar aos alunos a visão do teatro de operações em que se efetiva a tutela jurisdicional do Direito do Trabalho.		
Específicos: Os alunos deverão demonstrar, através de exposição oral ou escrita, entendimento de como se devem processar as Ações na área trabalhista, seja de ordem individual ou coletiva.		
EMENTA: Direito Processual do Trabalho. Jurisdição. Competência nos Processos Trabalhistas. Das Ações Trabalhistas. Dos Dissídios Individuais. Das audiências e suas fases. Dos Recursos Trabalhistas. Do Processo de Execução. Da extinção do processo e seu encerramento. Dos Dissídios Coletivos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I: Sobre o Direito Processual do Trabalho		
1.1- Apresentação do tema. Considerações gerais.		
1.2- A estrutura do Judiciário na esfera trabalhista.		
1.3- Jurisdição e Competência.		

Unidade II: As Ações no Direito do Trabalho

- 2.1- O *Jus Postulandi* do obreiro e as determinações constitucionais em vigor.
- 2.2- A instituição das Comissões de Conciliação Prévia.
- 2.3- A atuação subsidiária do Código de Processo Civil.

Unidade III: Dos Dissídios Individuais

- 3.1- Considerações gerais.
- 3.2- Cabimento. Partes. Prazos.
- 3.3- Os diversos tipos de Ação e seus elementos característicos.

Unidade IV: Das audiências trabalhistas

- 4.1- Obrigatoriedade do comparecimento das partes. Penalidades aplicadas pela ausência.
- 4.2- A notificação do *ex adversus*.
- 4.3- As fases da Audiência. Audiência Uma.

Unidade V: Dos Dissídios Coletivos

- 5.1- Considerações gerais.
- 5.2- Cabimento. Partes. Representação.
- 5.3- A importância das Convenções Coletivas.

Unidade VI: Dos Recursos Trabalhistas

- 6.1- Legitimidade para recorrer.
- 6.2- Dos diversos Recursos. Cabimento.
- 6.3- Partes. *Nomen juris*. Prazos.

Unidade VII: Da Execução

- 7.1- Cumprimento de acordos.
- 7.2- Fases da Execução no Processo Trabalhista.
- 7.3- Da normatividade do Código de Processo Civil.

Unidade VIII: Da finalização do Processo

- 8.1- Generalidades.
- 8.2- Causas de extinção.
- 8.3- Pagamento de custas processuais, previdenciárias e tributárias no encerramento do

Processo.

Unidade IX: Outros temas relevantes

- 9.1- Ações de Reparação por Danos Morais decorrentes das relações de trabalho.
- 9.2- A efetividade dos Direitos Humanos Trabalhistas.
- 9.3- O Processo do Trabalho e a Execução Provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 11 ed. São Paulo: LTr, 2013

.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito Processual do Trabalho*. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2013

.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito Processual do Trabalho*. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marcelo Freire Sampaio. *Reflexos da Reforma do CPC no Processo do Trabalho*. 2 ed. Rio de Janeiro: Gen, 2013.

GIGLIO, Wagner. *Direito Processual do Trabalho*. 16 ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS FILHO. Ives Gandra da Silva. *Manual de Direito e Processo do Trabalho*. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAAD, Eduardo Gabriel et alii. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 6 ed. São Paulo: LTr, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR 147	ÉTICA PROFISSIONAL - DEONTOLOGIA JURÍDICA	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Propiciar ao aluno, futuro bacharel, acesso aos princípios norteadores da Ética profissional no exercício do Direito, mediante o estudo do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil e, sobretudo de “casos”.		
Específicos: capacitar o futuro bacharel a exercer a profissão, adequando a sua conduta dentro dos padrões éticos preconizados pela OAB.		
EMENTA: Discussão da ética através de uma visão histórica que contempla as principais correntes do pensamento filosófico, ressaltando a importância da ética como elemento indispensável nas reflexões e na atuação do homem no Mundo. Conceito e evolução da deontologia. O contrato e a relação com os clientes.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I - Conceito de Deontologia. MORAL E ÉTICA.		
Unidade II – Advogado-Advocacia. Informações Históricas.		
Unidade III – O Instituto dos Advogados Brasileiros e a Ordem dos Advogados do Brasil.		
Unidade IV – O Estatuto (Lei 8.906/94), O Código de Ética e Disciplina (CED), O Regulamento		

Geral da OAB e os Provimentos do Conselho Federal.

Unidade V – Atividades, Direitos E Prerrogativas.

Unidade VI – Inscrição na OAB, Incompatibilidades e Impedimentos, Licenciamento e Cancelamento da Inscrição.

Unidade VII – Advogado Empregado, Sociedade de Advogados e Honorários Profissionais. O Contrato de Honorários.

Unidade VIII- Ética do Advogado, Responsabilidades Profissional, Civil e Penal. Infrações Disciplinares.

Unidade IX – A Ordem dos Advogados do Brasil – Fins e Organização.

Unidade X – O Tribunal de Ética E Disciplina. O Processo Disciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADRUDATO, João Maurício. **Ética e Retórica: para uma teoria dogmática jurídica**. Editora Saraiva. Rio de Janeiro. São Paulo, 2006.

LÂNGARO, Luiz Lima. **Curso de Deontologia Jurídica**. 1ª edição. Editora Saraiva. Rio de Janeiro, 2011.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MADEIRA, Hécio Maciel França. **História da Advocacia**. 1ª edição. Editora RT. São Paulo, 2002.

ILHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. Editora RT. São Paulo, 2004.

BIZATTO, José Ildefonso. **Deontologia Jurídica e Ética Profissional**. 2ª.ed. Editora de Direito. Leme/ RJ, 2000.

15.2. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS PRÁTICAS

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: AA 661	PRÁTICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Pré requisito: TR 116P – TR 132P
HORAS: 90h		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Oferecer oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos teóricos apreendidos durante o curso;		
Específicos: ➤ Elaboração de peças processuais de direito empresarial e administrativo; ➤ Acompanhamento Processual		
EMENTA: Estágio supervisionado a ser desenvolvido através de atendimento ao público e/ou através de casos práticos fictícios, com redação de peças e acompanhamento processual no âmbito judiciário e administrativo e tem por objetivo proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades práticas na área de Direito Administrativo e Empresarial.		

PROGRAMA:

Unidade I - Prática Real

1. Acompanhamento ao assistido em audiências, de processos judiciais e extrajudiciais que tratam de conflitos relativos ao direito administrativo e empresarial;
2. Atendimento a comunidade com atuação dos alunos em casos concretos na Justiça Federal da cidade de Três Rios;
3. Elaboração de petições, impugnações e recursos;

Unidade II - Prática Simulada

1. Aulas teóricas sobre tema em que será aplicado estudo de caso simulado;
2. Apresentação do entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre o tema tratado em sala;
3. Confecção da peça judicial pelos alunos em sala e de aulas das petições dos casos da prática real;
4. Apresentação de questões de direito material e processual pertinentes;

5. Peças relacionadas ao direito administrativo:

5.1 Petição inicial art. 282 CPC

5.2 Petição inicial em:

- 5.2.1 Mandado de Segurança;
- 5.2.2 Habeas Data
- 5.2.3 Ação Popular
- 5.2.4 Ação Civil Pública
- 5.2.5 Ação de Improbidade Administrativa
- 5.2.6 Petição Administrativa
- 5.2.7 Recurso Administrativo
- 5.2.8 Ação de Responsabilidade Civil do Estado
- 5.2.9 Apelação Cível
- 5.2.10 Agravo de Instrumento

5.3 Peças relacionadas ao Direito Empresarial

- 5.3.1 Questionário com perguntas sobre a forma de constituição de sociedades limitadas e reuniões/assembleias de sócios;

- 5.3.2 Ação de dissolução parcial de sociedade limitada;
- 5.3.3 Contestação de ação renovatória de locação comercial;
- 5.3.4 Apelação Cível;
- 5.3.5 Réplica a contestação de pedido de elisão de falência;
- 5.3.6 Agravo de instrumento em processo de falência;
- 5.3.7 Ação revocatória;
- 5.3.8 Agravo de instrumento em execução;
- 5.3.9 Ação cautelar inominada de sustação de protesto;
- 5.3.10 Ação declaratória de inexistência de relação jurídica combinada com cancelamento de protesto e indenização por dano moral;
- 5.3.11 Execução de título judicial;
- 5.3.12 Recurso Especial;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Amador Paes de Almeida. Teoria e Prática dos Títulos de Créditos. São Paulo: Saraiva. 2010.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2011.
- MAZZA, Alexandre Mazza; ANDRADE, Flávia Cristina Moura. Prática de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora RT, 2009.
- MOARES, Isaias Fonseca. Manual de Direito Administrativo - Teoria e Prática - Incluindo Questões de Concursos. 2 ed. Edição Revisada, Reestruturada e Atualizada de Acordo com a Lei 12.232/2010. Curitiba: Juruá, ANO.
- SANTOS, Paulo Penalva et SALOMÃO, Luis Felipe Salomão. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Rio de Janeiro: Forense. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
- MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. Tratado de Direito Empresarial Brasileiro. Vol. I, II e III. Campinas: LZN, 2005.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. Rio de Janeiro: Forense: 2013.

TOLEDO, Paulo F. C. Salles de, etalli. Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência. 3. ed. São Paulo: Saraiva. 2010.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL

DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

CÓDIGO: AA 662

HORAS: 90h

PRÁTICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Pré requisito:
TR 194P – TR 139P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais:

- Oferecer oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos teóricos apreendidos durante o curso;

Específicos:

- Elaboração de peças processuais de Direito Civil;
- Acompanhamento Processual

EMENTA:

Estágio supervisionado desenvolvido através de atendimento ao público e/ou através de casos práticos fictícios, com redação de peças e acompanhamento processual no âmbito judiciário e administrativo e tem por objetivo proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades práticas na área de Direito Civil.

PROGRAMA:**Unidade I - Prática Real**

1. Acompanhamento ao assistido em audiências, de processos judiciais e extrajudiciais que tratam de conflitos relativos ao direito administrativo e empresarial;
2. Atendimento a comunidade com atuação dos alunos em casos concretos na Justiça Federal da cidade de Três Rios;
3. Elaboração de petições e recursos;

Unidade II - Prática Simulada

1. Aulas teóricas sobre tema em que será aplicado estudo de caso simulado;
2. Apresentação do entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre o tema tratado em sala;
3. Confeção da peça judicial pelos alunos em sala e de aula das petições dos casos da prática real;
4. Apresentação de questões de direito material e processual pertinentes;
5. Peças relacionadas ao Direito Civil
 - 5.1 Petição Inicial – requisitos;
 - 5.2 Ação de Reconhecimento de Paternidade;
 - 5.3 Ação de Alimentos;
 - 5.4 Ação de Divórcio Litigioso;
 - 5.5 Ação de Usucapião;
 - 5.6 Ação de Responsabilidade civil por dano moral e material;
 - 5.7 Ação de Execução de Título extrajudicial;
 - 5.8 Embargos à Execução;
 - 5.9 Apelação Cível;
 - 5.10 Agravo de Instrumento;
 - 5.11 Embargos de Declaração;

5.12 Recurso Especial;

5.13 Recurso extraordinário;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NERY JR, Nelson. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil - Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SANTOS, Jorge Sincorá dos. Prática Forense Civil. 6ª ed. rev, ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Tarturce, Flávio; Neves, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor - Direito Material e Processual - Vol. Único. São Paulo: Método, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL

DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

CÓDIGO: AA 663

HORAS: 90h

PRÁTICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Pré requisito:
TR 144P – TR 135P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais:

- Oferecer oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos teóricos apreendidos durante o curso;

Específicos:

- Elaboração de peças processuais de Direito Penal;
- Acompanhamento Processual

EMENTA:

Estágio supervisionado será desenvolvido através de atendimento ao público e/ou através de casos práticos fictícios, com redação de peças e acompanhamento processual no âmbito judiciário e administrativo e tem por objetivo proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades práticas na área de Direito Penal.

PROGRAMA:

Unidade I - Prática Real

1. Acompanhamento ao assistido em audiências, de processos judiciais e extrajudiciais que tratam de conflitos relativos ao direito administrativo e empresarial;
2. Atendimento a comunidade com atuação dos alunos em casos concretos na Justiça Federal da cidade de Três Rios;
3. Elaboração de petições e recursos;

Unidade II - Prática Simulada

1. Aulas teóricas sobre tema em que será aplicado estudo de caso simulado;
2. Apresentação do entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre o tema tratado em sala;
3. Confeção da peça judicial pelos alunos em sala e de aula das petições dos casos da prática real;
4. Apresentação de questões de direito material e processual pertinentes;

5. Peças relacionadas ao Direito Penal:

- 5.1 Prisão em flagrante e pedido de liberdade provisória;
- 5.2 Simulado OAB (resposta a acusação);
- 5.3 Memoriais (alegações finais);
- 5.4 Queixa-crime;
- 5.5 Embargos infringentes e de nulidade
- 5.6 Embargos de declaração;
- 5.7 Recurso em sentido estrito;
- 5.8 Habeas corpus;
- 5.9 Apelação;
- 5.10 Carta testemunhável;
- 5.11 Pedido de habilitação como assistente da acusação;
- 5.12 Pedido de instauração de inquérito policial;
- 5.13 Contrarrazões de apelação (atividade extra);

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO, Rogerio. Código Penal Comentado. Niterói: Impetus, 2013.

TOURINHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. Ed. Saraiva, 2010.

TOURINHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. Ed. Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT. Cezar Roberto. Código Penal Comentado. Ed. Saraiva, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. Ed. RT, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: AA 664	PRÁTICA SIMULADA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Pré requisito: TR 143P
HORAS: 90h		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: ➤ Oferecer oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos teóricos apreendidos durante o curso;		
Específicos: ➤ Elaboração de peças processuais de Direito Penal; ➤ Acompanhamento Processual		
EMENTA: Estágio supervisionado será desenvolvido através de atendimento ao público e/ou através de casos práticos fictícios, com redação de peças e acompanhamento processual no âmbito judiciário e administrativo e tem por objetivo proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades práticas na área de Direito do Trabalho.		
PROGRAMA:		
Unidade I - Pratica Real		

1. Acompanhamento ao assistido em audiências, de processos judiciais e extrajudiciais que tratam de conflitos relativos ao direito administrativo e empresarial;
2. Atendimento a comunidade com atuação dos alunos em casos concretos na Justiça Federal da cidade de Três Rios;
3. Elaboração de petições e recursos;

Unidade II - Prática Simulada

1. Aulas teóricas sobre tema em que será aplicado estudo de caso simulado;
2. Apresentação do entendimento da doutrina e da jurisprudência sobre o tema tratado em sala;
3. Confeção da peça judicial pelos alunos em sala e de aula das petições dos casos da prática real;
4. Apresentação de questões de direito material e processual pertinentes;
5. **Peças relacionadas ao Direito do Trabalho:**

- 5.1 Reclamação Trabalhista;
- 5.2 Manifestação sobre Laudo pericial;
- 5.3 Recurso Ordinário;
- 5.4 Contrarrazões ao Recurso Ordinário;
- 5.5 Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário;
- 5.6 Recurso de Revista;
- 5.7 Contrarrazões ao Recurso de Revista;
- 5.8 Agravo de Instrumento de Recurso de Revista;
- 5.9 Ação de Consignação de Pagamento;
- 5.10 Agravo de Petição;
- 5.11 Manifestação de Embargos de Declaração;
- 5.12 Execução Provisória;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Eduardo; CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação Das Leis do Trabalho.

São Paulo: Saraiva, 2013

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Ltr, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. Niterói: Impetus, 2013.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Ltr, 2013.

REIS, Jair Teixeira dos. Manual Prático de Direito do Trabalho. 3ª. Ed. Jurua, 2011.

15.3. DISCIPLINAS OPTATIVAS

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO		
	INSTITUTO TRÊS RIOS		
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
	CÓDIGO: TR 103 CRÉDITOS: 02	DIREITO ROMANO Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: nenhum
	OBJETIVOS DA DISCIPLINA Geral: Introduzir o aluno no conhecimento do Direito Romano. Específicos: ➤ Refletir sobre a influência do Direito Romano no Direito Brasileiro. Estudar os principais institutos do Direito Romano.		
EMENTA: Noções preliminares. História do Direito Romano. Instituições de Direito Romano. Os sujeitos de direitos. Os bens. Os Atos Jurídicos. Defesa dos Direitos. Família, tutela e curatela. A posse e os direitos reais. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. História da Jurisprudência e da Literatura Jurídica Romana.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade I - Noções Preliminares. 1. História do Direito Romano.			

2. Instituições de Direito Romano.

Unidade II - Parte Geral.

1. Os sujeitos de direitos.
2. Os bens.
3. Os Atos Jurídicos.
4. Defesa dos Direitos.

Unidade III - Família, Tutela E Curatela.

1. A família.
2. O casamento e seus efeitos.
3. Tutela e Curatela.

Unidade IV - A Posse e os Direitos Reais.

1. A Posse.
2. A Propriedade.
3. Direitos Reais sobre coisas alheias.

Unidade V - Direito das Obrigações.

1. Teorias Gerais.
2. O Sistema contratual.
3. As doações.
4. Obrigações por atos ilícitos.

Unidade VI - Direito das Sucessões.

1. Sucessão testamentária e “ab intestato”.
2. Legados e fideicomissos.

Unidade VII - História da Jurisprudência e da Literatura Jurídica Romana.

1. As obras da Jurisprudência antes da Codificação de Justiniano.
2. A Codificação de Justiniano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

CRETELA JUNIOR. Curso de Direito Romano. 30ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

LUIZ, Antônio Filardi. Curso de Direito Romano. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

MARKY, Thomas. Curso Elementar de Direito Romano. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

ROLIM, Luiz Antonio. Instituições de Direito Romano. 2ª edição. São Paulo. RT, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORRÊA, Alexandre & SCIASCIA, Gaetano. Manual de Direito Romano. 6ª edição. São Paulo. RT, 1988.

GAIUS. Institutas do Jurisconsulto Gaio. 1ª edição. São Paulo. RT, 2004.

JUSTINIANUS, Flavius Petrus Sabbatius. Institutas do Imperador Justiniano. 1ª edição. São Paulo. RT, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 128	DIREITO FINANCEIRO Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Permitir ao aluno compreender a atividade financeira desenvolvida pelo Estado em prol das necessidades coletivas.		
Específicos:		
Conduzir o aluno à compreensão e análise dos fatos históricos que contribuíram para a evolução dessa disciplina jurídica. Proporcionar o entendimento da atividade financeira desenvolvida pelo Estado de acordo com o estabelecido pela Lei Orçamentária, através da demonstração das principais características das receitas e despesas públicas. Proporcionar o conhecimento das principais modalidades e características dos orçamentos públicos e das principais características da disciplina sobre a dívida e o crédito públicos.		
EMENTA: Atividade financeira do Estado. Despesa Pública. Receita Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Investimentos. Objetivos governamentais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – A Atividade Financeira do Estado		
1. O pacto federativo e o federalismo fiscal. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. Histórico sobre o desenvolvimento da atividade financeira.		

2. A Ciência das Finanças. Histórico. Conceito. Objeto. Relação com outras disciplinas.
3. O Direito Financeiro. Histórico. Conceito. Objeto. Relação com outras disciplinas.
4. As normas de Direito Financeiro. Competência legislativa. Princípios do Direito Financeiro.
5. Aplicação do Direito Financeiro no tempo e no espaço. Interpretação e integração do D. Financeiro.

Unidade II – Receita Pública

1. Conceito. Classificação doutrinária e legal.
2. Classificação das receitas públicas: receita originária e receita derivada.
3. Preços públicos. Taxa.

Unidade III – Despesa Pública

1. Conceito. Elementos constitutivos. Forma de execução.
2. Classificação das despesas públicas.
3. Requisitos e destinação das despesas públicas.
4. Despesas com pessoal e seu controle.

Unidade IV – Orçamento Público

1. Histórico da prática orçamentária. Funções. Natureza Jurídica. Espécies de Orçamento.
2. Princípios Constitucionais Orçamentários. Orçamento Fiscal.
3. Orçamento da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais.
4. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
5. Lei Orçamentária Anual. Atividade dos Tribunais de Contas.
6. A Lei de Responsabilidade Fiscal

Unidade V – Crédito e Dívida Pública

1. Crédito Público. Conceito. Natureza jurídica. Classificação.
2. Aspectos Econômicos e Jurídicos.
3. A dívida pública. Conceito. Espécies.
4. A dívida pública interna e externa.
5. Precatórios. Empréstimos públicos.

Unidade VI – Emissão e Controle de Moeda

1. Competência Constitucional.
2. Banco Central do Brasil.
3. Conselho Monetário Nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, Dejalma. Direito Financeiro Orçamentário. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.

HARADA, Kiyoshi. “Direito Financeiro e Tributário”. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. “Curso de Direito Financeiro e Tributário”. 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 155	DIREITO DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Proporcionar aos discentes o conhecimento legal (jurídico) da operação (funcionabilidade) das pequenas e médias empresas.		
Específicos: Demonstrar aos discentes, como ocorre as incidências tributárias das empresas de pequeno e médio porte, nas suas peculiaridades de vantagens e obrigações tributárias.		
EMENTA: Tem por finalidade estudar a incidência da tributação e operacionalidade da pequena e média empresas.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – Introdução.		
1.1. Conceito.		
1.2. Contrato Social.		
Unidade II - Elementos.		
2.1. Nome empresarial.		

2.2. Objeto social.

2.3. A constituição do capital.

Unidade III - Incidência Tributária e sua Operação.

3.1. Vantagens.

3.2. Responsabilidades.

3.3 Formas de operação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol.1. São Paulo. Saraiva, 2002.

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

REQUIÃO, Rubens Curso de Direito Comercial. Vol. 1. 27ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 157	DIREITO DO TERCEIRO SETOR	Pré requisito: TR 122
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Aprofundar os estudos do futuro bacharel em Direito no tema da disciplina: o terceiro setor.		
Específicos:		
➤ Conhecer melhor as entidades que constituem o terceiro setor no Brasil. ➤ Adquirir conhecimentos sobre a criação e o modo de funcionamento das entidades que constituem o terceiro setor no Brasil. ➤ Familiarizar-se com a legislação aplicável ao terceiro setor no Brasil.		
EMENTA: As entidades do Terceiro Setor. Associações. Fundações. Registros e obrigações fiscais. Obrigações trabalhistas. Utilidade pública e outros títulos. Financiamentos. Legislação aplicável ao Terceiro Setor.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – As Entidades do Terceiro Setor.		
1. Associações. 2. Fundações. 3. Outras modalidades.		

UNIDADE II – Funcionamento de entidades do Terceiro Setor.

1. Registro e obrigações fiscais.
2. Obrigações trabalhistas.
3. Utilidade Pública e outros títulos.
4. Financiamento.

UNIDADE III – Legislação aplicável ao Terceiro Setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª edição. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 21ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira (Organizadora). **O Novo Direito Administrativo Brasileiro: o Estado, as Agências e o Terceiro Setor**. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2003.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: Regulação no Brasil**. São Paulo. Fundação Peirópolis, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRETELLA JÚNIOR, José. **Administração Indireta Brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1987.

DIOGO, **Curso de Direito Administrativo**. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 12ª edição. São Paulo. RT, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 158	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Dar oportunidade aos alunos de travarem conhecimento com as especificidades do Direito Previdenciário e sua aplicação prática.		
Específicos: Levar o aluno a discorrer sobre os principais tópicos estudados, versando sobre a disposição constitucional condizente com a responsabilidade do Poder Público na seara previdenciária brasileira, listando o que há de mais relevante nos assuntos abordados.		
EMENTA: Noções gerais. Relacionamento com outros ramos do Direito. A questão da responsabilidade do Poder Público. Estrutura atual da Previdência Social Brasileira. Segurados. Dependentes. Benefícios e Serviços. Custeio. Acidente de trabalho.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I: O Direito Previdenciário		
1.1- Noções gerais.		
1.2- Relacionamento com outros ramos do Direito.		

Unidade II: O Poder Público e a responsabilidade previdenciária

- 2.1- Disposições constitucionais em vigor.
- 2.2- Conflitos de Princípios Constitucionais na tutela dos benefícios previdenciários.

Unidade III: A Previdência Social Brasileira

- 3.1- Amparo legal.
- 3.2- Estrutura atual do órgão assistencial.

Unidade IV: Participantes do cenário previdenciário

- 4.1- Os Segurados. Considerações gerais. Características.
- 4.2- Os Dependentes. Considerações gerais. Características.

Unidade V: O que esperar da Previdência Social

- 5.1- Os Benefícios. Considerações gerais. Tipos.
- 5.2- Os Serviços. Considerações gerais. Modalidades.

Unidade VI: Custeio

- 6.1- Regime geral e regimes próprios da Previdência Social. Planos Privados de Assistência à Saúde.
- 6.2- O financiamento da Seguridade Social.

Unidade VII: Acidente de Trabalho

- 7.1- Generalidades.
- 7.2- Indenizações por Acidente de Trabalho.

Unidade VIII: Outros temas relevantes

- 8.1- A cumulação de Auxílio-Acidente e Aposentadoria por Tempo de Serviço / Contribuição.
- 8.2- Revisão de benefícios. Desaposentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. *Curso de Direito da Seguridade Social*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Iones Deda. *Direito Previdenciário*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRANDA, Jediael Galvão. *Direito da Seguridade Social*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Lamartino França. *Direito Previdenciário*. 2.ed. São Paulo: RT, 2006.

MONTEIRO, Antonio Lopes. *Crimes contra a Previdência Social*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. *Curso de Direito da Seguridade Social*. São Paulo: Saraiva, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 159	DIREITO AGRÁRIO	
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Oferecer aos alunos base para o desenvolvimento dos estudos dos princípios jurídicos que reagem o direito de propriedade e demais direitos reais, quanto as relações jurídicas preconizadas pelo Estatuto da Terra e seu Regulamento. Específicos: Capacitar os alunos no domínio das regras básicas dos institutos jurídicos inerentes à aquisição e utilização de terras preconizadas pela Legislação Agrária.		
EMENTA: Direito. Legislação. Estatuto da terra. Regulamento do Estatuto da Terra (Decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966. O papel do INCRA e a reforma agrária. A propriedade da terra. Cadastramento e tributação. Contratos agrários. A CLT e o trabalhador rural. E cooperativismo e credito rural.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I - Direito Agrário:		
1.2 - Direito;		
1.3 - Direito Agrário;		
1.4 - Evolução;		
1.5 - Reforma Agrária.		

Unidade II - O Estatuto da Terra e o INCRA:

- 2.1 - Importância da legislação agrária;
- 2.2 - Finalidades;
- 2.3 - O INCRA.

Unidade III - Conceitos fundamentais do direito agrário:

- 3.1 - Imóvel rural;
- 3.2 - Módulo;
- 3.3 - Latifúndio;
- 3.4 - Minifúndio parcela;
- 3.5 - Empresa Rural.

Unidade IV – Terras:

- 4.1 - Solo e sub-solo;
- 4.2 - Terras públicas e particulares;
- 4.3 – Especialização objetiva e especialização subjetiva;
- 4.4 - Posse;
- 4.5 - Ocupação;
- 4.6 - Propriedade;
- 4.7 - Domínio útil e domínio direto;
- 4.8 - Alienação;
- 4.9 - Aquisição de terras por estrangeiros;
- 4.10 - As minas;
- 4.11- Exploração.

Unidade V - Cadastramento e Tributação:

5.1 - Cadastro imobiliário - o ITR.

Unidade VI - Contratos Agrários:

6.1 - Contrato;

6.2 - Conceito;

6.3 - Obrigações;

6.4 - Parceria;

6.5 - Arrendamento.

Unidade VII - Estatutos do Trabalho Rural:

7.1 - Trabalhador Rural;

7.2 - Empregador;

7.3 - Previdência Social Rural.

Unidade VIII – Cooperativismo:

8.1 - Legislação Cooperativista;

8.2 - Importância;

8.3 - Finalidades;

8.4 - Tipos de cooperativas.

Unidade IX - Crédito Agrário e Reflorestamento

9.1 - Importância e finalidades.

Unidade X – Migração:

10.1- Conceito;

10.2 - Divisão;

10.3- Importância.

Unidade XI - Águas e Terras Marginais:

11.1- Águas públicas e particulares, rios, lagos e lagoas;

11.2- Terrenos de marinha;

11.3- Domínio público e particular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVARENGA, Octavio Mello. **Direito Agrário**. Ed. Instituto Advogados Brasileiros.

CARDOSO, Malta. **Tratado de Direito Rural**.

MARCIAL, Alberto Ballarin. **Direito Agrário**. Madrid: Ed. Rev. Derecho Privado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MAIA, J. Motta. **Estatuto da Terra**. Mabríl Editora.

OLIVEIRA, J. E ABREU. **Aforamento e Cessão dos Terrenos de Marinha**. Fortaleza: Faculdade do Ceará.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: 664	DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Despertar no aluno a potencialidade de análise de textos relacionados ao meio ambiente advindo de tratados nacionais e internacionais. Específicos: Aprofundar o conhecimento dos alunos em relação às transformações do direito internacional, permitindo uma melhor compreensão do surgimento e evolução do direito internacional do meio ambiente. Apresentar uma visão crítica sobre a existência de ordens jurídicas conexas. Preparar os operadores do direito para identificarem as soluções e inovações que trazem os textos internacionais em matéria de meio ambiente. Identificar os principais problemas jurídicos em matéria de desenvolvimento econômico e sustentabilidade.		
EMENTA: Meio Ambiente. Instrumentos de Participação da Comunidade internacional na Defesa Ambiental. Responsabilidade e Reparação pelo dano Ambiental. Jurisprudência internacional. Histórico do Direito Ambiental Internacional. Direito Comparado. As conferências internacionais sobre meio-ambiente.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I - O Direito Internacional Ambiental		
1. A proteção internacional do Ambiente		

2. Atos internacionais.
3. As grandes conferências e os programas de ação conjugada.

Unidade II - O Meio Ambiente como um bem transnacional. Comunidades Internacionais.

1. Tratados, Documentos e Convenções.
2. Conferência de Estocolmo. Convenção do Rio/92. Rio + 10. A Globalização e o Meio Ambiente. Conflitos Ambientais
3. Internacionais. Comércio Internacional e meio ambiente. Programas especiais da ONU e seus instrumentos (PNUMA).
4. Tribunal Internacional Ambiental.

Unidade III - Comércio Internacional, Mercosul e Direito Ambiental Internacional.

1. Comércio Internacional e Meio Ambiente;
2. Mercosul e Direito Ambiental Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de Direito Ambiental. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Tutela Constitucional do Meio Ambiente. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. A Propriedade no Direito Ambiental. 3ª edição. São Paulo. RT, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, FERREIRA, Renata Marques. Direito Ambiental Tributário. São Paulo. Saraiva, 2005.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do Direito Processual Ambiental. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 161	DIREITO DOS ANIMAIS Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Analisar criticamente a relação do homem com o mundo natural, a natureza jurídica dos animais não-humanos e os fundamentos teóricos e práticos do Direito dos Animais.		
EMENTA: Teoria Geral dos Contratos. Efeitos. Formação. Classificação. Modalidades. Compra e venda. Locação de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e Mútuo. Mandato e Gestão de Negócios. Edição e Representação dramática. Contratos agrários. Constituição de renda. Fiança. Contratos inominados. Declarações unilaterais de vontade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – O Homem e o Mundo Natural		
1.1 – Mundo Helênico.		
1.2 – Os Romanos.		
1.3 – Religiões Monoteístas		
1.4 – Idade Média e Tempos Coloniais.		
1.5 – A Modernidade e o Racionalismo.		
1.6 – O Contratualismo e o Iluminismo.		

1.7 – A Era Vitoriana e a Revolução de Darwin

Unidade II – Teorias Éticas Indiretas e Diretas

2.1 – Teoria da Opressão e a Estratégia de Inferiorização.

2.2 – Teoria dos Deveres Indiretos, Transbordamento Moral e Casos Marginais.

2.3 – Fundamentação da Posição Indireta: Aristóteles e a Posição Religiosa.

2.4 – Fundamentação da Posição Indireta: Contratualismo Clássico, Naverson e Rawls.

2.5 – Fundamentação da Posição Indireta: a Posição Kantiana

2.6 – Concretização da Posição Indireta: os Estatutos Protetivos e a Posição do Bem-Estar Animal.

2.7 – Teoria dos Deveres Diretos.

2.8 – Fundamentação da Posição Direta: Posição Compassiva (Crueldade e Compaixão)

2.9 – Fundamentação da Posição Direta: Defesa Ética dos Animais por Humphry Primatt

2.10 – Fundamentação da Posição Direta: O Utilitarismo Clássico

2.11 – Fundamentação da Posição Direta: O Utilitarismo Preferencial de Peter Singer

Unidade III – A Linguagem dos Direitos

3.1 – Introdução Histórica aos Direitos dos Animais.

3.2 – Richard Ryder e o Critério da “Dorência”.

3.3 – Tom Regan e a “Questão dos Direitos dos Animais”.

3.4 – As “linhas” de Steven Wise.

3.5 – Gary Francione e a Crítica ao Bem-Estar Animal

Unidade IV – Os Animais Como Sujeitos de Direitos

4.1 – Diferenciação entre a visão bem-estarista e abolicionista.

4.2 – Alternativas teóricas para enquadramento dos animais como sujeitos de direitos

4.3 – O Estado Constitucional Ecológico e a Nova Hermenêutica

4.4 – Transposição de categorias jurídicas tradicionais para os não-humanos

4.5. – Dificuldades Práticas e Questionamentos na Implementação dos Direitos dos Animais

Unidade V – A Tutela dos Animais na Legislação

5.1 – Os Direitos dos Animais na Legislação Brasileira

5.2 – Os Animais e o Poder Judiciário: Estudo de Casos Importantes

5.3 – A Capacidade de Ser Parte: animais podem demandar em nome próprio? Estudo de casos.

5.4 – Presente e Futuro do Direito dos Animais no Brasil: a Contestação às Práticas que Instrumentalizam os Animais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Os Animais e o Direito: Em Busca de Um Novo Paradigma. São Paulo: Publit, 2007, vol. I e II.

LEVAI, Laerte. Direito dos Animais. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2ª ed., 2004.

LOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: Fundamentação e Novas Perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

SARLET, Wolfgang (org.). A Dignidade da Vida e Os Direitos Fundamentais Para Além dos Humanos: Uma Discussão Necessária. Belo Horizonte: Forum, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEDE Y CASTRO, João Marcos. Direito dos Animais na Legislação Brasileira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.

DIAS, Edna Cardozo. A Tutela Jurídica dos Animais. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

GORDILHO, Heron José Santana. Abolicionismo Animal. Salvador: Evolução, 2009.

FILHO, Diomar Ackel. Direito dos Animais. São Paulo: Themis, 2001.

FELIPE, Sônia T. Ética e Experimentação Animal: Fundamentos Abolicionistas. Florianópolis: UFSC, 2007

NACONECY, Carlos Michelin. *Ética & Animais: Um Guia de Argumentação Filosófica*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006.

REGAN, Tom. *Jaulas Vazias*. Porto Alegre: Lugano, 2006.

RODRIGUES, Danielle Tetü. *O Direito & Os Animais*. Curitiba: Juruá, 2ª ed., 2008.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 162	DIREITO FLORESTAL	
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Capacitar o aluno a compreender e analisar a política ambiental brasileira e a inserção da política florestal neste contexto.		
Específicos: Capacitar o discente a utilizar e aplicar os marcos legais ambientais/florestais existentes.		
EMENTA: Política Florestal. Histórico, evolução, conceitos. A Política Florestal e seus Instrumentos. Funções e Administração das Florestas. Legislação Florestal e Correlata. Materialização das Políticas Florestais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – A Política Florestal e os seus Instrumentos.		
1.Introdução. Histórico. Conceitos;		
2.Situação da cobertura florestal do Brasil;		
3.Dinâmica do desflorestamento e do reflorestamento;		
4.Instrumentos da política florestal;		
5.Princípios da formulação e da execução da política florestal.		

Unidade II – Funções e Administração das Florestas.

1. Funções das florestas;
2. Funções de estado na área florestal;
3. Instituições florestais.

Unidade III – Legislação Florestal e Correlata.

1. As florestas nas Constituições;
2. Código Florestal de 1934;
3. Código Florestal de 1965;
4. Lei de Gestão de Florestas Públicas;
5. Lei de Crimes Ambientais.

Unidade IV – Materialização das Políticas Florestais.

1. Planos, Programas e Projetos Florestais;
2. Programas Florestais Brasileiros (1960/2000);
3. Programa Nacional de Florestas – PNF;
4. Outros Programas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.

PEREIRA, Osni Duarte. Direito Florestal Brasileiro. Rio de Janeiro. Borsoi, s/d.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo. Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Luís Carlos Silva. Código Florestal Comentado. Atlas, 2009.

CAPEZ, Fernando. Direito Ambiental. São Paulo. Saraiva, 2007.

PETERS, Edson Luiz. PIRES, Paulo de Tarso de Lara. Legislação Ambiental Federal. Curitiba. Juruá, 2008.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo. Malheiros, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 163	DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Analisar as normas processuais dentro da perspectiva das relações ambientais.		
Específicos: Criar condições para que o alunado possa instrumentalizar as ações processuais devidas e analisar a jurisprudência e a doutrina nacional e estrangeira.		
EMENTA: Conflitos de interesses. A função jurisdicional. O Direito Processual. Institutos e princípios fundamentais de Direito Processual. Interpretação e aplicação do Direito processual. A norma processual. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I - Teoria:		
1. Direito ambiental processual (conceitos, princípios e características). 2. Institutos e princípios fundamentais de Direito Processual. 3. Interpretação e aplicação do Direito processual. 4. A norma processual. 5. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição. 6. Poder Judiciário. Ação. Processo. Contraditório e ampla defesa.		

Unidade II – Estudos de Caso:

1. Licitude das queimadas da palha da cana-de-açúcar e a antecipação da tutela em sede de Ação Civil Pública Ambiental;
2. Ação Civil Pública para a apuração de irregularidades quanto à concessão de autorizações para a atividade de extração de areia na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;
3. Derramamento de óleo e outras substâncias tóxicas no mar;
 - 3.1. Exercícios de tiro da Marinha do Brasil no Arquipélago dos Alcatrazes;
 - 3.2. Contraditório e Ampla Defesa no Âmbito do Direito Processual Ambiental;
 - 3.3. Direito Ambiental Tributário X Direito Tributário Ambiental: O Estado fornecedor em face da dignidade da Pessoa Humana;
 - 3.4. Tutela Jurídica dos Grupos Participantes do processo Civilizatório Nacional em face do Meio Ambiente Cultural;
 - 3.5. Procedimento Administrativo e Licenciamento Ambiental no Âmbito do Estado Democrático de Direito;
 - 3.6. Tutela dos Bens Ambientais em face do Direito Criminal Ambiental;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria Geral do Processo. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

GREGO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. 1. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual civil. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTILHOS, Erich Bernat. Direito Processual Civil 1 Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SILVA, Ovídio A Baptista da, GOMES, Fabio. Teoria Geral do Processo Civil. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 165	BIODIREITO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Estudar as repercussões jurídicas dos avanços da biotecnologia e da biomedicina em relação aos seres humanos, no campo do Direito Privado, utilizando os princípios balizadores da Bioética, conjuntamente com os princípios consagrados na Constituição Federal relativos à proteção da dignidade da pessoa humana.		
Específicos: (a) Discutir os novos temas relacionados ao Biodireito, com ênfase nas questões geradas pela reprodução assistida, pela pesquisa com embrião humano e com seres humanos, células-tronco, autonomia da vontade, consentimento assistido e eutanásia; (b) Estimular os alunos a discutir e se posicionar criticamente a respeito dos novos temas tratados no âmbito da disciplina, com a elaboração de trabalhos escritos ao final do curso.		
EMENTA: Introdução ao estudo da bioética e do biodireito. Direitos humanos, bioética e biodireito: as correlações necessárias. Responsabilidade dos profissionais da saúde. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. A vulnerabilidade do paciente e o biodireito. Estética e direito à imagem. Implantes e transplantes. Tanatologia, eutanásia e pena de morte. Transexualismo. Comércio de tecidos e órgãos humanos. Engenharia Genética e o Direito. Clonagem de seres vivos. Venda de óvulos e barriga de aluguel. Inseminação e fertilização artificial. Técnicas de reprodução assistida. Meio ambiente e alimentos transgênicos.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Bioética, Biodireito e Dignidade Humana

- 1.1 – Biodireito, Direitos Humanos e Dignidade da Pessoa Humana.
- 1.2 – Elementos e Princípios Fundantes da Bioética.
- 1.3 – Bioética, Biodireito e Humanismo Jurídico

Unidade II – Microbioética

- 2.1 – Proteção da Vida Humana.
- 2.2 – Direito ao nascimento.
- 2.3 – Direitos do embrião e do nascituro.
- 2.4 – Maternidade e Paternidade Responsável.
- 2.5 – Esterilização Humana.
- 2.6 – Saúde Física e Mental.
- 2.7 – AIDS, Políticas Públicas e o Direito.
- 2.8 – Transfusão de Sangue.
- 2.9 – Estética Humana.
- 2.10 – Adequação do sexo do intrasexual e do transexual.
- 2.11 – Transplantes.
- 2.12 – Questões relacionadas à morte.
- 2.13 – Experimentação Científica com Seres Humanos.
- 2.14 – Reprodução Assistida.
- 2.15 – Tortura Médica.
- 2.16 – Comitês de Ética.
- 2.17 – Relação Médico-Paciente.
- 2.18 – Erro Médico e Responsabilidade Civil.

Unidade III – Macrobioética

3.1 – Crise Ambiental e Preservação do Meio Ambiente.

3.2 – Estado Constitucional Ecológico.

3.3 – Preservação da Biodiversidade.

3.4 – Natureza Jurídica do Meio Ambiente.

3.5 – Impacto Ambiental e Biotecnologia.

3.6 – Dano Ambiental e Responsabilidade.

3.7 – Futuro da Bioética e do Biodireito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Aline Mignon de. Bioética e Biodireito. Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2000.

BARBOZA, Heloisa Helena. BARRETO, Vicente de Paula. Do Biodireito e Bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ENGELHARDT, H. T. Fundamentos de Bioética. São Paulo: Loyola, 1998.

SÁ, Maria de Fátima Freire de. NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. (coord). Bioética, Biodireito e CC de 2002. Belo Horizonte: Del Rey, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. Direito, sexualidade e reprodução humana: conquistas médicas e o debate bioético. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

COSTA, Sérgio I. F. & GARRAFA, V. A Bioética no Século XXI. Brasília: UnB, 2000.

DINIZ, Maria Helena. O Estado atual do Biodireito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERRAZ, Sérgio. Manipulações Biológicas e Princípios Constitucionais. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991.

MALUF, Edison. Manipulação Genética e o Direito Penal. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

ROMEO CASABONA, Carlos Maria. Biotecnologia y Derecho: Perspectivas en Derecho

Comparado. Granada: Editora Comares, 1998.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 167	DIREITO DE PETRÓLEO E GÁS Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Apresentar ao aluno as noções e conceitos que envolvem a indústria e comércio do petróleo e do gás e suas decorrências jurídicas.		
Específicos: Fazer com que o aluno, com base nas informações fornecidas em aula e, sobretudo, conhecendo a importância da indústria e comércio do petróleo e gás para a economia nacional, possa refletir criticamente acerca das várias consequências jurídicas e chegar a soluções mais apropriadas para os inúmeros problemas que se apresentam nessa matéria.		
EMENTA: I. Introdução. Indústria do petróleo no mundo e no Brasil: Noções básicas. II. Direito do petróleo e gás e sua interdisciplinariedade. III. O marco regulatório brasileiro e ANP. IV. Meio-ambiente, riscos e sua proteção. V. Direito Internacional e indústria do petróleo e gás. Grandes arbitragens. VI. Contratos em geral e Contratos internacionais. VII. Responsabilidade civil por danos. VIII. Outros pontos relevantes.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Introdução. Macro-cenários. A indústria do petróleo no Brasil. Noções de geologia do petróleo. Origem e acumulação do petróleo. Exploração petrolífera. Noções de perfuração, avaliação de formações, completação de poços, avaliação e desenvolvimento de campos, comportamento de reservatórios, levantamento artificial e facilidades de produção. Introdução ao *downstream*. A propriedade dos recursos petrolíferos – tratamento legal no Brasil e no exterior.

Unidade II - O Direito do Petróleo e a interdisciplinariedade com os demais ramos do Direito.

Unidade III - Legislação nacional: a Lei do Petróleo. O marco regulatório no Brasil – a Agência Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Política Energética.

Unidade IV - Principais danos causados ao meio-ambiente pelas atividades da indústria do petróleo. Proteção jurídica do meio-ambiente contra os danos da indústria petrolífera. Instrumentos jurídicos internacionais: Convenção da ONU sobre Responsabilidade Civil em Danos por Poluição por Óleo, firmada em Bruxelas em 1969; Convenção Internacional sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, firmada em Londres em 1972; Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL), firmada em Londres em 1973.

Unidade V - Casos práticos no âmbito do Direito Internacional: jurisprudência dos tribunais norte-americanos. Os precedentes internacionais. O papel da ONU e dos organismos internacionais. As grandes arbitragens. O petróleo e a guerra. Cooperação internacional e petróleo. Direito do Mar. Desenvolvimento compartilhado de reservatórios petrolíferos. Análise dos Tratados relevantes. Casos sobre direito do petróleo decididos pela jurisdição estatal. Casos envolvendo petróleo: direito privado e nacionalizações. Arbitragem e unitilização.

Unidade VI - A evolução da contratação petrolífera – as modalidades de contratos de exploração e produção de petróleo. Os consórcios da exploração e produção (*upstream*), governança corporativa O contrato de concessão. A licitação de blocos exploratórios. A transferência de contrato de concessão. Contrato de fornecimento de combustíveis. Posto de gasolina. Marca. Direito de Concorrência. Concessão Comercial. Transporte de derivados de petróleo. Controle judicial dos contratos de consumo de derivados de petróleo. Inexecução contratual pelo fornecedor. Desconsideração da personalidade jurídica. Relevância do petróleo no comércio internacional. Contratos internacionais. *Joint ventures*. Formas alternativas de financiamento. Novos negócios na área do petróleo. Posto de gasolina. Marca. Direito de Concorrência. Concessão Comercial. Transporte de derivados de petróleo. Controle judicial dos contratos de consumo de derivados de petróleo. Inexecução contratual pelo fornecedor

Unidade VII - Responsabilidade Civil no CDC. Campo de incidência do Código no direito do

petróleo. A responsabilidade civil na atividade de exploração e produção. As participações governamentais e de Terceiro.

Unidade VIII - Outros pontos relevantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *As Joint Ventures na Indústria do Petróleo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *Estudos e Pareceres direito do Petróleo e Gás*. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.

VALOIS, Paulo. *A Evolução do Monopólio Estatal do Petróleo*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOWE, John S. & SMITH, Ernest E ET ali. *Cases and Materials on Oil and Gás Law*. Saint Paul – Minessota: West Publishing, 1998.

LOWE, John S. *Oil and Gás Law in a Nutshell*. Saint Paul – Minessota: West Publishing, 1995.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 168	DIREITO DOS TRANSPORTES	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Proporcionar aos discentes, conhecimento jurídico (legal) quanto ao direito (legislações) dos transportes no cenário brasileiro.		
Específicos: Facultar condições aos discentes quanto as legislações no Brasil sobre os transportes e observar o direito comparado.		
EMENTA: O direito dos transportes. Legislação Nacional, Internacional e Comunitária – jurisprudência Nacional e Comunitária.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I - Introdução ao Direito dos Transportes.		
1.1. Conceito.		
1.2. Natureza jurídica.		
1.3. Classificação.		
Unidade II - Legislações Pertinentes ao Direito dos Transportes em Todas as Áreas.		
2.1. Nacional.		
2.2. Internacional.		

2.3. Comunitária.

Unidade III - Jurisprudências Quanto ao Direito dos Transportes em Todas as Áreas.

3.1. Estudos de casos práticos.

3.2. Correlação com a doutrina e aos costumes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Nuno Manuel Castelo-Branco. Direito dos Transportes. Coimbra. Livraria Almedina, 2004

CREMONESE, Paulo Henrique. Direito Marítimo: O contrato de transporte de carga e a responsabilidade civil do transportador. São Paulo. Editora Quartier Latin, 2008.

OLIVEIRA, Ricardo. Direito dos transportes – ferroviários. São Paulo. Saraiva, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 169	DIREITO IMOBILIÁRIO Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Gerais: Possibilitar ao aluno a compreensão dos princípios norteadores do Direito Imobiliário, fornecendo instrumentos práticos para o estudo de suas inovações, garantias e perspectivas econômicas e jurídicas. Específicos: Estimular uma visão crítica da função social da posse e da propriedade.		
EMENTA: Direitos reais e Direito imobiliário. Posse e propriedade. Função social. Princípios norteadores. Contratos imobiliários. Código civil e código de defesa do consumidor. Promessa de compra e venda. Financiamento. Locações: residenciais e não residenciais. Condomínios e incorporações. Cartório de registro de imóveis.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade I – Direitos Reais e o Direito Imobiliário 1. Conceito de Direito Real 2. Direito real/direito pessoal 3. Posse/propriedade 4. Função social da propriedade/função social da posse 5. Direito Imobiliário à luz dos novos paradigmas da função social e boa-fé objetiva 6. O Estatuto da Cidade Unidade II – Contratos Imobiliários		

1. Princípios norteadores
2. Sistema do Código Civil/ Código de defesa do consumidor
3. Promessa de Compra e Venda
 - a) Adjudicação compulsória
 - b) Execução para entrega de coisa certa
 - c) Imissão de posse
 - d) Ação de resolução de promessa de compra e venda proposta pelo inadimplente
4. Financiamento e Contratos Imobiliários: sinal, imprevisão, multas, juros
5. Questões polêmicas

Unidade III – Locação de imóveis residenciais e não residenciais

1. Locações residenciais
2. Locações não residenciais
3. Locações em shopping centers e outras locações especiais (flats)
4. Garantias locatícias
5. Contrato de locação
6. Questões polêmicas

Unidade IV – Condomínios e incorporações no Código Civil

1. Ação de cobrança de despesas de condomínio
2. Convenção de condomínio e registro
3. A questão condominial edilícia
4. A incorporação imobiliária e o parcelamento do solo urbano
5. Retificação administrativa de registro: a lei 10.931/04

Unidade V - Cartório de Registro de Imóveis

1. Função do registro imobiliário
2. A escritura de promessa de compra e venda e de compra e venda. Requisitos
3. Principais atos que devem estar arquivados no registro imobiliário
4. Registro x Averbação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AWAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário – Teoria e Prática. Rio de Janeiro, Forense, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. Promessa de Compra e Venda e Parcelamento do Solo Urbano: leis 6.766/79 e 9.785/99. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SALLES, Venicio. Direito Registral Imobiliário. São Paulo: Saraiva, 2007.

DINIZ, Maria Helena Diniz. Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada. São Paulo: Saraiva, 2009.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 171	HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Permitir o exame crítico da evolução do pensamento político e a importância do seu estudo para a formação do profissional das ciências jurídicas.		
Específicos: Refletir sobre a realidade política e social do Brasil e a atuação do jurista na sociedade.		
EMENTA: Introdução ao Pensamento Político. Noções fundamentais. A relação da Ciência Política com outras áreas do conhecimento humano. O Pensamento Político na Antiguidade. O Pensamento Político na Idade Média. O Pensamento Político na Idade Moderna. O Pensamento Político na Idade Contemporânea.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – Introdução ao Pensamento Político		
1. Ciência Política: conceito, objeto e método		
2. Política e Poder		
3. A relação da Ciência Política com outras áreas do conhecimento		

Unidade II – O Pensamento Político na Antiguidade

1. Platão
2. Aristóteles
3. Cícero

Unidade III – O Pensamento Político na Idade Média

1. Santo Agostinho
2. São Tomás de Aquino

Unidade IV – O Pensamento Político na Idade Moderna

1. Maquiavel
2. Hobbes
3. Locke
4. Montesquieu
5. Rousseau

Unidade V – O Pensamento Político na Idade Contemporânea

1. John Stuart Mill
2. Emile Durkheim
3. Karl Marx
4. Max Weber
5. Jürgen Habermas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política. 1º e 2º volumes. São Paulo: Ática, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.) Introdução a História do Pensamento Político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. São Paulo: Campus/Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Lier Pires; JORGE, Vladimyr Lombardo; GUANABARA, Ricardo. (Org.) Curso de Ciência Política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo. São Paulo: Campus/Elsevier, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Vol. 1 e

2. Brasília: UNB, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 172	MEDICINA LEGAL	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Fornecer conhecimentos para o perfeito entendimento das questões médicas contidas nos textos legais.		
Específicos: Desenvolver com os alunos conhecimentos generalistas sobre medicina legal.		
EMENTA: Conceito, importância e relação com as demais ciências médicas e jurídicas. Perícias e peritos. Psicologia Forense. Psiquiatria clínica e psiquiátrica forense. Psicoses infectuosas. Psicoses devidas a sífilis. Psicoses exotoxinas. Psicoses mistas. Periculosidade dos doentes e dos deficientes mentais. Conceito e importância da Psicologia Judiciária. Depoimento infantil, de velhos, de doentes mentais, de oligofrênicos e de moribundos. Mitomania e citatímia. À confissão. A acareação. À reconstituição do crime. Traumatologia forense. Os diferentes tipos de lesões. Asfixias. Esganadura. Afogamento. Aborto sob o ponto de vista médico-jurídico. Perícias. Sedução e estupro. Gravidez, parto e puerpério. Investigação da paternidade. Casamento e impedimentos matrimoniais. Infanticídio. Causa Jurídica da morte. Homicídio, suicídio e acidentes. Tanatologia forense. Data da morte. Lesões em vida e alterações depois da morte. Relações vitais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – Introdução à Medicina Legal		

1.Conceito; sinonímia e relações interdisciplinares;

2.Perícia e peritos;

Unidade II – Traumatologia Forense

1.Conceito; importância e instrumentos traumáticos;

2.Energia mecânica e mecanismo de ação;

3.Ações perfurantes; cortante e contundente;

4.Ações perfuro – cortante, perfuro – contundente e corto – contundente;

5.Energia térmica: queimadura, termonecrose, eletricidade e vitriolagem;

6.Energia físico – química: asfixiologia forense.

Unidade III – Violências Corporais

1.Aspecto médico – legais do Código Penal;

2.Aspecto médico – legais da lei de contravenções penais.

Unidade IV – Infortunística

1.Conceito e nexo de causalidade;

2.Aspectos médicos – legais da Lei 6.367 de 24 de dezembro de 1976.

Unidade V - Tanatologia

1.Conceito; divisão; importância e tipos de morte;

2.Fenômenos cadavéricos e cronotanatagnose.

Unidade VI – Sexologia Forense

1.Himenologia; atos libidinosos e crimes contra os costumes;

2.Perversões sexuais;

- 3.Gravidez; aborto; parto e infanticídio;
- 4.Investigação de paternidade e imenologia.

Unidade VII – Psicopatologia Forense

- 1.Responsabilidade penal e capacidade civil;
- 2.Etilismo e lei anti-tóxico.

Unidade VIII – Identificação Médico – Legal

- 1.Identificação e reconhecimento;
- 2.Identificação judiciária, do sexo e idade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2008.

CROCE, Delton. CROCE JUNIOR, Delton. Manual de Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2004.

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EÇA, Antonio José. Roteiro de Medicina Legal. Rio de Janeiro. Forense,2003.

GOMES, Hélio. Medicina Legal. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 2004.

FRANÇA. Medicina Legal. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 173	POLÍTICA INTERNACIONAL	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Proporcionar aos alunos uma sinopse sobre as grandes questões da Política Internacional dos nossos dias.		
Específicos: Possibilitar um exame histórico sobre os principais eventos e as grandes linhas condutoras da evolução política no século XX, de modo a tornar compreensível a dinâmica das relações internacionais.		
EMENTA: Industrialização e as Guerras mundiais. O século XIX: comercio e industrialização. As Guerras mundiais. A Criação das Nações Unidas e da OTAN. A Guerra-fria. A queda do muro de Berlim e suas consequências. A América Latina e as relações interamericanas. A nova ordem mundial. O Oriente Médio. A questão humanitária e os crimes internacionais. Os grandes blocos econômicos: EUA, EU e Japão. O BRIC. Os recursos naturais e a energia.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – Industrilização e as Guerras mundiais.		
1. O “longo século XIX”: a mundialização do comércio e a industrialização.		
2. Origens e consequências da Primeira Guerra Mundial.		
3. O mundo entre as duas guerras.		
4. A Segunda Guerra Mundial.		

5. A Criação das Nações Unidas. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Unidade II – O fenômeno da Guerra-fria e sua contextualização

1. A Guerra-fria.
2. O conceito de Ocidente, Mundo Livre e Terceiro Mundo.
3. A queda do Muro de Berlim, a dissolução da URSS e as transformações no Centro e Leste Europeus.
4. O mundo pós-guerra fria. Os novos desafios do projeto europeu e da aliança atlântica.
5. A América Latina e as relações interamericanas.

Unidade III – A nova ordem mundial

1. A reforma das Nações Unidas e o papel das instituições multilaterais.
2. O papel das democracias e da relação transatlântica.
3. Políticas regionais.
4. O Oriente Médio e seus conflitos. A crise do Iraque. A questão do terrorismo.
5. A intervenção humanitária. Tipologia dos conflitos armados e novo direito internacional humanitário.
6. Os crimes internacionais: genocídio, crimes contra a Humanidade e crimes de guerra. As novas operações de paz.

Unidade IV – O novo desenho econômico

1. As relações entre os grandes blocos econômicos mundiais: EUA, UE e Japão.
2. A emergência de novas potências econômicas – Rússia, China, Índia e Brasil.
3. A “luta” pelas fontes de Recursos Naturais e pela Energia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CERVO, Amado Luiz. As Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional - Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Campus, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.) [História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização](#). São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (Org.) [Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas – Volumes 1 e 2](#). São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Cultura e Poder. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. (Org.) [Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina](#). Brasília: IBRI, 2003.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 174	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Pré requisito: nenhum
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Fornecer ao aluno a base teórica do Direito Administrativo em sua feição procedimental conjugando-o com o conteúdo eminentemente prático da disciplina. Específicos: Promover o esclarecimento da ligação necessária entre a doutrina administrativista e as decorrências procedimentais e disciplinares da mesma, através do estudo aprofundado da legislação aplicável e de casos e julgados ocorridos.		
EMENTA: I. Introdução Geral ao Processo Administrativo. II. Princípios do Processo Administrativo. III. Processo Disciplinar; a sindicância. IV. Responsabilidade Civil do Estado. V. Responsabilidade do servidor público. VI. Análise de Estatutos do Servidor Público. VII. Análise de casos e julgados.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		

Unidade I - Introdução Geral ao Processo Administrativo. Processos estatais. Processo Administrativo. Processo e procedimento. Modalidades.

Unidade II - Princípios do Processo Administrativo: Publicidade; Oficialidade; Obediência às formas e aos procedimentos; Gratuidade; Ampla Defesa e contraditório; Atipicidade; Pluralidade de instâncias; Economia processual; Participação popular.

Unidade III - O Processo Disciplinar: Sistemas. Processo sumário. Sindicância.

Unidade IV - Responsabilidade Civil do Estado.

Unidade V - Responsabilidade do servidor público: Administrativa, Civil e penal (crimes em espécie).

Unidade VI - Análise dos Estatutos do Servidor Público Federal e Estadual (Rio de Janeiro).

Unidade VII - Análise de casos e julgados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 21 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 12 ed. São Paulo: RT, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, Diogo. *Curso de Direito Administrativo*. 14 ed. Rio de Janeiro. Forense, 2005.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 3 ed. São Paulo. Saraiva, 2008.

LAZZARINI, Álvaro. *Temas de Direito Administrativo*. 2 ed. São Paulo. RT, 2003.

MEDAUAR, Odete. *A Processualidade no Direito Administrativo*. 2 ed. São Paulo. RT, 2008.

MORAES, Alexandre. *Direito constitucional Administrativo*. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2007.

MOTA, Mauricio. Responsabilidade Civil do Estado Legislador. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 1998.

OSORIO, Fabio Medina. *Direito Administrativo Sancionador*. 2 ed. São Paulo. RT, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO: TR 302	EMPREENDEDORISMO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Transmitir ao aluno conhecimentos necessários que o capacite para explicar e utilizar as seguintes idéias empreendedoras: Empreendedorismos, suas características; A Empresa e sua constituição; Indicadores de desempenho da empresa de sucesso; papel do empreendedor como administrador geral da empresa e as principais atividades de alta alavancagem de um empreendimento.		
EMENTA: Conceituações sobre a importância do Empreendedorismo enfocando conhecimentos necessários para a compreensão das suas diferentes implicações tais como: Espírito empreendedor; Escolha do Negócio e o que é necessário para saber sobre conjuntura econômico. Enfoque de diferentes aspectos sobre gestão de empresas; Planejamento e estratégia; Organização de Empresa; Comercialização e Marketing; Operações; Gestão de Pessoas; Motivação e Liderança; Contabilidade e Finanças para empreendedores e o Essencial da Gestão de Projetos. Prática de elaboração de Planejamento e implementação de um negócio; Plano de negócio e seus diferentes passos para um empreendimento.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade I – Espírito Empreendedor		
1. Empreendedorismo. 2. Vantagens e desvantagens de ser empreendedor. 3. Empreendedorismo no Brasil 4. O que é uma empresa.		

Unidade II – Escolha de Negócio

1. Desenvolvimento de um novo negócio
2. Avaliação de ideias e produtos
3. Aquisição de um negócio existente
4. Tipos de empresa
5. Formalização de um novo negócio geral

Unidade III- O que é preciso saber sobre Conjuntura Econômica

1. Ambiente econômico saudável
2. Condições do ambiente econômico

Unidade IV – Planejamento e Estratégia

1. O que é Planejamento?
2. Estratégia e Planejamento Estratégico
3. Alternativas Estratégicas.
4. Implementação da Estratégia.
5. Acompanhamento e controle da Estratégia.
6. Reinício do Ciclo.

UNIDADE V – Organização da Empresa

1. Processo de organização.
2. Funções da empresa.
3. Criação de departamentos e definição de responsabilidade.
4. Estrutura organizacional.
5. Unidades de negócio.
6. Estruturas complexas.
7. Definição de responsabilidades.

UNIDADE VI – Comercialização e Marketing.

1. O que é Comercialização?
2. O que é Marketing?
3. Mercado.
4. Canais de Comercialização.
5. Entender o Cliente.
6. Planejamento Estratégico de Marketing.
7. Decisões de Produto.
8. Decisões de Preços.
9. Distribuição.
10. Promoção.

UNIDADE VII – Operações.

1. Conceito de operações.
2. Como desenvolver o produto.
3. Como medir desempenho dos processos.
4. Conceitos básicos de produção enxuta.
5. Cadeia de suprimentos.

UNIDADE VIII – Gestão de Pessoas

1. Recursos Humanos – visão panorâmica.
2. Cargos.
3. Gestão por Competência.
4. Planejamento estratégico de Recursos Humanos.

5. Recrutamento e Seleção de pessoas.
6. Treinamento e desenvolvimento de pessoas.
7. Avaliação de desempenho.
8. Remuneração.

UNIDADE IX – Motivação e Liderança

1. Motivação para o trabalho: de que se trata?
2. Necessidades Humanas.
3. Qual a recompensa mais eficaz? Que recompensa você oferece?
4. Liderança e Liderança Situacional.
5. Equipes de alto desempenho.

UNIDADE X – Contabilidade e finanças para empreendedor

1. Importância da contabilidade
2. Objetivos da contabilidade
3. Conceitos fundamentais da contabilidade
4. Demonstrações Financeiras.
5. Contabilidade de custos.
6. Orçamento.
7. Análise da Situação Financeira da Empresa.

UNIDADE XI – O Essencial da Gestão de Projetos

1. Projetos.
2. Ciclo de vida do projeto.
3. Administração de um projeto.
4. Planejamento de um projeto.
5. Execução e encerramento do projeto.

UNIDADE XII – Prática de Planejamento de implementação do Negócio

1. Ciclo de vida do planejamento do negócio.
2. Roteiro do Plano de Negócio.
3. Formulação de um Plano de Negócio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro. Campus, 2008.

DRUCKER, Peter. Inovação e espírito Empreendedor. São Paulo: Thompson, 2005.

FARAH, Oswaldo Elias. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARON, Robert A., Shane Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo. Thompson, 2006.

CLEGG, Brian., BIRCH, Paul, Ruth Gabriela. Criatividade: modelos e técnicas para geração de ideias e inovação em mercados altamente competitivos. São Paulo. Pearson, 2000.

DEBEN, Ronal Jean. O empreendedor como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DONABELA, Fernando. O segredo de Luisa. São Paulo. Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. Plano de Negócios que dão certo: um guia para pequenas empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

____ Empreendedorismo Corporativo. Rio de Janeiro. Campus, 2008.

____ Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LINS, Sérgio. Sinergia: Fator de sucesso nas realizações humanas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MELO NETO, Francisco Paula de. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

PAIXÃO, Regina. O empreendedorismo e suas características. Espírito Santo. Sebrae, 2006.

ROBBINS, Stephen. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SALIM, César Simões... [et al.]. – Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver plano de negócios de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
	INSTITUTO TRÊS RIOS	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CÓDIGO:	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Contextualizar as políticas públicas educacionais voltadas para as pessoas surdas e com deficiência auditiva estabelecendo as diferenças entre os conceitos de forma articulada com os movimentos sociais em defesa dos seus direitos; Apresentar aspectos conceituais e filosóficos da cultura e identidade surda (o surdo no mundo ouvinte); discutir a relação linguagem e surdez, bem como as implicações do interprete da Língua Brasileira de Sinais no processo de inclusão escolar de alunos surdos; Aprofundar as noções linguísticas básicas da LIBRAS.		
EMENTA:		
Em consonância com as diretrizes educacionais vigentes de educação inclusiva e com o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, essa disciplina objetiva promover o contato e a familiarização dos alunos com a cultura e a educação dos surdos, bem como promover conhecimentos sobre a aquisição e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		

15.4. DISCIPLINAS OPTATIVAS NOVAS

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	ARBITRAGEM	
	Cada Crédito corresponde à 15h/	TR 125 P
	aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral		
Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de:		
➤ Compreender formas de Acesso à Justiça com efetividade na solução dos conflitos		
através de sistemas reconhecidos legalmente pelo Estado como aptos à pacificação social.		
Específicos		
Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de:		
➤ Compreender com visão crítica e liberdade intelectual a crise do serviço público da		
Justiça e as necessidades de vias alternativas para se obter a satisfação de direitos e		
pacificação social.		
➤ Reconhecer os elementos formadores da estrutura jurídica e funcional dos		

meios propícios à solução dos conflitos, mais especificamente, a Conciliação, a Mediação e a Arbitragem. ➤ Analisar a interligação entre os aspectos procedimentais e as relações jurídicas processuais, elementos estes que justificam a natureza jurídica do Processo Arbitral. ➤ Desenvolver de maneira independente, uma visão crítica da amplitude da jurisdição nacional e supranacional e a sua relação intrínseca com os modelos de solução de controvérsias extrajudiciais, sobretudo, no tocante às noções teleológica e instrumental de tais modelos diante da aplicação em conflitos internacionais públicos e privados.
EMENTA: Sociedade, Conflitos e Insatisfações. Meios Propícios à solução dos conflitos. Jurisdição: Um conceito em construção. Crise da Jurisdição Estatal. Conciliação. Mediação. Introdução ao estudo da Arbitragem. Arbitragem em um novo tratamento: Lei n. 9.307/1996. Procedimento Arbitral. Processo Arbitral.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I : SOCIEDADE, CONFLITOS E INSATISFAÇÕES 1.1) Introdução 1.2) Métodos primitivos e meios propícios solução de conflitos ADR (Alternativ Dispute Resolution) ou RAD (Resolución Alternativa de Disputas) 1.3) Controle Jurisdicional indispensável 1.4) Função estatal na busca pela pacificação social UNIDADE II – JURISDIÇÃO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO 2.1) Conceito 2.2) Noções históricas 2.3) Características 2.4) Princípios aplicáveis à Jurisdição 2.5) Espécies 2.6) Organização Judiciária brasileira 2.7) Crise da Jurisdição: . Reflexões na ordem interna. Reflexões na ordem externa 2.8) Soberania Estatal e os novos endereços jurisdicionais

2.9) Jurisdição: por um novo conceito

UNIDADE III: CONCILIAÇÃO

3.1) Conceito

3.2) Análise histórica legislativa da conciliação.

3.2) Tipos de Conciliação

3.2.1) Conciliação Extrajudicial

3.2.2) Conciliação Judicial

UNIDADE IV: MEDIAÇÃO

4.1) Conceito

4.2) Tipos de mediação

4.3) Áreas de atuação da mediação

UNIDADE V: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ARBITRAGEM

5.1) Conceito e sua historicidade no direito pátrio

5.2) Natureza Jurídica

5.3) Estrutura da Lei n.9.307/1996

5.4) Constitucionalidade da Lei n. 9.037/1996

5.5) Arbitragem no Direito Internacional e nos Blocos Econômicos

UNIDADE VI: ARBITRAGEM E A LEI N. 9.307/1996 – ASPECTOS SUBJETIVOS E MATERIAIS

6.1) Partícipes

6.1.1 Partes e capacidade de contratar (art. 1º)

6.1.2 Árbitro

6.2) Matérias autorizadas a submeter-se à Arbitragem.

6.3) Arbitragem de Direito ou de Equidade – critério das partes

6.4) Convenção de Arbitragem

6.5) Cláusula Compromissória

6.6) Compromisso Arbitral

6.7) Os Árbitros

UNIDADE VII : PROCEDIMENTO ARBITRAL

7.1) Considerações sobre Processo e Procedimento

7.2) Instituição da arbitragem

7.3) Procedimento

7.4) Uso de meios coercitivos

7.5) Fase Instrutória

7.6) Fase Decisória –sentença arbitral

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPPELLETTI, Mauro;GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1988.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Teoria da Arbitragem*. São Paulo: Rideel, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Coords.) *Mediação e Gerenciamento do Processo*. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Direito arbitral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ANDREWS, Neil. *O Moderno Processo Civil*. São Paulo: RT, 2009.

ARAGÃO, Selma Regina. *Manual da Conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira; MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. (Coords.) *Arbitragem. 15 Anos da Lei n.9.307/96*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SILVA, Adriana S. *Acesso à justiça e arbitragem*. São Paulo: Manole, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITOS AUTORAIS E ACESSO	Pré requisito: TR 108 P
CRÉDITOS: 02	A CULTURA, INFORMAÇÃO E	
	CONHECIMENTO	
	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
A regulamentação jurídica do acesso e exclusividade sobre os bens culturais é objeto de intenso debate jurídico, político, social e econômico. Compreender os efeitos desta normatização sobre a circulação dos bens culturais e identificar suas falhas e incongruências são os objetivos desta disciplina.		
EMENTA: Direitos Autorais. Direito de Acesso a cultura, informação e conhecimento. Fundamentos Constitucionais. Tratados Internacionais. A legislação ordinária. Colisão de Direitos Fundamentais. Ponderação e razoabilidade. Conflitos judiciais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – Direitos Autorais		
1.1. Fundamentos Constitucionais		
1.2. Os tratados internacionais		
1.3. A legislação ordinária		
UNIDADE II – Direito de Acesso a cultura, informação e conhecimento		
2.1. Fundamentos Constitucionais		
2.2. Os tratados internacionais		

2.3. A legislação ordinária

UNIDADE III – Entre Direitos: dilemas contemporâneos

3.1. Colisão de Direitos Fundamentais

3.2. Ponderação e razoabilidade

3.3. Ação política e construção normativa da solução

3.4. Os conflitos no judiciário

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRAU-KUNTZ Karin. A quem pertence conhecimento e cultura? Uma reflexão sobre o discurso de legitimação do direito de autor. Liinc em Revista, v. 7, n. 2. 2011. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/437/324>

SOUZA, Allan Rocha de. *A função social dos direitos autorais*. Campos, RJ: Editora da Faculdade de Direito de Campos, 2006.

SOUZA, Allan Rocha de. Direitos Autorais e Acesso à Cultura. Liinc em Revista, v. 7, n. 2. 2011. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/438>

SOUZA, Allan Rocha de. *Direitos Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José de Oliveira. O direito de autor no ciberespaço. In: *Direito da internet e da sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto. *Contornos atuais do direito de autor*. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GEIGER, Christophe. Copyright and free access to information: for a fair balance of interests in a globalised world. In: *European Intellectual Property Review*, vol. 28, n. 7, Londres: Sweet & Maxwell, 2006

SOUZA, Allan Rocha de. Dilemas da Legislação Autoral no Brasil. In: CASTRO, Ana Célia; POSSAS, Cristina de Albuquerque; GODINHO, Manoel Mira. (Org.). *Propriedade intelectual nos Países de Língua Portuguesa: temas e perspectivas*. 1ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2011, v. 1, p. 211-230.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

CRÉDITOS: 02

DIREITO DIGITAL

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:

TR 108 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Contextualizar o aluno a respeito dos reflexos da revolução digital nos diversos setores do Direito Privado, fornecendo o instrumental teórico e prático para a solução dos problemas advindos das relações contratuais contemporâneas celebradas na internet.

EMENTA: O tráfego jurídico na internet. Documento eletrônico. Firma digital. Comércio eletrônico. Formação dos contratos eletrônicos. Direitos do consumidor e internet. Responsabilidade civil por acidentes de consumo na internet. Direitos Pessoais na Internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Aspectos Jurídicos da revolução digital.

- 1.1. O tráfego jurídico na internet.
- 1.2. As espécies de provedores.
- 1.3. Documento eletrônico.
- 1.4. Firma digital.

UNIDADE II – Comércio eletrônico.

- ## 2.1. Formação dos contratos eletrônicos.

2.2. Comércio eletrônico coletivo.

2.3. A proteção contratual e os provedores de intermediação.

UNIDADE III – Direitos do consumidor e internet.

3.1. Proteção contratual no consumidor na internet.

3.2. Responsabilidade civil por acidentes de consumo na internet.

UNIDADE IV – A proteção da pessoa humana na Internet.

4.1. A tutela dos dados pessoais e da privacidade no ambiente eletrônico.

4.2. Responsabilidade civil pelo uso de perfis falsos na internet.

4.3. Responsabilidade civil e redes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEONARDI, Marcel. *Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.

MARTINS, Guilherme Magalhães. *Responsabilidade civil por acidentes de consumo na internet*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SCHREIBER, Anderson. *Twitter, Orkut e Facebook – Considerações sobre a responsabilidade civil por danos decorrentes de perfis falsos nas redes sociais*. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (coords.). *Diálogos sobre direito civil – volume III*. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEONARDI, Marcel. Responsabilidade civil pela violação do sigilo e privacidade na Internet. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da; SANTOS, Manoel J. Pereira dos (coord.). *Responsabilidade civil na Internet e nos demais meios de comunicação*. São Paulo: Saraiva, 2007.

LORENZETTI, Ricardo L.. *Comércio eletrônico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima. *Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor: um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti. A tutela do consumidor nas redes sociais virtuais – Responsabilidade civil por acidentes de consumo na sociedade da informação. In *Revista de Direito do Consumidor*, ano 20, vol. 78, São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun., 2011.

MODENESI, Pedro. Comércio eletrônico e a tutela do *ciberconsumidor*. In: *Revista Trimestral de*

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO e EDUCAÇÃO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	nenhum
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Proporcionar um estudo amplo sobre a legislação educacional brasileira, bem como a verificação da efetivação quanto ao implemento de leis em face da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 com o consequente desenvolvimento de análise críticas sobre a Função social da educação; o Direito à Educação, cidadania, diversidade e à diferença; tecer análises sobre a organização e a legislação da educação brasileira, lato sensu, sob os aspectos históricos, políticos e sociais; verificar o financiamento da educação, sua gestão e projetos pedagógicos.		
EMENTA: Noções Gerais sobre História da Educação no Brasil. Noções Gerais sobre Filosofia da Educação. Princípios Gerais. Políticas Públicas e Gestão Educacional.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I Noções Gerais sobre História da Educação no Brasil		
1. Período Colonial		
2. Período Imperial		
3. República Velha		
4. Nova República		

UNIDADE II Noções Gerais sobre Filosofia da Educação

1. Antiga
2. Medieval
3. Moderna
4. Contemporânea

UNIDADE III Princípios Gerais

1. Função Social
2. Cidadania
3. Dignidade da Pessoa Humana
4. Igualdade

UNIDADE IV Políticas Públicas e Gestão Educacional

1. Noções Gerais sobre Políticas Públicas
2. Gestão Educacional e Lei de Orçamentos e Finanças
3. Repartição de Receita para Educação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB dez anos depois - reinterpretação sob diversos olhares**. 10ª edição. São Paulo: Cortez editora, 2007.

PAULO, Vicente & ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 9ª edição.

Rio de Janeiro: editora Método, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13ª edição. São Paulo: Cortez editora, 2012.

HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (orgs). **Políticas Públicas e**

Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: editora UNB, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério e LORIERI, Marcos Antonio (orgs). **Perspectivas da Filosofia da Educação**. 1ª edição. São Paulo: editora Cortez, 2011.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 35ª edição. São Paulo: editora ora

Malheiros, 2012.

TEIXEIRA, A. **Educação é um Direito**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO E HISTORICIDADE	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Estabelecer relações entre o Direito e a História, demonstrando a historicidade das normas e institutos jurídicos, permitindo a percepção e compreensão da relatividade temporal dos direitos, suas relações com os princípios políticos e filosóficos de seu tempo e o processo de construção social das normas.		
EMENTA: Direito Romano e a invenção do direito moderno. Racionalismo e Modernidade Jurídica. Liberdade e propriedade. Liberalismo e naturalização da propriedade. Família e relações sociais. Justiça e advogados no século XIX. As leis e os direitos. A construção social da norma. Embates políticos e jurídicos: a luta pelos direitos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – Direito Romano e Modernidade Jurídica		
1.1. O Resgate do Direito Romano		
1.2. Fundamentos Políticos e Sociais do Direito Moderno		
1.3. Racionalismo, iluminismo e a Modernidade Jurídica		
UNIDADE II – Liberdade e Propriedade		
2.1. Liberalismo e naturalização da propriedade		

2.2. A Liberdade e a autonomia contratual

2.3. Família e Relações Pessoais

UNIDADE III – Justiça, Normas e Direitos

3.1. Justiça, advogados e juízes.

3.2. As leis e os direitos.

3.3. A construção social da norma.

3.4. Embates políticos e jurídicos: a luta pelos direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do Código Civil Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. A imaginação legal nos primórdios da Era Moderna. In: Novos Estudos, São Paulo, Cebrap, n. 59, mar., 2001.

MOTTA, Márcia Nas Fronteiras do Poder: Conflitos e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. Era dos direitos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson. Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.

REALE, Miguel. Horizontes do direito e da história. 2 ed., Rio de Janeiro: Saraiva, 1977.

PENA, Eduardo Spiller – Pajens da Casa Imperial Campinas, UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Eduard. Costumes em Comum. São Paulo, Companhia da Letras, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

DIREITO INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 152 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais: Introduzir o estudo do Direito da Integração. Estudar iniciativas regionais de integração como União Européia e MERCOSUL.

Específicos: Observar a evolução do regionalismo na esfera internacional, suas características, perspectivas e sua interação com o multilateralismo.

EMENTA: Estudo do regionalismo com enfoque específico no direito da integração à luz, principalmente, das experiências regionais do MERCOSUL e da União Européia e de sua inserção no direito internacional geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. As transformações no Direito Internacional Econômico: os conflitos de concepção.
2. Conflitos de interesse e os modelos alternativos de cooperação econômica.
3. Integração, cooperação e integração comercial internacional.
4. Os Acordos Regionais de Comércio e os Artigos XXIV do GATT e V dos GATS.
5. Regionalismo versus Multilateralismo.
6. Antecedentes do MERCOSUL: (i) ALALC; (ii) ALADI; (iii) crises, resultados e perspectivas do processo de integração na América Latina; e (iv) situação geoestratégica da América Latina.

7. MERCOSUL: (i) estrutura orgânica; (ii) personalidade jurídica e sistema de tomada de decisões; (iii) fontes jurídicas do direito da integração no âmbito do MERCOSUL; (iv) aplicação interna das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL; e (v) sistema de solução de controvérsias.
8. A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).
9. NAFTA: (i) objetivos e significado da zona de livre comércio ampliada; (ii) estrutura orgânica; (iii) sistema de tomada de decisões; (iv) fontes jurídicas do NAFTA. e (v) sistema de solução de controvérsias.
10. União Européia: Antecedentes históricos; Estrutura orgânica; Personalidade jurídica e sistema de tomada de decisões; Fontes jurídicas do direito da integração no âmbito da União Européia; O processo legislativo, a aplicação interna das normas emanadas dos órgãos da União Européia e o sistema de solução de controvérsias. O Tratado de Lisboa e a nova conformação institucional da União Européia.
11. O Brasil e o MERCOSUL e a estratégia alternativa dos Acordos Bilaterais;
12. Novos temas: investimentos, serviços, propriedade intelectual, concorrência e meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ACCIOLY, Elizabeth. **MERCOSUL e União Européia - Estrutura Jurídico-Institucional**. 3ªed. Curitiba: Juruá, 2003.
- CASELLA, Paulo Borba. (Coord.). **Direito de integração**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito institucional e material do MERCOSUL**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CORRÊA, Luiz Fernando Nigro. **O MERCOSUL e a OMC: regionalismo e multilateralismo**. São Paulo: Ltr, 2001.
- LOBO, Maria Teresa Cárcomo. **Manual de direito comunitário**. Rio de Janeiro: Juruá, 2004.
- SOARES, Guido Fernando Silva. **A compatibilização da ALADI e do MERCOSUL com o GATT**. In: São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE. v. 9, nº 1, jan-mar, 1995.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

**DIREITO INTERNACIONAL DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL**

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 152 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Proporcionar um estudo amplo sobre a legislação internacional sobre a matéria, bem como a verificação da efetivação em face da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e sua internalização e correspondência com a legislação nacional.

EMENTA: Introdução ao Direito Internacional. Organismos internacionais na esfera da Propriedade Intelectual. A internacionalização da Propriedade Intelectual. A Propriedade Intelectual na OMC. A importância dos tratados internacionais – As principais convenções. O acordo do TRIPS. A interação da Lei 9279/96 e da Lei Autoral com os atos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Os tratados Internacionais e o Ordenamento Jurídico Brasileiro

- 1.1. Normas e Tratados Internacionais
- 1.2. Constituição Federal e Tratados Internacionais
- 1.3. Os tratados Internacionais no Ordenamento Jurídico Brasileiro

UNIDADE II – Organismos Internacionais e Propriedade Intelectual

- ## 2.1. A Organização Mundial de Propriedade Intelectual
- ## 2.2. A UNESCO

2.3. A Organização Mundial de Saúde

2.4. A Organização Mundial do Comércio

UNIDADE III – Os Tratados Internacionais de Propriedade Intelectual

3.1. TRIPS

3.2. Convenção de Berna, Convenção de Roma, WCT, WTTP

3.3. Convenção de Paris, Tratado de Madrid, Convenção da Biodiversidade

3.4. Outros tratados

UNIDADE IV – Os Tratados e a Legislação Nacional de Propriedade Intelectual

4.1. TRIPS e as leis de propriedade industrial

4.2. TRIPS e as leis de Direitos Autorais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASSO, Maristela. Propriedade intelectual na Era Pós-OMC. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

BARBOSA, Denis Borges. Direito Internacional da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

CASTRO, Ana Célia; POSSAS, Cristina de Albuquerque; GODINHO, Manoel Mira. (Org.). Propriedade intelectual nos Países de Língua Portuguesa: temas e perspectivas. 1ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Denis Borges. Propriedade intelectual: a aplicação do Acordo TRIPS. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

BARBOSA, Denis Borges. A propriedade intelectual no século XXI. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2ª Edição, 2003.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. *Manual de direito da propriedade intelectual*. São Paulo: Evocati, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	TR 152 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas que compõem o Direito Internacional do Comércio. Específicos: Debater o contexto econômico internacional em que se insere o direito internacional econômico. Analisar as fontes e a natureza do direito internacional econômico, bem como as regras e os princípios básicos das relações comerciais e econômicas internacionais e interestatais. Examinar o papel das regras do GATT e de seus acordos na formação da ordem econômica internacional. Estudar a OMC, seus acordos, suas regras, a complexidade de seus temas, bem assim seu mecanismo de solução de controvérsias.		
EMENTA: Aspectos Introdutórios à Disciplina. Relações Financeiras e Comerciais Internacionais. Os Contratos internacionais do comércio. Cláusulas dos Contratos Internacionais do Comércio. Execução dos Contratos Internacionais do Comércio.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		

1. O Sistema Econômico Internacional. Sociedade Internacional Econômica e a Ordem Econômica Internacional.
2. Direito Internacional Econômico: natureza, fontes, sanções e esquemas coercitivos.
3. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (“GATT”) e os princípios básicos do comércio internacional.
4. O desenvolvimento do GATT até a Rodada Uruguai.
5. Conceitos básicos do regime jurídico estabelecido por meio do GATT.
6. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (“UNCTAD”). O Sistema Geral de Preferências.
7. OMC
8. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (“General Agreement on Trade in Services” – “GATS”).
9. O Comércio dos Direitos da Propriedade Intelectual (“Trade Related Intellectual Property Rights” – (“TRIPS”).
10. O Órgão de Solução de Controvérsias (“OSC”).
11. Acordos de Integração Regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASELLA, Paulo B; MERCADANTE. Araminta de Azevedo, coord. **Guerra Comercial ou Integração**

Mundial pelo Comércio?: a OMC e o Brasil. São Paulo: LTr, 1998.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito Internacional do Comércio.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

STRENGER, Irineu. **Contratos Internacionais do Comércio.** 4.ed. São Paulo: LTr, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. A Solução de Controvérsias na OMC. São Paulo: Atlas, 2008.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos internacionais: uma visão teórica e prática.** São Paulo: Saraiva, 1994.

BASSO, Maristela. **Contratos internacionais do comércio.** 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

STRENGER, Irineu. **Direito do Comércio Internacional e Lex Mercatoria**. São Paulo: LTr, 1996.

THORSTENSEN, Vera; JUNK, Marcos S. (orgs). **Brasil e os grandes temas do Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras: 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 152 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais: Estudar o Direito Internacional dos Direitos Humanos, a partir de seus diplomas normativos internacionais e da prática jurisdicional.

Específicos: Abordar o modo pelo qual o Direito Brasileiro incorpora os tratados internacionais

de proteção dos direitos humanos. Observar o impacto jurídico desses tratados. Analisar o modo de execução no Brasil das decisões internacionais de direitos humanos, em especial as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Debater as perspectivas críticas e contemporâneas sobre os direitos humanos e sobre o uso de seu discurso.

EMENTA: Direito Internacional dos Direitos Humanos: conceito, recepção na Constituição Brasileira. Mecanismos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A proteção internacional dos direitos humanos. Antecedentes e evolução. O papel das Nações Unidas: a Declaração Universal dos Direitos do Homem como fonte costumeira do Direito Internacional dos Direitos Humanos; a aprovação e a natureza jurídica dos Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A construção dos

sistemas regionais.

2. As grandes conferências consagradas ao tema dos direitos humanos. Análise desses documentos. A especificidade dos tratados de direitos humanos. O caráter objetivo dessas convenções. Interpretação dos tratados de direitos humanos. Soberania, universalidade dos direitos humanos e relativismo cultural.

3. O Indivíduo como sujeito do Direito Internacional: quadro evolutivo e conceitual. O acesso às Cortes internacionais: a Corte Internacional de Justiça e o instituto da proteção diplomática; a evolução do acesso direto do indivíduo às Cortes de Direitos Humanos; o sistema europeu e os avanços no sistema interamericano.

4. O sistema europeu de proteção dos direitos humanos. A Corte Européia, seu processo e sua jurisprudência. O sistema africano.

5. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: quadro histórico e evolução. A OEA e os direitos humanos. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A Corte Interamericana: de Direitos Humanos – CIDH: composição, competência, estatuto, regulamento e natureza jurídica. O processo na CIDH. A construção jurisprudencial. A sentença da CIDH e o cumprimento desta pelos Estados americanos que aceitam a competência contenciosa da Corte. Medidas provisórias. A competência consultiva da CIDH.

6. Aproximação e convergências entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados.

A questão dos direitos humanos no Brasil. A proteção constitucional e a posição jurisprudencial brasileira diante dos compromissos internacionais assumidos pelo país em matéria de direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, André Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Proteção internacional dos direitos humanos no Brasil**. 2ª ed. Brasília: Ed . UnB, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. ***A Era dos Direitos***. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

PIOVESAN, Flávia. ***Temas de Direitos Humanos***. São Paulo: Max Limonad, 1998.

RAMOS, André de Carvalho. ***Direitos Humanos em Juízo***. São Paulo: Max Limonad, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. ***Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos***. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 3 v. (v. I – 1997, II – 1999, III – 2003).

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO INTERNACIONAL	Pré requisito: TR 152 P
CRÉDITOS: 02	PRIVADO CONTEMPORÂNEO	
	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Gerais: Aprofundar o estudo de temas sensíveis ao Direito Internacional Privado na atualidade e abordar temáticas relevantes na sociedade internacional contemporânea.		
Específicos:		
a) Ministrare conhecimentos específicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de Direito Internacional Privado;		
b) Fornecer estudos aprofundados sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal;		
c) Abordar os limites atuais da jurisdição brasileira na ordem jurídica internacional e propor questionamentos acerca do tema;		
EMENTA: Aspectos jurídicos aprofundados do Direito Internacional Privado contemporâneo. Conflitos de lei e de jurisdição em matéria de capacidade, atos jurídicos, bens, direitos reais,		

direito de família e sucessões. Doutrina das Qualidades. Aplicação do Direito Estrangeiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução às questões contemporâneas do Direito Internacional Privado
2. O âmbito do Direito Internacional Privado: os problemas jurídicos decorrentes das relações jurídicas com elementos estrangeiros e a multiplicação dessas questões na atualidade.
3. O Direito Internacional Privado e as disciplinas afins na atualidade.
4. Fontes do Direito Internacional Privado contemporâneo.
5. Estudo de casos práticos do direito internacional privado nos tribunais nacionais.
6. Estudo de casos práticos do direito internacional privado nos tribunais estrangeiros.
7. A ordem pública do direito internacional privado, os direitos humanos e a constituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Nadia de. *Direito Internacional Privado – Teoria e Prática Brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.

STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado**. 5.ed. São Paulo, LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Amílcar. **Direito Internacional Privado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada*. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

DOLINGER, Jacob. **Direito Civil Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. **Vade-Mecum de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito internacional privado**. 3v. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO INTERNACIONAL	Pré requisito: TR 152 P
CRÉDITOS: 02	PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	
	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA:		
Gerais: Capacitar o aluno à compreensão das características e dos pressupostos contemporâneos do Direito Internacional Público e aprofundar o estudo de seus temas sensíveis na atualidade.		
Específicos: Ministrare conhecimentos aprofundados sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional. Fornecer os elementos de análise e compreensão que possibilitem ao aluno resolver problemas de repercussão internacional, de acordo com o direito positivo pátrio e tratados internacionais pertinentes.		
EMENTA: O Direito Internacional Público atual; Unidade e Fragmentação do Direito Internacional; Multiplicidade de Fontes no Direito Internacional atual e conflito; O novo conceito de soberania.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
1. Desenvolvimento histórico, fundamento e fontes do Direito Internacional Contemporâneo.		
2. Desafios e Perspectivas do Direito Internacional Público atual.		
3. Povo, território e Soberania: Os Elementos do Estado e as novas perspectivas do DIN.		
4. Outros sujeitos de DIN e a multipliicidade de órgãos jurisdicionais transnacionais.		
5. Ser humano como sujeito de DIN.		

6. O Direito Internacional dos Direitos Humanos na atualidade e seus críticos.
7. Proteção internacional do meio ambiente e o novo direito internacional.
8. Solução de controvérsias e guerra no Direito Internacional: a legalidade e as Nações Unidas.
9. Direito internacional entre regionalismo e universalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, Hildebrando, NASCIMENTO E SILVA, G. E. do, CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELLO, Celso D. A. **Direito internacional público**, vols. I-II, 14^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2002.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. **Desafios do Direito Internacional Contemporâneo**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

DALLARI, Pedro B. A. **Constituição e tratados internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, André Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO MARCÁRIO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 108 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Proporcionar um estudo especializado sobre a legislação brasileira e internacional sobre as marcas, bem como a verificação da efetivação quanto ao implemento de leis em face da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 com o consequente desenvolvimento de análise críticas sobre os contornos da proteção e da função social.		
EMENTA: As diversas modalidades de sinais distintivos. As principais distinções das marcas com outros sinais. O sistema de proteção das marcas no âmbito nacional e internacional. As definições, conceitos e tipos de marcas. O <i>trade dress</i> . Os limites da marca registrada. Efeitos do uso da marca. As marcas de alto conhecimento e seu tratamento nacional e internacional. O processo de registro das marcas de indústria e comércio.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – OS SINAIS DISTINTIVOS		
1.1. As diversas modalidades de sinais distintivos		
1.2. As principais diferenças entre as marcas e outros sinais distintivos		
1.3. Definições, conceitos e tipos de marcas.		
1.4. Marcas e outras espécies de propriedade intelectual		

UNIDADE II – O SISTEMA DE PROTEÇÃO DAS MARCAS NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL.

2.1. A Constituição Federal

2.2. Os tratados Internacionais

2.3. A legislação nacional

UNIDADE III – REGISTRO E EFEITOS DA PROTEÇÃO

3.1. O processo de registro das marcas de indústria e comércio.

3.2. As marcas de alto conhecimento e seu tratamento nacional e internacional.

3.3. Efeitos do uso da marca.

3.4. Os limites da marca registrada.

3.5. Licenciamento das marcas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2ª Edição, 2003.

KELLER, Kevim Lane; MACHADO, Marcos. *Gestão estratégica de marcas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006

SCUDELER, Marcelo Augusto. *Do direito das marcas e da propriedade industrial*. Campinas, SP: Servanda Editora, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Carla Eugenia Caldas. *Manual de direito da propriedade intelectual*. São Paulo: Evocati, 2007.

COPETTI, Michelle; *Afinidade entre marca: Uma questão de Direito*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010

CARVALHO, Nuno Pires de. *A estrutura dos Sistemas de Patentes e de Marcas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MORO, Maitê C. F. *Direito das Marcas: abordagem das marcas notórias na Lei 9.279/96 e nos acordos internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR CRÉDITOS: 02	DIREITOS AUTORAIS: PARTE ESPECIAL e DIREITOS CONEXOS Cada Crédito corresponde à 15h/aula	Pré requisito: TR 108 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Apresentar a parte especial dos direitos autorais, introduzindo os conceitos fundamentais para o entendimento e aplicação nos diversos contextos sociais e empresariais, permitindo, com isso, o melhor entendimento das relações jurídicas que decorrem do exercício dos direitos autorais.		
EMENTA: Contratos de Direitos Autorais. Contratos de Edição. Comunicação ao Público. Aplicações setoriais: audiovisual, fotografia, artes visuais. Direitos Conexos. Gestão Coletiva. Sanções e responsabilidade civil.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I – Contratos de Direitos Autorais 1.1 – Princípios contratuais 1.2 – Licença e Cessão 1.3 – Forma, território e Prazo Obras futuras 1.4 – Obras futuras 1.5 – Contratos de Edição 1.6 – Independência entre usos e interpretação contratual		

UNIDADE II – Comunicação ao Público

- 2.1 – A obra teatral e a representação pública
- 2.2 – A obra musical e a execução pública
- 2.3 – A obra audiovisual e a exibição pública
- 2.4 – Locais de frequência coletiva

UNIDADE III – Aplicações setoriais

- 3.1 – Fotografia
- 3.2 – Audiovisual
- 3.3 – Artes Visuais
- 3.4 – Livros e escritos
- 3.5 – Música

UNIDADE IV – Direitos Conexos

- 4.1 – Direitos Autorais e Direitos Conexos
- 4.2 – Titularidade dos direitos conexos
- 4.3 – Conteúdo e exercício dos direitos conexos
- 4.4 - Duração dos direitos conexos

UNIDADE V – Gestão Coletiva

- 5.1 – Fundamentos e justificativas da Gestão Coletiva
- 5.2 – Organização, estrutura e funcionamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)
- 5.3 – O ECAD e o CADE
- 5.4 – O ECAD na jurisprudência

UNIDADE VI – Sanções e responsabilidade civil

- 6.1 – Violações de direitos autorais e sanções jurídicas
- 6.2 – Responsabilidade Civil e os Direitos Autorais
- 6.3 – Responsabilidade Civil sobre direitos autorais na jurisprudência
- 6.4 - Prescrição

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASCENSÃO, José Oliveira. *Direito de Autor e Direitos Conexos*. Lisboa: Coimbra Editora, 1992.

ASCENSÃO, José Oliveira. *Direitos Autorais na Internet*. In *Direito da Internet e da Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto. *Contornos Atuais do Direito do Autor*. 2. ed. Revista, atualizada e ampliada de conformidade com a Lei 9610/98, por Carlos Eduardo Bianca Bittar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de Autor*. 4. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BRANCO JÚNIOR, Sérgio Vieira. *Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BARBOSA, Denis Borges; GRAU-KUNTZ, Karen (Org.). *Ensaio sobre o Direito Imaterial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL		
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS		
	PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS			
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS			
CURSO DE DIREITO			
CÓDIGO: TR	DIREITOS AUTORAIS: PARTE	Pré requisito: TR 108 P	
CRÉDITOS: 02	GERAL Cada Crédito corresponde à 15h/ aula		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA			
Apresentar a parte geral dos direitos autorais, introduzindo os conceitos fundamentais para o entendimento e aplicação nos diversos contextos sociais e empresariais, permitindo, com isso, o aprofundamento posterior no tema.			
EMENTA: Legislação Aplicável. Princípios gerais. Objeto da proteção. Obra protegida. Definições. Autoria e titularidade. Direitos Patrimoniais. Direitos Morais. Domínio Público. Limitações.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
UNIDADE I – Legislação Aplicável			
1.1 – Tratados Internacionais de Direitos Humanos			
1.2 – Tratados Internacionais de Direitos Autorais			
1.3 – Constituição Federal e Direitos Autorais			
1.4 – Lei 9.610/98			
1.5 - Lei 9.609/98			
1.6 – Lei 6.533/78			
UNIDADE II – Princípios de Direitos Autorais			
2.1 – Princípio da Aplicação Nacional			

2.2 – Interpretação e aplicação da legislação especial

2.3 – Interpretação dos negócios Jurídicos

2.4 – Financiamento público de obras autorais

2.5 – Principais definições legais

UNIDADE III – Objeto da Proteção

3.1 – Obras protegidas

3.2 – Obras não protegidas

3.3 – Obras individuais e coletivas

3.4 – Obras simples e compostas

3.5 – Obras originárias e derivadas

UNIDADE IV – Autoria e Titularidade

4.1 – Autoria e Titularidade

4.2 – Autoria individual e co-autoria

4.3 – Titularidade originária e derivada

UNIDADE V – Direitos Morais

5.1 – Fundamentos dos direitos morais de autor

5.2 – Características dos direitos morais de autor

5.3 – Os direitos morais de autor na legislação brasileira

5.4 – Os direitos morais de autor na jurisprudência

UNIDADE VI – Direitos Patrimoniais

6.1 – Fundamentos dos direitos patrimoniais de autor

6.2 – Características dos direitos patrimoniais de autor

6.3 – Os direitos patrimoniais de autor na legislação brasileira

6.4 – Os direitos patrimoniais de autor na jurisprudência

6.5 – Duração dos direitos patrimoniais de autor

UNIDADE VII – Domínio Público

7.1 – Fundamentos do Domínio Publico

7.2 – Características do Domínio Publico

7.3 – Obras em Domínio Público e dever do Estado

UNIDADE VIII – Limitações aos Direitos Autorais

8.1 – Fundamentos das Limitações aos Direitos Autorais

8.2 – Características das Limitações aos Direitos Autorais

8.3 – As Limitações aos Direitos Autorais na legislação brasileira

8.4 - As Limitações aos Direitos Autorais de autor na jurisprudência

8.5 – Interpretação das Limitações aos Direitos Autorais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASCENSÃO, José Oliveira. *Direito de Autor e Direitos Conexos*. Lisboa: Coimbra Editora, 1992.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de Autor*. 4. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SOUZA, Allan Rocha. *A função social dos direitos autorais*. Campos, RJ: Editora da Faculdade de Direito de Campos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José Oliveira. *Direitos Autorais na Internet*. In *Direito da Internet e da Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto. *Contornos Atuais do Direito do Autor*. 2. ed. Revista, atualizada e ampliada de conformidade com a Lei 9610/98, por Carlos Eduardo Bianca Bittar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

CARBONI, Guilherme. *Função social do direito de autor*. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

FOULCAULT, Michael. O que é um autor?. In: Manoel Barros da Motta (Org.). *Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GEIGER, Christophe. Constitutionalising intellectual property law? The influence of fundamental rights on intellectual property in the European Union. In: *International Review of Intellectual Property and Competition Law*, vol. 37, n. 4, Munique, Alemanha: Max Planck Institute for Intellectual Property, Competition and Tax Law, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

CRÉDITOS: 02

DIREITOS CULTURAIS

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:

TR 108 P - TR 122 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Introduzir o tema dos direitos culturais, apresentando seu desenvolvimento histórico legislativo e social, suas justificativas e fundamentos, suas relações com os demais direitos fundamentais e normas jurídicas, em especial as afeitas á propriedade intelectual, permitindo, ao final, a contextualização do tema em suas várias perspectivas.

EMENTA: Cultura e Sociedade. As ciências da cultura e sua delimitação conceitual. Arte e cultura. Tecnologia e transformação social. Cultura e identidade na sociedade contemporânea. Cultura no Ordenamento Jurídico. Justificativas dos direitos culturais. Os direitos culturais como direitos fundamentais. Os direitos culturais no Brasil. A efetividade dos direitos culturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – CULTURA E SOCIEDADE

- 1.1. As ciências da cultura e sua delimitação conceitual
- 1.2. Arte e cultura
- 1.3. Tecnologia e transformação social
- 1.4. Cultura e identidade na sociedade contemporânea

UNIDADE II – CULTURA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

- 2.1. A Constituição e a regulação da cultura
- 2.2. Os direitos culturais no plano internacional
- 2.3. Fundamentos legislativos infra-constitucionais

UNIDADE III – OS DIREITOS CULTURAIS

- 3.1. Justificativas dos direitos culturais
- 3.2. Os direitos culturais como direitos fundamentais
- 3.3. Os direitos culturais no Brasil
- 3.4. A efetividade dos direitos culturais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUZA, Allan Rocha. Direitos Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

SILVA, José Afonso da. Ordenação constitucional da cultura. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, Vasco Pereira. A cultura a que tenho direito. Coimbra: Almedina, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALABRE, L. Políticas Culturais: diálogos e tendências. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

CHAUÍ, M. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

HABERLE, Peter. Constituição e cultura: o direito ao feriado como elemento de identidade cultural do Estado Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

PONTIER, Jean-Marie; RICCI, Jean-Claude; BOURDON, Jacques. Droit de La culture. Paris: Dalloz, 1990.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

DIREITOS DA PERSONALIDADE
Cada Crédito corresponde à 15h/
aula

Pré requisito:
TR 108 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- ☐ Relacionar o direito civil-constitucional com a proteção normativa dos direitos da personalidade;
- ☐ Identificar e criticar as previsões e/ou omissões normativas sobre a matéria, bem como sobre suas características;
- ☐ Estudar os direitos da personalidade em espécie, principalmente por meio de questões cotidianas, e as discussões teóricas e práticas a eles pertinentes;

EMENTA: A mudança axiológica operada pela Constituição de 1988 na interpretação e aplicação do Direito evidenciou a dimensão existencial das relações humanas, colocando fim à supremacia do patrimonialismo. Aspectos relacionados ao modo de ser da pessoa humana, tais como seu nome, imagem, vida privada e autonomia corporal passaram a exigir adequada tutela, sobretudo por envolverem conflitos de interesses de igual natureza. A Constituição Federal, o Código Civil e leis extravagantes apresentam as diretrizes básicas mediante as quais os direitos da personalidade podem ser regulados, sem apresentar soluções estanques, em coerência com os mais atuais entendimentos sobre a sistemática jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Fundamentação histórico-evolutiva para a proteção normativa.

2.1 – Metodologia civil-constitucional

2.2 – Tutela normativa constitucional e infraconstitucional

2.3 – Características dos direitos da personalidade.

UNIDADE II – Tutela processual e suas consequências.

UNIDADE III – Técnica da ponderação de interesses.

UNIDADE IV – Vida.

UNIDADE V – Integridade psíco-física.

UNIDADE VI – Direito ao corpo.

UNIDADE VII – Cláusula de liberdade.

7.1 – Consentimento informado.

UNIDADE VIII – Tratamento médico de risco e sem risco.

UNIDADE IX – Identidade.

10.1 – Acesso à ascendência biológica.

UNIDADE X – Proteção jurídica do nome.

UNIDADE XI – Imagem e honra.

UNIDADE XI – Privacidade e intimidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de personalidade e sua tutela*. São Paulo: RT, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUPIS, Adriano de. *Os direitos da personalidade*. Campinas: Romana Jurídica, 2004.

VENCELAU, Rose Melo. *Autonomia privada e dignidade humana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

DIVERSIDADE HUMANA E NOVOS

DIREITOS NO BRASIL

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:

TR 104 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais: Serão abordados conteúdos da antropologia e da filosofia política que possibilitem aos operadores do Direito uma argumentação consistente na interpretação e na aplicação de novos direitos relacionados à diversidade humana existente no Brasil.

Específicos: Analisar-se-á de maneira comparativa determinados princípios jurídicos e contribuições teóricas das ciências sociais, em especial da antropologia, que fundamentam novas concepções de justiça necessárias à regulação de direitos relacionados a: bioética, diversidade sociocultural, autoatribuição de identidades, afirmação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e novas configurações familiares.

EMENTA: Relativismo e etnocentrismo. A questão pós colonial. Direitos comunais e culturais no contexto da discussão sobre justiça. Dignidade humana e reconhecimento de identidades coletivas. Políticas públicas e ações afirmativas. Bioética e a judicialização da moral e do sentimentos. Fronteiras do direito de família, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I. Fundamentação teórica sobre diversidade humana e o Direito

o relativismo e o anti-relativismo

universalismo normativo

estudos pós coloniais e multiculturalismo

democracia e saber local

II. Direito à Diferença

políticas e ações afirmativas

autorreconhecimento e autoatribuição identitária

direitos comunitários e comunitarismo

direitos humanos e direitos à diversidade cultural

III. Novas concepções de justiça e o reconhecimento identitário

justiça distributiva e justiça de reconhecimento

dimensão simbólica e moral do direito

IV. Judicialização das relações sociais e antropologia das moralidades

Bioética

Direitos sexuais e direitos reprodutivos

Novas configurações familiares

Bibliografia Básica:

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. Lua Nova, São Paulo, n. 70, 2007.

GEERTZ, Clifford. "Os Usos da Diversidade" In *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro.

Jorge Zahar

Editor, 2001, p.68-95.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de – "A Dimensão Simbólica dos Direitos e a Análise de Conflitos" In

Revista de Antropologia 53(2), *Dossiê Antropologia do Direito*, 2010, p. 451-473.

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

HALL, Stuart. "A questão multicultural", In *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*.

Belo Horizonte:

UFMG 2003.

VIANNA, A. R. B. ; LACERDA, Paula. Uniões Homoafetivas e Homofobia. *O Social em Questão*, v. 20, p.

45-60, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

CRÉDITOS: 02

FENOMENOLOGIA E DIREITO
Cada Crédito corresponde à 15h/
aula

Pré requisito:
nenhum

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Traçar uma metodologia da compreensão do homem sob o prisma da pós modernidade e promover estudos sobre a Fenomenologia e Direito através de seus fundamentos jurídicos para proporcionar ao discente condições de elaborar críticas fundamentadas e justificadas entrelaçando os diversos saberes através da interdisciplinaridade.

EMENTA: O Que é Fenomenologia. A Ideia da Fenomenologia. Fenomenologia e Direito. Estudos sobre Edmund Husserl.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

10 Que é Fenomenologia

1. Mapeamento do Tema
2. Crítica às Ciências
3. Ontologia, Existência e Conversão à Ética

II A Ideia da Fenomenologia

1. Ciência Natural
2. Crítica ao Conhecimento
3. Gnoseologia

III Fenomenologia e Direito

1. Naturalismo e Psicologismo
2. Fenomenologia como Método de Descrição das Essências
3. Essência e Fundamentos do Direito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DARTIGUES, André. **O Que é Fenomenologia**. São Paulo: Centauro editora, 2004.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Fenomenologia e Direito**. Coleção Primeiros Passos na Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2005.

_____ (org). **Fenomenologia e Direito**. Cadernos da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região:. Rio de Janeiro, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Fenomenologia Confrontos e Avanços**. São Paulo: Cortez editora, 2000.

BELLO, Angela Alles. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Edusc, 2006.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. 8ª edição. Lisboa (Portugal): Livraria e editora Almedina, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

HERMENÊUTICA JURÍDICA E
TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
nenhum

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Oferecer instrumentos conceituais a partir dos quais o aluno possa lidar de maneira mais crítica e criativa com o conhecimento fornecido nas disciplinas dogmáticas.

Proporcionar ao aluno um conhecimento da linguagem e do raciocínio utilizados pelo profissional do direito.

Fornecer ferramentas de interpretação e integração do direito que possam orientar o aluno na resolução de problemas práticos do mundo jurídico.

EMENTA: Direito e Linguagem. Lógica Jurídica. Raciocínios apodícticos e raciocínios dialéticos. Lógica formal e lógica material. Lógica Jurídica. Métodos Hermenêuticos. Tipos de Interpretação. O problema das lacunas do ordenamento jurídico. Modos de integração do direito. Demonstração e Argumentação. Tópica. Argumentos Jurídicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – DIREITO E LINGUAGEM

UNIDADE II – LÓGICA JURÍDICA

2.1 – Raciocínios Apodícticos e Raciocínios Dialéticos

2.2 – Lógica Formal e Lógica Material

2.3 – Lógica Jurídica

UNIDADE III – HERMENÊUTICA JURÍDICA

3.1 – Métodos Hermenêuticos

3.1.1 – Interpretação gramatical, lógica e sistemática

3.1.2 – Interpretação histórica e sociológica

3.1.3 – Interpretação teleológica e axiológica

3.2 – Tipos de Interpretação

3.2.1 – Interpretação especificadora

3.2.2 – Interpretação restritiva

3.2.3 – Interpretação extensiva

UNIDADE IV – MODOS DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO

4.1 – A completude do ordenamento jurídico e o problema das lacunas

4.2 – Lacunas reais e lacunas ideológicas

4.3 – Instrumentos quase-lógicos: analogia, indução amplificadora e interpretação extensiva

4.4 – Instrumentos institucionais: costumes, princípios gerais de direito e equidade

4.5 – Limites à integração

UNIDADE V – TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

5.1 – Demonstração e argumentação

5.2 – Tópica

5.3 – Argumentos Jurídicos

5.3.1 – Argumento *ab absurdo*

5.3.2 – Argumento *ab auctoritate*

5.3.3 – Argumento *a contrario sensu*

5.3.4 – Argumento *ad hominem*

5.3.5 – Argumento *ad rem*

5.3.6 – Argumento *a fortiori*

5.3.7 – Argumento *a maiori ad minus*

5.3.8 – Argumento *a minori ad maius*

5.3.9 – Argumento *a pari* ou *a simili*

5.3.10 – Argumento *a posteriori*

5.3.11 – Argumento *a priori*

5.3.12 – Argumento silogístico ou entimema

5.3.13 – Argumento exemplar ou *exempla*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** Técnica, Decisão, Dominação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PERELMAN, Chaim. **Lógica Jurídica.** Trad. Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito.** Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico.** Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: UNB, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27^a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	INTRODUÇÃO AOS DIREITOS	Pré requisito: TR 108 P
CRÉDITOS: 02	AUTORAIS Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Introduzir o tema dos direitos autorais, apresentando seu desenvolvimento histórico legislativo e social, os impactos econômicos da regulamentação, os efeitos da tecnologia sobre a proteção, a legislação aplicável, permitindo, ao final, a contextualização do tema em suas várias perspectivas.		
EMENTA: Desenvolvimento legislativo dos direitos autorais. Legislação aplicável. Aspectos histórico-sociais do desenvolvimento da proteção autoral. A economia da cultura e os direitos autorais. Os efeitos econômicos da regulamentação jurídica dos direitos autorais. Teorias e justificativas dos direitos autorais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – História dos Direitos Autorais		
1.1 – Roma e Antiguidade		
1.2 – Idade Média		
1.3 – Renascença e os Privilégios		
1.4 – Modernidade: França		
1.5 – Modernidade: Inglaterra		
1.6 – Brasil: do Império à República		
UNIDADE II – Direitos Autorais e Economia da Cultura		
2.1 – Direito e Economia		

2.2 – A indústria cultural e a construção dos direitos autorais

2.3 – Direitos Autorais e Economia da Cultura

UNIDADE III – Teorias e Justificativas dos Direitos Autorais

3.1 – Justificativas dos Direitos Autorais

3.2 – Teorias de Direitos Autorais

UNIDADE IV – Legislação Aplicável

4.1 – A Constituição e os Direitos Autorais

4.2 – Os tratados internacionais e os Direitos Autorais

4.3 – Legislação aplicável aos direitos autorais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASCENSÃO, José Oliveira. *Direito de Autor e Direitos Conexos*. Lisboa: Coimbra Editora, 1992.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de Autor*. 4. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SOUZA, Allan Rocha de . Etapas iniciais da proteção jurídica dos direitos autorais no Brasil.

Justiça & História, v. 6, p. 136-186, 2007. Disponível em

http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol6n11/Justica&HistoriaVOL6NUM11_06%20Allan_Rocha_Souza.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José Oliveira. *Direitos Autorais na Internet*. In *Direito da Internet e da Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BITTAR, Carlos Alberto. *Contornos Atuais do Direito do Autor*. 2. ed. Revista, atualizada e ampliada de conformidade com a Lei 9610/98, por Carlos Eduardo Bianca Bittar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

FISCHER, William. *Theories of intellectual property*. Disponível em <http://cyber.law.harvard.edu/people/tfisher/iptheory.pdf>

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 125 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral		
Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de:		
Dominar a dinâmica teórica, técnica e funcional que os institutos relativos aos Juizados Especiais Cíveis Estaduais por certo oferecem.		
Específicos		
Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de:		
Reconhecer os elementos formadores das estruturas do Processo Civil no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais bem como a dinâmica deste em suas várias fases, conjeturando formação e desenvolvimento procedimental sumaríssimo até a devida entrega da prestação jurisdicional.		
Contextualizar de forma coerente a importância da dinâmica das Tutelas Diferenciadas no Sistema Processual Brasileiro bem como os fundamentos práticos a que as mesmo se destinam, dentro da idéia de um processo civil de resultados.		
Desenvolver, de maneira independente, uma visão crítica do Processo e de seus institutos,		

sobretudo no tocante à sua noção teleológica e instrumental.

EMENTA: Direito, Processo e Desenvolvimento. O Processo como instrumento democrático. Processo e contemporaneidade. Reformas Processuais de nossos tempos. Juizados Especiais Cíveis Estaduais – noções gerais. Processo e Cognição nos juizados especiais. Execução nos juizados especiais cíveis estaduais. Disposições finais e relevantes em sede de juizados especiais cíveis estaduais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS – NOÇÕES GERAIS

1. Uma Introdução necessária: Direito, Processo e Desenvolvimento
2. Breve noção e historicidade dos Juizados Especiais
 - 2.1 A atribuição dos Estados na criação dos Juizados Especiais Estaduais
3. Princípios Orientadores
4. Juizados Especiais e sua composição
 - 4.1 O Órgão Judicante
 - 4.2 Juízes leigos e Conciliadores
5. Competência
 - a) Quanto ao valor da causa e das matérias específicas
 - a.1) Matérias excluídas da competência dos Juizados Especiais
 - b) *Quanto às pessoas - Legitimidade*
 - c) *Quanto ao Território – Foro competente*
6. Escolha entre Procedimentos
7. Atos Processuais e sua forma
 - 7.1 Citações e Intimações

UNIDADE II: PROCESSO E COGNIÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

1. O Rito Sumaríssimo e seu desenvolvimento
 - 1.1 Propositura da Ação
 - 1.2 Audiência Conciliatória. Juízo Arbitral
 - 1.3 Instrução e Julgamento
 - 1.4 Resposta do Réu
 - 1.5 Instrução da causa

-Provas Testemunhais

- Provas periciais

- Inspeção Judicial

1.6 Sentença

1.7 Extinção do Processo

1.8 Recursos

1.8.1 Recurso Inominado

- Observações quanto aos Recursos Especial e Extraordinário

1.8.2 Embargos de Declaração

- Observações pertinentes aos “Agravos” em tema de Recursos nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais

1.8.3 Recurso Extraordinário

- Observações relevantes: a Repercussão Geral e a multiplicidade de recursos repetitivos no STF

2. Ação Rescisória e sua inadmissibilidade

UNIDADE III: EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS

1. Introdução

2. Execução de Títulos Judiciais

- Obrigações de Fazer, Não Fazer e Entregar

- Obrigação de Pagar Quantia Certa

- Embargos do Devedor

3. Execução de Títulos Extrajudiciais

4. Acordos Extrajudiciais

UNIDADE IV: DISPOSIÇÕES FINAIS E RELEVANTES EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS

1. As Despesas Processuais no Rito Sumaríssimo

2. Curadorias e Serviço de Assistência Judiciária

3. Disposições finais sobre a Organização dos Juizados Especiais

UNIDADE V : OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS

1.Noções gerais e aplicabilidade

2.Competências

UNIDADE VI: OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

1.Noções gerais e aplicabilidade

2.Competências

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, Ideologias e Sociedade*. Trad. de Elício de Cresce Sobrinho. Vol. I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *O Processo nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSIS, Araken de. *Execução Civil nos Juizados Especiais*. 4 ed. São Paulo: RT, 2006.

CALAMANDREI, Piero. *Studi di Diritto Processuale. Introduzione Allo Studio Sistematico dei Provvedimenti Cautelari*. Padova: Cedam, 1936.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Juizados Especiais da Fazenda Pública*. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. São Paulo: RT, 2006.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Instituições de Direito Processual Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	JUSTIÇA, MÍDIA E OPINIÃO	Pré requisito: TR 104 P
CRÉDITOS: 02	PÚBLICA Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: Refletir sobre a relação entre a cidadania e a configuração socioespacial das cidades brasileiras e de que modo esta expressa e ao mesmo tempo engendra múltiplas territorialidades, desigualdades e formas de segregação social. De modo mais específico pretende-se pensar a atuação do Estado em suas múltiplas instâncias e instrumentos jurídicos para a construção de um espaço público e ampliação da participação social e política de seus habitantes.		
EMENTA: Sociogênese do problema da relação entre a opinião pública e os tribunais. Campo jornalístico e campo jurídico: relações e tensões. Direito e Justiça na “sociedade da informação”. A mídia e a construção social dos fatos jurídicos. Representações mediáticas e processos sociais de construção de leis.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
Unidade 1. Mídia, justiça e opinião pública em perspectiva histórica.		
1.1. Os fenômenos da imprensa de massas e a gênese social da crença na opinião pública.		
1.2. Abordagem das representações sobre o conflito entre a opinião pública e a ação da justiça.		
Unidade 2. Mídia, justiça e opinião pública na sociedade contemporânea.		

- 2.1. O jornalista do judiciário. Diversos aspectos que contribuem na constituição de um jornalista especializado.
- 2.2. A mediação da justiça. Efeitos sociais (visibilidade do direito e dos tribunais, etc.).
- 2.3. Relação entre o direito à informação e o direito à proteção das liberdades individuais.
- 2.4. O papel da opinião pública nos processos sociais de produção de leis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, Fábio Martins de. **Mídia e poder judiciário**. A influência dos Órgãos da Mídia no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- LECLERC, Henri; THÉOLLEYRE, Jean-Marc. **As mídias e a justiça. Liberdade de imprensa e respeito ao direito**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Os Tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n 13, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MISSE, Michel. **Acusados e acusadores. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- SCHREIBER, Simone. **A publicidade opressiva de julgamentos criminais**. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2008.
- VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. **Processo penal e mídia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

MARCOS LEGAIS DA ECONOMIA

CRIATIVA

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:

TR 108 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A construção de um ambiente fértil ao desenvolvimento sustentável de uma economia erguida a partir de expressões culturais e bens simbólicos depende de um arranjo sociopolítico que inclui, além de vontade política e organização social propícia, a adequação de determinados marcos legais às necessidades próprias desta economia.

Compreender como o ambiente produtivo-criativo é afetado por estas estruturas jurídicas é fundamental para a promoção e estabelecimento de um sólido sistema econômico de bens simbólicos. Identificar as normas jurídicas que estabelecem o arcabouço jurídico destas atividades e compreender os seus efeitos para o ambiente econômico e criativo são os objetivos desta disciplina.

EMENTA: ECONOMIA CRIATIVA. CONCEITOS. HISTÓRICO. CONTEÚDO MARCOS LEGAIS DA ECONOMIA CRIATIVA. ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA. EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS MARCOS JURÍDICOS DA ECONOMIA CRIATIVA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – ECONOMIA CRIATIVA

- ## 1. Conceitos, histórico e conteúdo

2. Atividades envolvidas
3. Efeitos econômicos
4. Críticas

UNIDADE II – MARCOS LEGAIS da ECONOMIA CRIATIVA

1. A regulamentação jurídica das atividades da economia criativa
2. Normas jurídicas aplicáveis
3. Organização sistêmica e interpretação das normas jurídicas aplicáveis

UNIDADE III – ESTUDOS ECONÔMICOS e SOCIAIS

1. Estudos internacionais
2. Estudos nacionais
3. Estudos estaduais

UNIDADE IV – EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DOS MARCOS JURÍDICOS DA ECONOMIA CRIATIVA

1. Efeitos sociais
2. Efeitos econômicos
3. Impactos regionais e locais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BUAINAIN, Antônio Márcio, Cássia Isabel Costa MENDES, Antônio Braz de Oliveira e SILVA, Sérgio Medeiros Paulino de CARVALHO. *Indústria criativa: direitos de autor e acesso à cultura. Liinc em Revista*, v. 7, n. 2. 2011. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/433>

LEITÃO, Cláudia Sousa, Luciana Lima GUILHERME, Luiz Antônio Gouveia de OLIVEIRA, Raquel Viana GONDIM. *Indústrias criativas: alternativa de desenvolvimento regional*. In LIINC em Revista. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/432>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IBGE. *Indicadores culturais (2005)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. pp 45 a 60. Disponível em

http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/indic_culturais2005.pdf
MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes, ações. 2011. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>
UNCTAD. Creative Industries Report. 2008. Capítulo 5. Disponível em <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9750&intItemID=4494&lang=1&mode=downloads>.
VELLOSO, João Paulo dos Reis. O Brasil e a Economia Criativa: um novo mundo nos trópicos. São Paulo: José Olympio, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	TR 122 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
A disciplina de Políticas Públicas de Cultura se estrutura a partir da crescente importância social, econômica e política do conhecimento e dos bens culturais e da necessidade de articular os saberes de diversas disciplinas para enfrentar e compreender satisfatoriamente os desafios impostos por este novo contexto. Dentre as preocupações centrais da disciplina deve-se ressaltar a compreensão da articulação entre as diferentes esferas e organizações governamentais e não governamentais e entre as diversas instâncias do poder e da sociedade na elaboração, consecução e avaliação das políticas públicas direcionadas à área cultural.		
EMENTA: POLÍTICAS PÚBLICAS. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA. CONCEITOS. HISTÓRICO.		
CONTEÚDO. ESPÉCIES. ARCABOUÇO JURÍDICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: FUNDAMENTOS E LIMITES. ESTRUTURAS DE ELABORAÇÃO: LEGISLATIVA, ADMINISTRATIVA E SOCIAL. CONTEÚDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA. EXECUÇÃO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA. IMPACTOS LOCAIS E REGIONAIS		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

1. Políticas Públicas: conceitos, histórico, conteúdo e espécies
2. Políticas Públicas de Cultura: conceitos, histórico e alcance

UNIDADE II – ARCABOUÇO JURÍDICO das POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

1. Fundamentos Jurídicos
2. Limites Jurídicos à elaboração
3. Limites Jurídicos à execução
4. Efeitos Jurídicos

UNIDADE III – ESTRUTURAS de ELABORAÇÃO das POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

1. Estruturas Legislativas
2. Estruturas Administrativas
3. Estruturas Sociais

UNIDADE IV – CONTEÚDO das POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

1. Elementos estruturais e funcionais
2. Direitos Culturais, Direito da Cultura e Direito à Cultura
3. Conteúdo

UNIDADE V – EXECUÇÃO e EFETIVIDADE das POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

1. Exigibilidade
2. Efetividade
3. Impactos locais e regionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em Direito. In BUCCI, Maria Paula Dallari. *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2006, p. 01-49.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SOUZA, Allan Rocha. *Direitos Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de Governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI,

Maria Paula Dallari. *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2006.

Calabre, L. *Políticas Culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

Chauí, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Durand, J. C. Cultura como objeto de política pública. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, 2001. p. 66-72.

Rubim, A. A. C.; e Barbalho, A. (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	PROTEÇÃO CIVIL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA LEI 8069/90	Pré requisito: TR 194 P
CRÉDITOS: 02	(Estatuto da Criança e do Adolescente) Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Identificar e estudar o princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente;		
Descrever e analisar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, oponíveis tanto em face do Poder Público como na esfera privada;		
Estudar as formas de colocação em família substituta;		
EMENTA: O Estatuto da Criança e do Adolescente objetiva detalhar a doutrina do melhor interesse, cujo fundamento pode ser encontrado no art. 227 da Constituição, em prol do bemestar e da efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. O Estado, a sociedade e a família receberam o encargo de cumprir aquela diretriz, seja através de políticas públicas, de fiscalização ou da colocação do cuidado como dever jurídico. Os conflitos familiares se inserem nesse contexto ao buscar o equacionamento entre o melhor interesse dos menores em situações que envolvem a modificação do poder familiar, da guarda ou a inserção em novo núcleo familiar por meio da adoção.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		

UNIDADE I – Diretrizes constitucionais para proteção jurídica da criança e do adolescente.

UNIDADE II – O princípio do melhor interesse da criança: cláusula geral do art. 227, Constituição.

UNIDADE III – Direitos fundamentais descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90).

UNIDADE IV – A previsão codificada sobre a criança e o adolescente: visão crítica.

UNIDADE V – Família natural.

UNIDADE VI – Colocação em família substituta.

6.1 – Guarda.

6.2. – Tutela

6.3. – Adoção

UNIDADE VII – Medidas de proteção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARACIOLA, Andrea Boari *et. al. Estatuto da criança e do adolescente: estudos em comemoração aos 20 anos.* São Paulo: LTr, 2010.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. *A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira. *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CURY, Munir *et al. Estatuto da criança e do adolescente comentado.* São Paulo: Malheiros, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar.* Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE DIREITOS EXISTENCIAIS	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 194 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Apresentar os fundamentos e princípios da proteção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões e atributos, fornecendo o instrumentário teórico e prático para a solução das emergentes questões relacionadas à titularidade e exercício das situações jurídicas existenciais.		
EMENTA: Direitos da personalidade e direitos fundamentais. Características dos direitos da personalidade. Críticas à concepção monista e pluralista dos chamados direitos da personalidade. As situações jurídicas subjetivas existenciais. A cláusula geral de proteção e promoção da dignidade da pessoa humana. O direito à integridade psicofísica. O direito ao nome e à identidade pessoal. O direito à honra. O direito à imagem. O direito à privacidade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – Direitos da personalidade: evolução e reconhecimento. As teorias monistas e pluralistas. Características. Autolimitação. Intransmissibilidade.		
UNIDADE II – Críticas aos chamados direitos da personalidade. As situações jurídicas subjetivas e seus perfis. Relações e situações jurídicas existenciais. Direito civilconstitucional.		
UNIDADE III – Direito à integridade psicofísica e limites da autonomia corporal:		

casos concretos. Direito à mudança de nome: casos concretos. Direito à identidade pessoal e à honra: casos concretos.

UNIDADE IV – Liberdade de expressão. Direito à imagem. Direito à privacidade. Colisões e ponderação. Casos concretos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

BODIN DE MORAES, Maria Celina; KONDER, Carlos Nelson. *Dilemas de direito civilconstitucional*.

Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

VENCELAU, Rose Melo. *Dignidade humana e autonomia privada*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*, 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

CUPIS, Adriano de. *Os direitos da personalidade*, trad. de Afonso Celso Furtado Rezende, Campinas: Romana, 2004.

DONEDA, Danilo. Os Direitos da Personalidade no novo Código Civil, in TEPEDINO, Gustavo, *Parte Geral do Novo Código Civil*, Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 35-58.

MORAES, Maria Celina Bodin, Ampliando os direitos da personalidade, in *Na Medida da Pessoa Humana*, Rio de Janeiro: Renovar, 2009, pp. 121-148.

SCHREIBER, Anderson, Os Direitos da Personalidade no Código Civil de 2002, in FACNIN, Luis Edson; TEPEDINO, Gustavo, *Diálogos sobre Direito Civil*, v. 2, Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pp. 231-264.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos da personalidade e sua tutela*, 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TEPEDINO, Gustavo, A Tutela da Personalidade no Ordenamento Civil-Constitucional Brasileiro, in *Temas de Direito Civil*, Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 23-54.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin, *Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República*, vol. I, Rio de Janeiro: Renovar.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR CRÉDITOS: 02	QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE DIREITOS PATRIMONIAIS Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 191 P TR 193 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Apresentar e contextualizar as relações e situações jurídicas patrimoniais à luz dos princípios constitucionais, demonstrando os problemas contemporâneos através da análise de casos concretos. Expor o instrumentário teórico acerca da questões jurídicas patrimoniais de modo a possibilitar a resolução dos emergentes problemas.		
EMENTA: A funcionalização do direito das obrigações. A obrigação como processo. Negócio jurídico e autonomia privada. A nova teoria contratual. A causa dos contratos. A formação progressiva dos contratos. A coligação contratual. A releitura da teoria dos bens. Afetação patrimonial e patrimônio separado. A responsabilidade civil do terceiro cúmplice. A responsabilidade pós-contratual.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I – A funcionalização do direito das obrigações. A obrigação como processo. Negócio jurídico e autonomia privada. UNIDADE II – A nova teoria contratual. A causa dos contratos. A formação progressiva dos contratos. A coligação contratual. UNIDADE III – A releitura da teoria dos bens. Afetação patrimonial e patrimônio separado.		

UNIDADE IV – A responsabilidade pós-contratual. A responsabilidade civil do terceiro cúmplice.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato: novos paradigmas. 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TEPEDINO (Org.). *Obrigações: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. *Código Civil Comentado - Direito das Obrigações* (art. 223 a 420). São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. Contratos relacionais, existenciais e de lucro. In: Revista Trimestral de Direito Civil, ano 12, v. 45, jan./mar., 2011.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Da boa-fé no direito civil. v. 1. Coimbra: Almedina, 1984.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República*, vol. I., Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TEPEDINO, Gustavo; BODIN DE MORAES, Maria Celina; BARBOZA, Heloisa Helena. *Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República*, vol. II, Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. Obrigação como processo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	QUESTÕES CONEMPORÂNEAS	Pré requisito: TR 108 P
CRÉDITOS: 02	DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	
	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Apresentar e contextualizar as relações e situações jurídicas de propriedade intelectual, demonstrando os problemas contemporâneos através da análise de casos concretos. Expor o instrumental teórico acerca das questões jurídicas de propriedade intelectual de modo a possibilitar a resolução dos emergentes problemas.		
EMENTA: A Propriedade Intelectual no Século XXI. O paradigma TRIPS. Os Acordos Pós-TRIPS. Resistências à Propriedade Intelectual. A Agenda do Desenvolvimento. Os Direitos Autorais e os Desafios Digitais. A Desmaterialização do suporte. O Compartilhamento Pessoal de Arquivos e a responsabilidade dos Provedores. A Gestão Coletiva. Patentes de Segundo Uso. Conhecimento Tradicional e divisão de Receitas. Patenteamento de Genes.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SÉCULO XXI		
1.1. O paradigma TRIPS		
1.2. Os Acordos Pós-TRIPS		
1.3. Resistências à Propriedade Intelectual		
1.4. A Agenda do Desenvolvimento		
UNIDADE II – OS DIREITOS AUTORAIS E OS DESAFIOS DIGITAIS		

2.1. A Desmaterialização do suporte

2.2. O Compartilhamento Pessoal de Arquivos e a Responsabilidade dos Provedores

2.3. A Gestão Coletiva na Era Digital

UNIDADE III – PATENTES E SAÚDE

3.1. Patentes de Segundo Uso

3.2. Conhecimento Tradicional e divisão de Receitas

3.3. Patenteamento de Genes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito da internet na sociedade de informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BARBOSA, Denis Borges. *A propriedade intelectual no século XXI*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

BOYLE, James. *The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain*. In *Law & Contemporary Problems*, n.º 66, winter/spring, 2003. Duke University. Disponível em

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. *Contornos Atuais do Direito do Autor*. 2. ed. Revista, atualizada e ampliada de conformidade com a Lei 9610/98, por Carlos Eduardo Bianca Bittar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GANDELMAN, Marisa. *Poder e Conhecimento na Economia Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GEIGER, Christophe. Constitutionalising intellectual property law? The influence of fundamental rights on intellectual property in the European Union. In: *International Review of Intellectual Property and Competition Law*, vol. 37, n. 4, Munique, Alemanha: Max Planck Institute for Intellectual Property, Competition and Tax Law, 2006.

SELL, Susan K. *Private power, public law - the globalization of intellectual property rights*. New York: Cambridge University Press, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

CRÉDITOS: 02

SOCIEDADES ANÔNIMAS
Cada Crédito corresponde à 15h/
aula

Pré requisito:
TR 123 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Analisar a estrutura e o funcionamento das sociedades anônimas, as questões relativas ao mercado de capitais e as modificações e transformações sociais.

EMENTA: Sociedade por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Companhia aberta e fechada. Mercado de Capitais. Valores mobiliários. Acionistas. Capital social. Órgãos das Sociedades Anônimas. Dissolução, liquidação e extinção. Sociedades controladoras, controladas e coligadas. Consórcio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Sociedade por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Origem e evolução. Características. Constituição. Subscrição pública e particular do capital. Estatuto. Companhia aberta e fechada. Mercado de Capitais. Valores mobiliários: Ações. Natureza jurídica. Classificação. Ações Ordinárias e preferências. Ação de fruição. Debêntures. Partes Beneficiárias. Bônus de subscrição. Certificado de ações. Acionistas: direitos e obrigações. Direito de voto. Abuso do direito de voto. Acordo de acionista. Acionista controlador. Capital social. Formação. Avaliação. Aumento e redução de capital social. Fechamento de capital social. Sociedade anônima de capital autorizado.

UNIDADE II – Sociedade anônima. Assembleia de credores. Espécies. Convocação e

instalação. Quoruns. Voto. Voto Múltiplo. Órgãos das Sociedades Anônimas. Administração. Deveres e responsabilidade dos administradores. Conselho fiscal. Composição. Funcionamento.

Eleição dos conselheiros. Atribuições.

UNIDADE III – Dissolução, liquidação e extinção da sociedade anônima. Partilha.

Transformação, incorporação, fusão e cisão. Direito dos credores.

UNIDADE IV – Sociedades controladoras, controladas e coligadas. Consórcio. Subsidiária integral. Grupo econômico. Consócio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. Rio de Janeiro: Renovar.

COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito comercial. São Paulo: Saraiva, vol. 2.

SOUZA, Ivaldo Correa de. Manual das Sociedades Anônimas, Ed. Freitas Bastos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais. Homenagem ao Prof. Osmar Brina Corrêa-Lima. Belo Horizonte: Quartier Latin.

Oferta Pública de Ações Obrigatória nas S.A. (tag along). Roberta Nioac Prado: Quartier Latin.

A lei 10.303/01 e a Proteção do Acionista Minoritário. Ecio Perin Jr. Ed. Saraiva.

CARVALHOSA, Modesto; Nelson Eizirik. A Nova Lei de Sociedades Anônimas e Lei nº. 6.404/1976: Editora Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

TÓPICOS ESPECIAIS DE BIODIREITO

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 108 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Relacionar biotecnologia e direito;

Dimensionar a importância do estudo do biodireito para o entendimento e solução de novos conflitos:

Identificar os problemas jurídicos mais comuns sobre a matéria, apresentando as discussões doutrinárias e jurisprudenciais correlatas;

EMENTA: As mudanças sociais oriundas do desenvolvimento biotecnológico e os conflitos delas decorrentes estão a exigir do operador do direito novas soluções, eis que os institutos existentes e a técnica subsuntiva de aplicação do direito não são capazes de resolver questões que envolvem a inserção do ser humano nesse contexto de novas tecnologias, em que a vida, a morte, a procriação e a saúde deixaram de ser circunstâncias naturais para admitir a influência direta do conhecimento humano científico, com todas as suas consequências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Princípios gerais.

UNIDADE II – Ética na pesquisa com seres humanos.

UNIDADE III – Manipulação da vida

3.1. – Aborto

3.2. – Eutanásia

3.3. – Ortotanásia e distanásia

UNIDADE IV – Reprodução assistida e seus efeitos.

4.1. – Embriões

UNIDADE V – Transplante de órgãos e membros.

UNIDADE VI – Prestação de saúde: iniciativa pública e privada.

UNIDADE VII – Relação médico-paciente.

7.1 – Consentimento.

7.2. – Consequências jurídicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. *Manual de biodireito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

SÉGUIN, Elida. *Biodireito*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2001.

SAUWEN, Regina Fiuza; HRYNIEWICZ, Severo. *O direito "in vitro": da bioética ao biodireito*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUGLIONE, Samantha. *Direito, Ética e Bioética - Fragmentos do Cotidiano*. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2011.

SÁ, Maria de Fátima Freire de. *Biodireito e direito ao próprio corpo*. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO E CAMPESINATO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: Discutir a especificidade e a persistência da organização camponesa através das várias formações sociais, assim como as formas concretas de existência do campesinato. Pretende-se assim, fornecer aos alunos aporte teórico para a compreensão da existência de grupos sociais diversos, que apesar de sua inserção na sociedade capitalista e nas práticas de mercado, apresentam uma lógica de produção e organização social distintas daquelas orientadas pela economia capitalista. Nomeados de diferentes maneiras: pequenos produtores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, populações tradicionais, entre outros, esses grupos têm resistido em preservar seus modos de vida, formas de interação material e simbólica com a natureza e de controle da terra, produzindo efeitos importantes para a construção de políticas públicas e legislações específicas.		
EMENTA: O que é campesinato; o campesinato e suas múltiplas identidades; diferentes formas de domínio da terra; campesinato e luta por direitos; o conceito de agricultor familiar; políticas públicas voltadas ao campesinato em suas múltiplas identidades: populações tradicionais, quilombolas, agricultor familiar, etc.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – O que é campesinato;		

UNIDADE II – O campesinato e suas múltiplas identidades;

UNIDADE III – Diferentes formas de domínio da terra;

UNIDADE IV – Campesinato e luta por direitos;

UNIDADE V - O conceito de agricultor familiar;

UNIDADE VI - Políticas públicas voltadas ao campesinato em suas múltiplas identidades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIEGUES, Antonio Carlos. **Enciclopédia caiçara**. São Paulo: Hucitec, 2005.

PINSARD, Lucila Vianna. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

O'DWYER, Eliane CAntarino. **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. **Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico**. v.2 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford). Manaus, 2006.

CÂNDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: editora 34, 2001.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato Brasileiro**. Vozes, R.J., 1976.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
PROGRAMA ANALÍTICO		
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	JUDICIALIZAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: Refletir sobre o surgimento da questão ambiental como um problema social e sua transformação em bem público, assim como o processo de ambientalização de conflitos sociais e de crescente judicialização das questões ambientais. Assim, pretende-se discutir de que modo a temática ambiental tem redefinido e ressignificado antigos conflitos percebidos como questões urbanísticas, agrárias, de conflitos de classes, etc. e o papel das instâncias jurídicas fornecendo novos parâmetros e instâncias para a redefinição dos conflitos. De igual maneira, é importante problematizar de que modo as “leis” estabelecem categorias, argumentos que estruturam a linguagem e a compreensão de tais conflitos e seu tratamento nas instituições públicas.		
EMENTA: Do conceito de natureza ao conceito de ambiente, a emergência da questão ambiental como tema universal, a natureza como bem público; conflitos ambientais; direitos difusos; o papel do Estado e das legislações no enquadramento dos conflitos ambientais; sistemas peritos e conhecimento leigo.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – Do conceito de natureza ao conceito de ambiente;		

UNIDADE II – A emergência da questão ambiental como tema universal;

UNIDADE III – a natureza como bem público;

UNIDADE IV – Conflitos ambientais;

UNIDADE V – Direitos difusos;

UNIDADE VI – O papel do Estado e das legislações no enquadramento dos conflitos ambientais;

UNIDADE VII - Sistemas peritos e conhecimento leigo;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo, Editora Contexto. 2007.

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4a. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ZHOURI, Andrea. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	CIDADE, TERRITÓRIO E CIDADANIA	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: Refletir sobre a relação entre a cidadania e a configuração socioespacial das cidades brasileiras e de que modo esta expressa e ao mesmo tempo engendra múltiplas territorialidades, desigualdades e formas de segregação social. De modo mais específico pretende-se pensar a atuação do Estado em suas múltiplas instâncias e instrumentos jurídicos para a construção de um espaço público e ampliação da participação social e política de seus habitantes.		
EMENTA: A cidadania e a <i>polis, civitas e societas</i> ; cidade, cidadania e direitos no Brasil; urbanização no Brasil e a produção de desigualdades; espoliação urbana; violência urbana; espaços públicos e privados; a territorialização da cidade; fronteiras, territórios e lugares; territórios-rede; o direito à cidade.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – A cidadania e a <i>polis, civitas e societas</i> ;		
UNIDADE II – Cidade, cidadania e direitos no Brasil;		
UNIDADE III – Urbanização no Brasil e a produção de desigualdades;		
UNIDADE IV – Espoliação urbana;		
UNIDADE V – Violência urbana;		

UNIDADE VI - Espaços públicos e privados;
UNIDADE VII – A territorialização da cidade;
UNIDADE VIII – Fronteiras, territórios e lugares;
UNIDADE IX - Territórios-rede;
UNIDADE X - O direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, Ronaldo do Livramento; BONIZZATO, Luigi (org.). **Direito da cidade:** novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo:Contexto, 2011.

KOWRICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (Org). **O futuro das metrópoles**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: editora 34/Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set./dez. 2007.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

INSTITUTO TRÊS RIOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

CÓDIGO: TR

CRIMINOLOGIA

CRÉDITOS: 02

**Cada Crédito corresponde à 15h/
aula**

Pré requisito:
TR 104 P

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Geral: Desenvolver a capacidade de compreensão crítica da problemática do crime e do controle social na sociedade contemporânea. Além de proporcionar os fundamentos teóricos e metodológicos para a produção científica em Direito Penal e Criminologia.

EMENTA: Sistemas penais e sistemas de controle social. Pressupostos epistemológicos da criminologia. Condições para o desenvolvimento de uma ciência criminal autônoma. Criminologia Positivista I: Antropologia Criminal. Criminologia Positivista II: escolas funcionalistas. Questionamentos à criminologia positivista: Relatividade do delito; "cifras negras" da delinquência; delitos do "colarinho branco". Movimento de defesa social: Políticas criminais. Prevenção do crime e tratamento do delinquente. A Nova Criminologia da Reação Social: Interacionismo. Criminologia Crítica. Movimentos radicais da Criminologia. Movimento abolicionista. Políticas de segurança pública: eficientismo penal e garantismo constitucional. Controle social penal internacional e a criminalização dos conflitos sociais na ordem global.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Sistemas penais e sistemas de controle social.

UNIDADE II – Pressupostos epistemológicos da criminologia

UNIDADE III – Condições para o desenvolvimento de uma ciência criminal autônoma.

UNIDADE IV – Criminologia Positivista

I: Antropologia Criminal. Criminologia Positivista

II: Escolas funcionalistas.

III: Questionamentos à criminologia positivista: Relatividade do delito; "cifras negras" da delinquência; delitos do "colarinho branco"

UNIDADE V – Movimento de defesa social: Políticas criminais.

UNIDADE VI – Prevenção do crime e tratamento do delinquente.

UNIDADE VII – A Nova Criminologia da Reação Social: Interacionismo.

UNIDADE VIII - Criminologia Crítica

UNIDADE IX - Movimentos radicais da Criminologia

UNIDADE X - Movimento abolicionista

UNIDADE XI - Políticas de segurança pública: eficientismo penal e garantismo constitucional.

UNIDADE XII - Controle social penal internacional e a criminalização dos conflitos sociais na ordem global.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**. Trad.: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

CASTRO, L. A. **Criminologia da Reação Social**; Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MAÍLLO, Alfonso Serrano. Introdução à criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERGARIA, Jason. **Criminologia**: teórica e prática. Rio de Janeiro: Aide, 1988.

MANNHEIM, Hermann. **Criminologia comparada**. Trad. J. F. Faria costa e M. Costa Andrade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, v. 1.

SALDAÑA, Quintiliano. **Nova criminologia**: Russell Editores, 2006.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	CULTURA, IDENTIDADE E	Pré requisito: TR 104 P
CRÉDITOS: 02	DIREITO	
	Cada Crédito corresponde à 15h/aula	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: apresentar diferentes abordagens sobre o conceito de cultura, suas manifestações, formas de expressão e sua importância como meio de organizar experiências, narrativas e estratégias de grupos e indivíduos. Por conseguinte, destaca-se sua relevância como elemento produtor de identidades, pertencimento e fronteiras e, portanto, de políticas de reconhecimento e reivindicação de direitos. A partir da problematização de conceitos tais como patrimônio, autenticidade, tradição, entre outros, pretende-se discutir os processos de construção da cultura como bem jurídico e passível de tutela pelo Estado na sociedade brasileira.		
EMENTA: O que é cultura; cultura material e imaterial; festas, rituais, saberes, paisagens e outras expressões culturais; <i>kultur X civilization</i>; Estado-nação e patrimônio; territorialidades, multiculturalismo e identidade nacional, a cultura e a Constituição de 1988; direitos difusos e direitos culturais.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – O que é cultura;		
UNIDADE II - Cultura material e imaterial;		
UNIDADE III - Festas, rituais, saberes, paisagens e outras expressões culturais;		

UNIDADE IV - *Kultur X zivilization*;

UNIDADE V - Estado-nação e patrimônio;

UNIDADE VI - Territorialidades, multiculturalismo e identidade nacional, a cultura e a Constituição de 1988;

UNIDADE VII - Direitos difusos e direitos culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo, Cosac Naify, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Em busca da autenticidade: ideologias culturais e concepções de nação no Brasil. In: VILLAS BÔAS, Glaucia; GONÇALVES, Marco Antônio. **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e Cultura. Trad.: Klauss Brandini Gerhardt, v. 2, 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR CRÉDITOS: 02	DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AMBIENTE Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	Pré requisito: TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Geral: Problematicar o conceito de desenvolvimento e discutir questões relativas ao desenvolvimento, ao território e às dinâmicas de territorialização, que são objetos de disputa e negociação entre atores sociais locais, empresas e agências do Estado e que produzem alterações significativas sobre a organização do trabalho, e impactos sobre o ambiente gerando desdobramentos na esfera jurídica e na produção de políticas públicas.		
EMENTA: Desenvolvimento e democracia; território, territorialidades e territorialização; movimentos sociais e grandes obras; ações públicas e os espaços locais; ambiente, trabalho e direitos humanos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I- Desenvolvimento e Democracia; UNIDADE II- Território, territorialidades e territorialização; UNIDADE III- Movimentos sociais e grandes obras; UNIDADE IV- Ações públicas e os espaços locais; UNIDADE V- Ambiente, trabalho e Direitos Humanos.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENINCA, Dirceu. **Energia e cidadania**. 1ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SANTOS, Milton; BECKER, Berta (Orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.) (2004). **A “ambientalização” dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.

PINGUELLI, Rosa L.; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, O. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO E QUESTÃO AGRÁRIA	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: Apresentar os principais debates sobre a questão agrária, seus condicionantes históricos e sociais e como esta se constituiu no Brasil, impulsionando movimentos de luta pela terra. Pretende-se também trabalhar os significados atribuídos à reforma agrária ao longo de diferentes conjunturas e de que forma as transformações nas relações de produção agrárias engendram e são engendradas pelo ordenamento jurídico.		
EMENTA: O que é questão agrária; a questão agrária no Brasil; questão agrária e desenvolvimento; os movimentos de luta pela terra e seus efeitos no ordenamento jurídico; a questão agrária em suas relações com a devastação ambiental, a precarização do trabalho e a violação dos direitos humanos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:		
UNIDADE I – O que é questão agrária;		
UNIDADE II – A questão agrária no Brasil;		
UNIDADE III – Questão agrária e desenvolvimento;		
UNIDADE IV – Os movimentos de luta pela terra e seus efeitos no ordenamento jurídico;		

UNIDADE V – A questão agrária em suas relações com a devastação ambiental, a precarização do trabalho e a violação dos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Lucas Abreu (Org.). **O direito agrário na constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.

LEITE, Sergio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Unrisd, 2002.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 5. ed. rev. atual. e amp. Goiânia: AB, 2004.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DE DIREITO		
CÓDIGO: TR	DIREITO URBANÍSTICO	Pré requisito:
CRÉDITOS: 02	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 104 P
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Geral: Compreender o objeto de tutela do Direito Urbanístico, seus instrumentos e a tutela constitucional sobre seu campo de estudo.		
Específico: Identificar os princípios e as finalidades de tutela do Direito Urbanístico; Reconhecer o conceito de direito à cidade e seus reflexos histórico, cultural e paisagístico; Reconhecer as questões e problemas locais e regionais e propor soluções ou instrumentos de mitigação desses pontos identificados aos atores competentes.		
EMENTA: O campo do Direito Urbanístico: conceito, objeto, princípios vetores e diretrizes. A ordem constitucional brasileira e o Direito Urbanístico. Eficácia jurídica e social da norma urbanística: competência, validade, hierarquia, vigência, finalidade, incidência e legitimidade. Estatuto das Cidades e interpretação da norma urbanística: plano das diretrizes, plano dos instrumentos de política urbana, plano da gestão democrática da cidade. Função social da cidade: função social da posse e da propriedade pública e privada. Instrumentos urbanísticos. Direito à cidade e tutela urbanística do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Questões urbanísticas locais e regionais.		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – O campo do Direito Urbanístico:

1. Conceito
2. Objeto
3. Princípios vetores
4. Diretrizes.

UNIDADE II – A ordem constitucional brasileira e o Direito Urbanístico.

UNIDADE III – Eficácia jurídica e social da norma urbanística:

- 1.** Competência
- 2.** Validade
- 3.** Hierarquia
- 4.** Vigência
- 5.** Finalidade
- 6.** Incidência
- 7.** Legitimidade.

UNIDADE IV – Estatuto das Cidades e interpretação da norma urbanística:

1. Plano das diretrizes
2. Plano dos instrumentos de política urbana
3. Plano da gestão democrática da cidade.

UNIDADE V – Função social da cidade:

1. Função social da posse e da propriedade pública e privada.

UNIDADE VI – Instrumentos urbanísticos.

UNIDADE VII – Direito à cidade e tutela urbanística do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

UNIDADE VIII – Questões urbanísticas locais e regionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLARI, Adilson, *et. all.* **Estatuto da cidade**. São Paulo: Malheiros, 2005.
FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
MEDAUAR, Odete. **Estatuto da cidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.
OLIVEIRA, Aluísio Pires; CARVALHO, Paulo César Pires de. **Estatuto da cidade**. Curitiba: Juruá, 2002.
DIAS, Mauricio Leal. **Direito urbanístico: princípios constitucionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO	
CÓDIGO: TR 000 CRÉDITOS: 02	DISCIPLINA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO LATIM I Cada Crédito corresponde à 15h/aula	PRÉ-REQUISITOS: TR 114 P

INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Este curso visa a proporcionar aos estudantes o aprendizado das noções elementares da gramática latina, habilitando-os à leitura de textos simples em latim. Em particular, busca-se torná-los capazes de compreender e traduzir por si mesmos expressões e brocardos latinos, utilizando-os nos momentos adequados.

EMENTA:

Alfabeto latino. As pronúncias do Latim. Gênero em Latim. Os casos latinos. Pronomes. Sistema verbal. Orações adjetivas. Os temas latinos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Generalidades.

1. O alfabeto latino.
2. As pronúncias do Latim.

3. Gênero.
4. Substantivos, adjetivos, verbos: como se enunciam no dicionário.

Unidade II – Morfossintaxe verbo-nominal.

1. Os casos nominativo e acusativo: substantivos, adjetivos, advérbios.
2. Tema em –A e –O.
3. O caso ablativo.
4. O caso genitivo.
5. O caso dativo.
6. O caso vocativo.
7. Pronomes pessoais.
8. O sistema verbal – modo indicativo.
9. As orações adjetivas.
10. Os temas em –V e –E.
11. Os temas em –I e em consoante.
12. Sistema verbal – a voz passiva. *Infectum, perfectum*, verbos depoentes.
13. Pronomes.
14. Preposições latinas.
15. A interrogação em Latim.
16. Brocardos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. REZENDE, A. M. *Latina Essentia: preparação ao latim*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
2. REZENDE, A. M. BIANCHET, S. M. G. B. *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Crisálida/Tessitura, 2005.
3. MENDES DE ALMEIDA, Napoleão, *Gramática Latina*, São Paulo, Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. FARIA, Ernesto. Gramática Superior da Língua Latina, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.
2. GRIMAL, Pierre;; CART, Adrien; LAMAISSON, Jacques, e NOIVILLE, Roger,. Grammaire Latine, Paris, Nathan, 1955 (Trad. e adapt. de Maria Evangelina V. N. Soeiro. Gramática Latina, São Paulo, EDUSP-T.A. Queiroz, 1986.
3. RÓNAI, Paulo. Gradus Primus, São Paulo,Cultrix, , 14^a ed., 1985.
4. RÓNAI, Paulo Gradus Secundus, 8^a ed., São Paulo,Cultrix, 1986.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROREITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS EMENTA E PROGRAMA ANALÍTICO
---	--

DISCIPLINA

CÓDIGO: TR CRÉDITOS: 02 (T)	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL Cada Crédito corresponde à 15h/aula	PRÉ-REQUISITO: TR 115 P
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA: ➤ Este curso visa a proporcionar aos estudantes o aprendizado das noções fundamentais sobre propriedade industrial, apresentar os principais debates sobre a questão e interesses envolvidos, a legislação aplicável, seus condicionantes históricos e efeitos jurídicos e sociais.		
EMENTA: Apresentar os aspectos introdutórios e gerais da propriedade industrial, a legislação aplicável e os órgãos administrativos de registro. Entender os elementos comuns e distintivos entre as diversas formas de propriedade industrial. Identificar os principais interesses envolvidos da conformação da proteção jurídica da propriedade industrial e seus efeitos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I – Propriedade industrial: aspectos introdutórios e legislação aplicável.		

UNIDADE II – Aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos da propriedade industrial.

UNIDADE III – As várias formas de propriedade industrial semelhanças e diferenças.

UNIDADE IV – O Instituto Nacional de Propriedade Industrial e o registro da propriedade industrial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Denis Borges; GRAU-KUNTZ, Karin. Ensaio Sobre Direito Imaterial - Estudos Dedicados a Newton Silveira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2ª Edição, 2003.

CASTRO, Ana Célia; POSSAS, Cristina de Albuquerque; GODINHO, Manoel Mira. (Org.). *Propriedade intelectual nos Países de Língua Portuguesa: temas e perspectivas*. 1ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Denis Borges. *Tratado de Propriedade Intelectual*. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. *Manual de direito da propriedade intelectual*. São Paulo: Evocati, 2007.

DANNEMANN. *Comentários à Lei da Propriedade Industrial e correlatos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LEONARDOS, Gustavo Starling. Dos prazos de validade das patentes em vista do acordo

“TRIPS” e da nova Lei de Propriedade Industrial, disponível em
<http://www.leonardos.com.br/Textos/pdf/TripsAgosto9 .pdf>.

SILVEIRA, Newton. Estudos e Pareceres de Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROREITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS EMENTA E PROGRAMA ANALÍTICO
---	--

DISCIPLINA

CÓDIGO: TR CRÉDITOS: 02 (T)	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELLECTUAL Cada Crédito corresponde à 15h/aula	PRÉ-REQUISITO: TR 108 P
--	--	---

INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

- Este curso visa a proporcionar aos estudantes o aprendizado das noções fundamentais sobre propriedade intelectual, apresentar os principais debates sobre a questão e interesses envolvidos, a legislação aplicável, seus condicionantes históricos e efeitos jurídicos e sociais.

EMENTA: Apresentar os aspectos introdutórios e gerais da propriedade intelectual e a legislação aplicável. Compreender os principais momentos históricos da elaboração e consolidação dos direitos de propriedade intelectual. Entender os elementos comuns e distintivos entre as diversas formas de propriedade intelectual. Identificar os principais interesses envolvidos da conformação da proteção jurídica e seus efeitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Propriedade intelectual: aspectos introdutórios, legislação aplicável.

UNIDADE II – Aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos da propriedade intelectual.

UNIDADE III – As várias formas de propriedade intelectual: semelhanças e diferenças.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Denis Borges; GRAU-KUNTZ, Karin. Ensaaios Sobre Direito Imaterial - Estudos Dedicados a Newton Silveira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2ª Edição, 2003.

CASTRO, Ana Célia; POSSAS, Cristina de Albuquerque; GODINHO, Manoel Mira. (Org.). *Propriedade intelectual nos Países de Língua Portuguesa: temas e perspectivas*. 1ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Denis Borges. *Tratado de Propriedade Intelectual*. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. *Manual de direito da propriedade intelectual*. São Paulo: *Evocati*, 2007.

BRANCHER, Paulo. *Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual - da Inovação*

Tecnológica Ao Abuso de Poder. São Paulo: Singular, 2010.

CORREA, Carlos Maria. *Trade related aspects of intellectual property rights*. New York: Oxford Press, 2007.

SILVEIRA, Newton. Estudos e Pareceres de Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROREITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS EMENTA E PROGRAMA ANALÍTICO
---	--

DISCIPLINA

CÓDIGO: TR	DIREITO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	PRÉ-REQUISITO:
CRÉDITOS: 02 (T)	Cada Crédito corresponde à 15h/ aula	TR 108

INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS CURSO DE DIREITO

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

- Este curso visa a proporcionar aos estudantes o aprendizado das noções fundamentais sobre os aspectos jurídicos da inovação tecnológica, apresentar os principais debates sobre a questão e os interesses envolvidos, a legislação aplicável, seus condicionantes históricos e efeitos jurídicos e sociais.

EMENTA: Inovação tecnológica: aspectos introdutórios. Inovação tecnológica e mudanças sociais. Direito e inovação tecnológica. Inovação tecnológica de Propriedade Intelectual. Inovação tecnológica e concorrência. Legislação federal sobre inovação tecnológica. Inovação tecnológica e Universidade. Os Núcleos de Inovação Tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Direito e Inovação Tecnológica: aspectos introdutórios e legislação aplicável.

UNIDADE II – Aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos da Inovação Tecnológica.

UNIDADE III – Inovação Tecnológica e Universidade: o papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Denis Borges. Direito da Inovação - Comentários À Lei N. 10.973/2004 , Lei Federal da Inovação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BRANCHER, Paulo. Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual - da Inovação Tecnológica Ao Abuso de Poder. São Paulo: Singular, 2010.

MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI, Sarita. Informação, Conhecimento e Poder - Mudança Tecnológica e Inovação Social. São Paulo: Garamond, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Denis Borges; GRAU-KUNTZ, Karin. Ensaio Sobre Direito Imaterial - Estudos Dedicados a Newton Silveira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2ª Edição, 2003.

PELAEZ, Victor. Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Hucitec, 2006.

PEREIRA, Alexandre Dias. *Informática, Direito do Autor e Propriedade Tecnodigital*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

REIS, Dálcio Roberto. *Gestão da Inovação Tecnológica* - 2ª Ed. São Paulo: Manole, 2008.

SILVEIRA, Newton. *Estudos e Pareceres de Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

15.5. DISCIPLINAS ACADÊMICAS

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DIREITO		
CÓDIGO: AA 667 HORAS: 30h	PESQUISA e PRÁTICA I	Pré requisito:
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado.		
EMENTA: Com o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado ao longo de sua formação, os discentes serão orientados diretamente pelo professor responsável pela disciplina na elaboração e condução de pesquisas jurídicas e sociais, produção de textos, comentários de decisões judiciais, análises aprofundadas de doutrina, estudos comparados e outras atividades afins sobre temas de escolha do professor.		
PROGRAMA: A ser estabelecido pelo Professor.		
BIBLIOGRAFIA: A ser estabelecido pelo Professor.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DIREITO		
CÓDIGO: AA 668 HORAS: 30h	PESQUISA e PRÁTICA II	Pré requisito:
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado.		
EMENTA: Com o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado ao longo de sua formação, os discentes serão orientados diretamente pelo professor responsável pela disciplina na elaboração e condução de pesquisas jurídicas e sociais, produção de textos, comentários de decisões judiciais, análises aprofundadas de doutrina, estudos comparados e outras atividades afins sobre temas de escolha do professor.		
PROGRAMA: A ser estabelecido pelo Professor.		
BIBLIOGRAFIA: A ser estabelecido pelo Professor.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DIREITO		
CÓDIGO: AA 669 HORAS: 30h	PESQUISA e PRÁTICA III	Pré requisito:
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado.		
EMENTA: Com o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado ao longo de sua formação, os discentes serão orientados diretamente pelo professor responsável pela disciplina na elaboração e condução de pesquisas jurídicas e sociais, produção de textos, comentários de decisões judiciais, análises aprofundadas de doutrina, estudos comparados e outras atividades afins sobre temas de escolha do professor.		
PROGRAMA: A ser estabelecido pelo Professor.		
BIBLIOGRAFIA: A ser estabelecido pelo Professor.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DIREITO		
CÓDIGO: AB 661 HORAS: 30h	PESQUISA e PRÁTICA IV	Pré requisito:
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado.		
EMENTA: Com o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado ao longo de sua formação, os discentes serão orientados diretamente pelo professor responsável pela disciplina na elaboração e condução de pesquisas jurídicas e sociais, produção de textos, comentários de decisões judiciais, análises aprofundadas de doutrina, estudos comparados e outras atividades afins sobre temas de escolha do professor.		
PROGRAMA: A ser estabelecido pelo Professor.		
BIBLIOGRAFIA: A ser estabelecido pelo Professor.		

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
	DECANATO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL	
	DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS	
	PROGRAMA ANALÍTICO	
INSTITUTO TRÊS RIOS		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS		
CURSO DIREITO		
CÓDIGO: AA 662 HORAS: 30h	PESQUISA e PRÁTICA V	Pré requisito:
OBJETIVOS DA DISCIPLINA Desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado.		
EMENTA: Com o objetivo de proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa, prática e extensão relacionadas ao conhecimento teórico acumulado ao longo de sua formação, os discentes serão orientados diretamente pelo professor responsável pela disciplina na elaboração e condução de pesquisas jurídicas e sociais, produção de textos, comentários de decisões judiciais, análises aprofundadas de doutrina, estudos comparados e outras atividades afins sobre temas de escolha do professor.		
PROGRAMA: A ser estabelecido pelo Professor.		
BIBLIOGRAFIA: A ser estabelecido pelo Professor.		